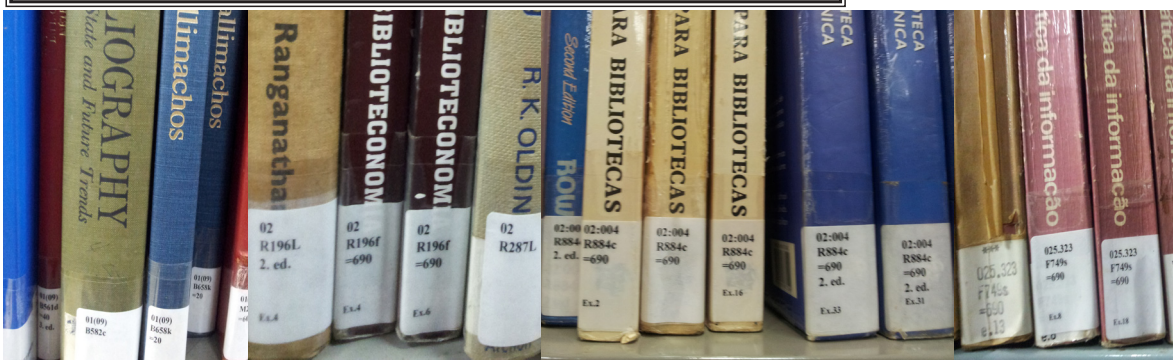
Cristina Dotta Ortega
Camila Mariana Aparecida da Silva
Marcelo Nair dos Santos

ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ATIVIDADE BIBLIOTECÁRIA

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS



Cristina Dotta Ortega
Camila Mariana Aparecida da Silva
Marcelo Nair dos Santos

Ordenação de documentos na atividade bibliotecária

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

© 2016 Cristina Dotta Ortega, Camila Mariana Aparecida da Silva, Marcelo Nair dos Santos

Todos os direitos reservados. De acordo com a lei no 9 610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser copiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do editor.

Este livro foi editado exclusivamente em formato eletrônico PDF.

Projeto gráfico e revisão: Briquet de Lemos / Livros

Este livro obedece ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Ortega, Cristina Dotta; Silva, Camila Mariana Aparecida da; Santos, Marcelo Nair dos. Ordenação de documentos na atividade bibliotecária / Cristina Dotta Ortega; Camila Mariana Aparecida da Silva; Marcelo Nair dos Santos. – Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

1. Número de chamada (biblioteconomia). 2. Bibliotecas – Arranjo de livros nas estantes. I. Ortega, Cristina Dotta II. Santos, Marcelo Nair dos. III. Título.

ISBN 978-85-85637-59-0

CDD 025.7

2016

Briquet de Lemos / Livros
SRTS – Quadra 701 – Bloco O – Loja 7
Edifício Centro Multiempresarial
Brasília, DF 70340-000
Telefones (61) 3322 9806 / 3323 1725
www.briquetdelemos.com.br
editora@briquetdelemos.com.br

Sumário

Introdução, p. 1

1 **Fundamentos e métodos de ordenação de documentos**
Cristina Dotta Ortega, p. 6
1.1 Ordenação de documentos como processo de organização da informação, p. 6
1.2 Fundamentos da ordenação de documentos, p. 14
1.2.1 Conceitos básicos da ordenação de documentos, p. 15
1.2.2 Ordenação de documentos e classificação bibliográfica, p. 19
1.3 Métodos de ordenação de documentos, p. 29
1.3.1 O atributo documental como base dos métodos de ordenação, p. 29
1.3.2 Os sistemas de localização de documentos, p. 37
1.3.3 Ordenação de documentos expressa em código, p. 39
1.3.4 Esquema dos métodos de ordenação, p. 41

2 Histórico de práticas e métodos de ordenação de documentos
Camila Mariana Aparecida da Silva, p. 44
2.1 O papel da memória do bibliotecário: na Antiguidade e na Idade Média, p. 44
2.2 Ideias e ações de produção de memórias externas: Idade Moderna, p. 50
2.3 Consolidação de modelos de ordenação de documentos: o século xix, p. 58

3 A ordenação de documentos pelo número de chamada
Marcelo Nair dos Santos, p. 84
3.1 Estrutura e composição do número de chamada, p. 84
3.1.1 Marca de coleção e notação de classificação, p. 87
3.1.2 Número do livro: notação de autor, marca da obra e outros elementos de individualização, p. 88
3.2 Número do livro: notação de autor e marca da obra, p. 90
3.2.1 A codificação da notação de autor e da marca da obra, p. 91
3.2.2 A menção nominal da notação de autor e da marca da obra, p. 120
3.2.3 Individualização de itens documentais, p. 123

4 Comentários finais

Referências, p. 132
Índice, p. 143

Introdução

> [...] Naudé definiu o bibliotecário ideal como um 'homem honrado e erudito' que conhece bem os livros. Sua concepção do dever deste bibliotecário era eminentemente prática, ou seja, a acumulação de fontes históricas e literárias e seu arranjo adequado nas prateleiras. 'Sem essa ordem e arranjo', [...] 'uma coleção de livros de qualquer tamanho, se fossem cinquenta mil volumes, não mereceria o nome de biblioteca, como um conjunto de trinta mil homens o nome de exército [...]'. O princípio orientador de Naudé para a classificação do conhecimento era a simplicidade; ele esperava habilitar a mente 'para distinguir algumas coisas de outras, e discriminar entre elas, sem trabalho, sem dificuldade, e sem confusão' (p. 21) (Jack Clarke,[35] citando *Advis pour dresser une bibliothèque,* de Gabriel Naudé (Paris, 1627).[108]

Práticas de ordenação de documentos são tão antigas quanto as próprias bibliotecas ou os primeiros ensaios destas. Há significativa literatura técnica e científica sobre a atividade, embora pequena e, em sua maioria, antiga. Entretanto, o arcabouço conceitual e a historicidade da atividade são, por vezes, negligenciados. No ensino, a ordenação de documentos está embutida nos conteúdos relativos aos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica e ao número de chamada. O tema também não é privilegiado na agenda de pesquisa contemporânea. Paradoxalmente, os bibliotecários têm clareza sobre a atualidade da atividade e demandam por material de apoio. A necessidade de retomar e desenvolver as bases conceituais e procedimentais que sustentam e viabilizam a atividade de ordenação de documentos é reveladora dos problemas decorrentes do não reconhecimento do seu acúmulo teórico e prático.

A disponibilização dos documentos para uso compõe o conjunto das ações de mediação cujo objetivo é a apropriação da informação. As atividades desenvolvidas no âmbito de bibliotecas e ambientes congêneres, com intuito de construir sistemas capazes de mediar o acesso aos documentos, compreendem, desde a seleção dos documentos, passando pela coleta, representação e ordenação, até a arquitetura de produtos e serviços e demais ações para sensibilização de públicos. De modo análogo a outras atividades, a ordenação de documentos resulta na produção de mensagens, neste caso, aquela que é evidenciada pela alocação física dos documentos. Isoladamente nenhum documento precisa ser ordenado, pois sua localização se define pela relação que estabelece com os demais documentos da coleção a que pertence, do que podemos dizer

que a atividade só ganha significado quando pensada para coleções ou parcelas de coleções.

Suzanne Briet, ao discorrer sobre as práticas sobre documentos, afirma que a ordenação de documentos não se faz da mesma maneira para a venda em uma livraria, para a exposição em um museu de arte e para a consulta em uma biblioteca especializada.[19] Tomando por base as palavras dessa autora, depreende-se que diferentes documentos, objetivos institucionais e públicos devem balizar as estratégias empregadas na realização da atividade. Ademais, os instrumentos empregados para fins de ordenação e o modo como são adotados em cada caso são elementos intervenientes nas formas de apropriação dos documentos pelos públicos.

A ordenação se estabelece pela definição de critérios que nortearão a disposição dos documentos, resultando na proposição de um arranjo para a coleção, na forma de uma estrutura coerente para essa coleção. Por meio deste arranjo tem-se, de um lado, a apresentação de uma proposta de percurso por entre a coleção, através do espaço, e, de outro, a singularização dos itens documentais que facilitará sua identificação, retirada e devolução. No primeiro caso se instaura uma leitura da coleção conforme determinados critérios escolhidos em detrimento de outros e, no segundo, por meio de um código, se estabelece a relação entre o registro do documento na base de dados e sua localização espacial. Outro ponto refere-se à possibilidade de se fazer a gestão da coleção no que concerne às políticas de seleção e, ainda, de se otimizar o uso do espaço disponível, considerando como questões os modos de acesso pretendidos, o crescimento da coleção e os parâmetros de preservação.

Para responder a uma ou mais dessas funções, a atividade de ordenação se materializa em métodos de ordenação que podem, ou não, fazer uso de um plano de ordenação. Este plano é uma construção local que inclui elementos específicos, como os critérios adotados e as listas de códigos, predeterminando a organização do espaço documental. O código explicita a lógica ordenatória subjacente ao esquema e define o ponto de acomodação dos documentos. Trata-se de um conjunto de letras e números, concatenados por pontuação, se for o caso, em sucessão estruturada, que precisa ser mnemônico, pois deve permitir identificar e ordenar cada documento dentro da coleção. Este código é geralmente afixado no item documental, de modo que possa ser visualizado por aqueles que exploram a coleção e, ainda, integrado ao registro do item na base de dados, tornando possível sua identificação no espaço e em relação aos demais itens.

A chave de qualquer atividade de ordenação são os critérios empregados para sustentar a atividade, cuja referência concreta são atributos documentais. Conforme a combinação de critérios escolhidos, tem-se a definição de métodos de ordenação mais ou menos formalizados que se consolidam em modelos de localização fixa ou relativa dos documentos. Enquanto a localização fixa implica a determinação de um lugar definitivo para o posicionamento do documento, a localização relativa demanda modificações constantes no posicionamento dos documentos dentro da coleção à medida que novos itens são incorporados, sem que haja ruptura com a estrutura de ordenação já materializada.

Nos sistemas de localização relativa, o critério de alocação dos itens é feito segundo o método classificatório, mormente associado aos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica que pretendem contemplar a totalidade do conhecimento produzido e estabelecem relações hierárquicas entre as classes que permitem a identificação desde níveis mais genéricos até os mais específicos. A efetividade da localização relativa dos documentos se dá graças à criação de mecanismos que possibilitam a intercalação de documentos dentro de uma mesma classe por meio de notações baseadas em atributos dos itens documentais.

Cabe à classificação bibliográfica o estabelecimento de classes, por critérios diversos, que permitirão o agrupamento de semelhantes que, por conseguinte, estarão apartados dos dessemelhantes. Este processo não está voltado à individualização dos itens documentais, a qual precisa ser feita com base em critérios distintos daqueles empregados na etapa de classificação. Ou seja, se à classificação compete agrupar, outros processos precisam ser realizados para que, dentro de cada grupo, seja possível individualizar. Por isso, não se pode atribuir aos sistemas de classificação bibliográfica uma tarefa que não lhes compete, uma vez que, por si sós, estes sistemas não garantem a ordenação de documentos.

A disseminação de dois sistemas de classificação bibliográfica — Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU) — e do *Código de catalogação anglo-americano*,[76] (também citado como AACR ou AACR2, de *Anglo-American cataloging rules, 2nd ed.*), instrumento documentário que apresenta regras de catalogação, segundo a prática do Reino Unido e dos EUA, trouxe consigo o número de chamada (*call number*) como modelo para a codificação de documentos em bibliotecas.

O número de chamada, composto pela marca de coleção (quando é o caso), pela notação de classificação, pelo número do livro e por demais elementos de individualização do item no acervo (se necessário), embo-

ra complexo e funcional, acabou restringindo o significado da atividade de ordenação. A solução fornecida pelo número de chamada, particular e historicamente datada como qualquer outra, encontra-se difundida entre a extensa comunidade de bibliotecas que trabalha associada ao modelo anglo-americano, mas não reflete as diversas abordagens que são utilizadas como meio de resolver a atividade de ordenação. Em função desse quadro é que o profissional, após ser formado com base nesse modelo, busca por alternativas que funcionam muitas vezes como modos subversivos de trabalho e tendem a ser realizadas na ausência de uma base intelectual e objetiva que as fundamentem.

Parece válido supor que, ao longo da história, a ordenação de documentos, bem como os instrumentos formais que subjazem e objetivam a atividade, tenham assumido múltiplas feições. De fato, a diversidade de documentos, públicos e objetivos institucionais exige que sejam explorados métodos passíveis de se configurarem em soluções satisfatórias a cada situação concreta. Assim, se, quanto ao tipo de localização dos documentos, tem-se a fixa e a relativa, quanto ao método adotado para o arranjo, podemos falar em ordenação cronológica (baseada em sequências contínuas, como ocorre no caso da ordem de entrada do item), em ordenação alfabética (cujas sequências formam agrupamentos que levam à intercalação entre os itens, como quando o nome do autor é usado como critério) ou em ordenação classificatória ou sistemática (quando se levam em conta atributos dos documentos como tipologia documental, assunto, e outros, que resultam em estruturação de itens segundo classes e subclasses), assim como de arranjos mistos.

Tomando-se a CDD como exemplo de instrumento de ordenação classificatória, identificamos estruturas cujas unidades referem-se a grandes classes de assuntos como psicologia, filosofia, literatura, história, que se subdividem continuamente em assuntos específicos, assim como unidades relativas a tipologias documentais (dicionários, enciclopédias, periódicos), tipos de conteúdos (gênero literário, biografia), origem da literatura (espanhola, inglesa), outros. A CDU parte da estrutura básica da CDD, apresentando relativamente os mesmos tipos de unidades componentes. Assim, com o uso dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, ou não, na ordenação classificatória não se trabalha apenas com o atributo assunto, a despeito de essa afirmação ter se perpetuado na literatura técnica e científica e nos programas de ensino.

Buscando tratar do conceito de ordenação, é preciso observar sua abrangência. A atividade de ordenação inclui a ordenação de documen-

tos e a ordenação dos metadados dos documentos. No primeiro caso, tem-se a disposição física de documentos. O segundo caso refere-se à ordenação de metadados de documentos. Metadados é termo utilizado atualmente para indicar o conjunto das informações relativas a um documento na forma de um registro que compõe repertórios bibliográficos diversos, como bibliografias, catálogos de bibliotecas, bases de dados em geral e estruturas hierárquicas de navegação e acesso a documentos eletrônicos. A ordenação de metadados faz-se sobre referências, cabeçalhos e índices, ou seja, pontos de acesso em geral.

Neste livro, tratamos da atividade de ordenação de documentos, ou seja, aquela realizada quanto ao seu arranjo no espaço físico.

A despeito de as atividades de organização da informação serem realizadas, a seu modo, em cada uma das perspectivas documentárias — arquivística, museológica e bibliográfica —, trabalharemos com as questões conceituais, metodológicas e históricas da biblioteconomia. Outro ponto é o de que, como já indicava Suzanne Briet em meados do século XX, ainda que a ordenação seja realizada para fins diversos, não desenvolveremos as especificidades da atividade da exposição, situação em que, aspectos de ordem sensorial, menos que de ordem cognitiva, estão presentes.

Considerando a ordenação bibliográfica de documentos como atividade de organização da informação, que se reflete em ação relevante e atual da prática bibliotecária para a promoção do uso qualificado da informação, este livro tem como objetivo aprofundar o tema por meio da apresentação de conceitos, métodos e fatos históricos que o fundamentam, e da apresentação de algumas soluções propostas, em especial, o modelo do número de chamada, como modo de fornecer maior compreensão sobre a atividade e possibilidades de escolha nas tomadas de decisão. Em função da antiga e parca produção sobre ordenação de documentos no Brasil, o livro, voltado a profissionais, pesquisadores, professores e demais interessados, faz conhecer ao público leitor da língua portuguesa parte da literatura estrangeira produzida sobre o tema.

1
Fundamentos e métodos de ordenação de documentos

Cristina Dotta Ortega

Neste primeiro capítulo, exploramos conteúdos que permitam uma compreensão do tema da ordenação de documentos. Partindo do todo em direção às partes, contextualizamos o campo no contexto das ações de mediação da informação, tratamos do conjunto dos procedimentos que, operados em determinada ordem e encadeamento e, de modo articulado, compõem a organização da informação, localizamos a atividade de ordenação dentre esses procedimentos; e apontamos a ordenação de documentos como uma das atividades de ordenação e objeto de estudo deste livro. Em seguida, apresentamos um conjunto de ideias para fundamentação do tema, que são tratadas, tanto no aspecto conceitual e terminológico, quanto no que tange à categorização e caracterização dos métodos constituídos no decorrer do tempo.

1.1 Ordenação de documentos como processo de organização da informação

A ciência da informação pode ser explicada como campo que se ocupa da produção de mensagens sobre qualquer objeto para um público, visando à apropriação da informação por esse público. As ideias propostas por Paul Otlet (1934)[112] contribuíram para o entendimento de que todo e qualquer objeto pode ser tratado na perspectiva do campo, desde os livros e revistas em papel ou em meio eletrônico, até os mais diversos objetos produzidos ou não pelo homem. Especificamente, a biblioteconomia, consolidada no século XIX com foco nos processos e serviços desenvolvidos em bibliotecas, sob a influência da bibliografia e, depois, da documentação, apresenta sua singularidade na ciência da informação por operar com informação bibliográfica. Embora difícil de ser claramente definida, podemos dizer que a informação bibliográfica define-se por:

- informação para construção de conhecimento, necessária a atividades educacionais, científicas e profissionais em geral;

- informação para fruição ou experiência estética;
- informação para fins utilitários, relativa ao acesso a serviços ou atividades de entretenimento, educação, cultura, saúde e direitos civis em geral.

A perspectiva bibliográfica envolve também a experiência sensorial em objetos, como aquelas propostas a partir de exposições.

A apropriação da informação pode ser entendida como a apreensão da informação pelo indivíduo. Esta apreensão é dependente da autonomia dos sujeitos e implica produção de sentido por eles em um processo de transformação em que jogam sujeito e cultura. Para Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini, a apropriação é construída culturalmente, levando a uma situação de diferenciação, em oposição à assimilação que é a transformação do diferente para o semelhante.[113] Esses autores afirmam também que não se trata apenas do desenvolvimento de habilidades ou competências informacionais pois, ainda que essas sejam consideradas, devem ser abordadas num quadro amplo de questionamentos que envolve a informação e seus dispositivos* (bibliotecas, centros e núcleos de documentação, de informação, de memória, dentre outros), em suas múltiplas interações e ângulos.

Meios (dispositivos) e fins (apropriação da informação) devem estar articulados para que não percam a razão de ser, comprometendo a compreensão conceitual do campo, sua aplicabilidade e seu reconhecimento social. A oferta de conteúdos e os mecanismos de acesso a eles caracterizam-se como uma intervenção na produção e uso do conhecimento. Esta intervenção é realizada a partir de ações específicas sobre certos objetos perante certas pessoas, como dissemos. Cada um deles, objetos e pessoas, recebeu denominação própria no percurso da consolidação científica do campo, qual seja, documentos e usuários.

As pessoas a quem chamamos de usuários são aquelas abordadas em alguma dimensão de suas vidas a partir da qual certas informações podem ser utilizadas com proveito, seja científico, utilitário, educacional, estético, ou outros. Embora todas as pessoas sejam usuárias de informação, considerando que a necessidade e o uso de informação são

* Perrotti e Pieruccini[113] baseiam-se no termo 'dispositivo' no sentido de categoria constitutiva dos atos simbólicos, como tratado por Michel Foucault, Gilles Deleuze e outros. Explicam que esse ponto de vista mostra-se especialmente importante hoje, quando modos de produzir, distribuir e receber cultura ganham contornos distintos dos herdados da modernidade, dependendo cada vez mais de artefatos técnicos, instituições, redes e circuitos especializados, cada qual imprimindo discursos próprios.

inerentes ao ser humano, o campo trabalha com estas necessidades de informação de modo particular, buscando satisfazê-las e, antes disso, sensibilizando públicos para tal. Assim, trata-se antes de público que de usuários, no sentido de pessoas que são destinatárias da produção de mensagens sobre objetos.

Documentos são objetos abordados informacionalmente. O documento se define por uma instância física (seu suporte material) e uma instância simbólica (informativa, conteudística), sendo que esta última é sempre uma atribuição, ou seja, não é inerente ao objeto.

Quanto à dimensão física, além dos documentos em papel mais amplamente conhecidos e utilizados, o documento eletrônico é aquele acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador), podendo ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários (p. ex., filme em VHS, música em fita cassete), enquanto o documento digital é um documento eletrônico caracterizado pela codificação somente em dígitos binários e acessado por meio de equipamento apropriado (p. ex., texto em PDF, planilha de cálculo, áudio em MP3, filme em AVI). Assim, todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital.[41] A despeito dessa distinção, documento eletrônico é termo amplamente adotado para indicar documentos acessíveis pelo computador, virtualmente ou não.

A dimensão informativa do documento, como dissemos, não é prévia, não está dada; ela é construída no momento da interpretação ou da elaboração do documento. Para Jean Meyriat[101] e Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo,[130] "ser documento" depende de que ele seja usado como tal. Ainda segundo Meyriat, o documento pode ser definido como um objeto de suporte da informação, que serve para comunicar, e que é durável, de modo que a comunicação pode se repetir.[101]

Se o documento é objeto construído, ou seja, não existe *a priori*, ou *in natura*, o documento bibliográfico também não é objeto preexistente, mas depende de ações humanas de significação que o tornem como tal. Miguel Ángel Rendón Rojas afirma haver uma certa subestimação do sentido histórico da palavra *biblos* e suas derivadas biblioteca e *bibliotecología* (como usado na América espanhola).[122] Em seu sentido original, tal como aparece no pensamento grego e helenista, *biblos* designava o material com que eram fabricados os objetos sobre os quais se escrevia, passando, depois, a indicar os próprios objetos. A palavra era utilizada quando ainda não existiam os livros produzidos pela imprensa como conhecemos hoje, mas rolos de papiro ou pergaminho (na Antiguidade)

e códices (na Idade Média) no sentido de objetos com informação objetivada, feitos para serem lidos, portanto, objetos de conservação e transmissão de informação. Desse modo, o autor entende que *biblos* pode ser interpretado como documento (no sentido abrangente aqui adotado), ou seja, incluindo não só o livro em seu sentido contemporâneo, enquanto objeto de determinada forma e elementos que o estruturam, mas todo tipo de objeto operado segundo seu fluxo informativo por meio de sistemas e atividades específicas.

Assim, é preciso superar a crença de que o documento bibliográfico é previamente definido por sua tipologia, caso do livro e do periódico, embora estes tipos sejam recorrentes em sistemas de informação bibliográfica como bibliotecas, centros de documentação e bases de dados especializadas, entre outros, por apresentarem conteúdos científicos ou literários. Outra revisão que se faz urgente é a ideia de que o suporte alteraria a tipologia documental; ao contrário, um livro, ao apresentar uma mensagem condicionada por uma forma de organização de conteúdos que o caracteriza, não deixa de ser um livro caso seja produzido em meio eletrônico.

Considerando que nenhum objeto é por si mesmo um documento, o processo de transformação do primeiro no segundo decorre das atividades documentárias,* tratadas adiante, que funcionam como produção de mensagens sobre objetos em relação a usuários. Do ponto de vista do campo que nos ocupa, um objeto faz-se documento a partir dessas atividades.

Outro momento, no entanto, é aquele da interpretação realizada pelos usuários: essa interpretação é influenciada pelas mensagens propostas por meio das atividades documentárias sobre objetos, mas não é determinada por elas. Não há relação de correspondência direta entre as mensagens sobre objetos e sua interpretação, mas o estudo das diversas apropriações realizadas pelos usuários (ou não realizadas) contribui como modo de avaliar e reorientar as atividades documentárias.

A produção de mensagens é realizada segundo o que chamamos de mediação da informação: mediação entre documentos e usuários,

* Os adjetivos 'documental' e 'documentário' não são consensuais na literatura científica brasileira. Adotamos 'documental' quando estão em questão aspectos do documento (tipologia documental, suporte documental) e 'documentário' para indicar certos procedimentos operados sobre documentos e seus instrumentos e produtos decorrentes (atividade documentária, linguagem documentária, sistema documentário). Esta forma tem sua origem na tradução do termo francês *documentaire* e evidencia a especificidade das operações que particularizam o campo.

com o fim de promover — não garantir — ações conscientes e proativas destes sujeitos diante daqueles objetos. A mediação tem como alvo a comunicação da informação que se dá entre a representação do objeto e o sujeito que a interpreta. Segundo Marilda Lara, a comunicação se efetiva no momento da apropriação.[83]

A mediação da informação se realiza por meio de atividades documentárias, a partir da atribuição de uma utilidade à informação por uma instituição, levando à constituição do que podemos chamar de projetos de informação. Johanna Smit fala em institucionalização da informação como a utilidade que lhe é atribuída em uma dada instituição, a partir da qual é organizada.[153]

É preciso, porém, definir esses termos de modo específico. Instituição compreende uma instituição social (instituição, grupo de pessoas ou pessoa), nem sempre correspondendo a uma instituição jurídica. Utilidade é aquilo que tem valor, que serve para algo, em geral, necessidades humanas, mas não no sentido puramente instrumental.[57]

Cada projeto de informação é realizado a partir de atividades documentárias que constituem sistemas de informação documentária ou sistemas documentários. Dentre eles, tratamos dos sistemas de informação bibliográfica. Inicialmente caracterizados pelas bibliografias e bibliotecas com seus acervos e catálogos, hoje apresentam uma amplitude maior de variações a depender das tipologias e suportes documentais, dos conteúdos dos documentos e dos públicos e atividades em que se inscrevem. Assim, temos repertórios bibliográficos diversos, como dissemos anteriormente, quais sejam, bibliografias, catálogos de bibliotecas, bases de dados e estruturas hierárquicas para navegação e acesso a documentos eletrônicos, entre outros.

Em termos gerais, podemos considerar como atividades documentárias:

- identificação das necessidades de informação;
- seleção;
- coleta;
- representação;
- ordenação;
- preservação; e
- elaboração de produtos e serviços de informação, exposições, etc.

Para a identificação das necessidades de informação, é realizado diag-

nóstico do fluxo de produção e uso de informação no contexto das atividades que estão em questão. A partir do diagnóstico, é possível obter critérios que subsidiem a seleção de documentos.

O produto da seleção de documentos é a coleção de documentos, a qual é determinante na constituição do sistema por fornecer-lhe personalidade. Os documentos da coleção são, ou não, coletados. Os documentos podem não ser coletados quando há a indicação do seu endereço eletrônico ou do nome e localização da pessoa ou instituição depositária deles; há, ainda, bases de dados que não apresentam a informação de localização para acesso, como no caso das bases de dados científicas, em especial no período anterior à publicação de revistas em meio eletrônico. Quando os documentos são coletados, é realizada sua ordenação por meio de códigos, ou não; quando realizada, a ordenação dos documentos é a última etapa da organização da informação, pois é aquela em que os documentos tornam-se finalizados para acesso e uso pelo usuário.

A representação dos documentos ocorre nos próprios documentos — no caso dos códigos a eles atribuídos para sua ordenação em um certo espaço — e/ou em repertórios bibliográficos, como bases de dados, na forma de registros, caso em que ocorre a ordenação dos seus pontos de acesso.

As atividades de preservação dos documentos garantem maior perenidade da sua integridade física, enquanto ações necessárias para fornecer condições de uso.

A partir das atividades citadas, são realizados serviços de informação e demais ações relacionadas como: a busca sistêmica e contextualizada da informação em sistemas diversos ou em documentos dispersos; o acesso ao documento (à exceção das bases de dados cadastrais, nas quais o próprio registro deve responder à questão da busca); a disseminação seletiva da informação; o apoio para o uso da informação e a formação de usuários; a produção de exposições; e as ações diversas para sensibilização de públicos.

Dentre as atividades documentárias citadas, aquelas que constituem a organização da informação são:

- seleção de documentos;
- coleta de documentos;
- representação de documentos na forma de registros constituintes de repertórios bibliográficos, por meio dos processos de descrição, indexação e elaboração de resumos, e da escolha e forma

de pontos de acesso, e na forma de códigos de localização de documentos, muitas vezes com uso do processo de classificação bibliográfica; e

- ordenação de documentos e ordenação de metadados de documentos, a partir de códigos dos documentos (ou não), no primeiro caso, e de pontos de acesso a registros de repertórios bibliográficos diversos, no segundo.

Como podemos ver, a ordenação envolve mais que a atividade de alocação física de documentos. Decorrente das atividades de produção de catálogos em bibliotecas e de elaboração de bibliografias, realizadas durante séculos, a ordenação consolidou-se, como afirmou Paule Salvan há mais de quatro décadas, como atividade que envolve documentos, fichas de um catálogo ou referências de uma bibliografia ou de um catálogo impresso.[132] Birger Hjørland sintetiza a ordenação como a operação realizada sobre documentos, representações dos documentos e documentos eletrônicos, acrescentando, portanto, estes últimos aos já conhecidos objetos da ordenação.[70]

Assim, a ordenação deve ser compreendida como processo realizado sobre dois objetos concretos: documentos e metadados dos documentos. No primeiro caso — a ordenação de documentos — tem-se a disposição física de documentos. O segundo caso — a ordenação de metadados dos documentos — faz menção aos metadados que, na forma de registros, compõem os diversos tipos de repertórios bibliográficos. Considerando a atividade no tempo, a ordenação de metadados refere-se à ordem atribuída às referências de bibliografias e seus índices de acesso, aos cabeçalhos de fichas catalográficas, aos pontos de acesso dos índices das bases de dados de qualquer tipo e aos termos que compõem as hierarquias construídas para navegação e acesso a documentos eletrônicos.

As estruturas hierárquicas de navegação e busca de documentos eletrônicos *online* são, para Géraldine Gourbin, classificações adotadas nos diversos recursos da internet como ferramentas de acesso complementares à busca por termos possibilitada pelos tesauros, e não ferramentas substitutas.[63] Como exemplo concreto, Gourbin ressalta a iniciativa pioneira dos dois estudantes da Stanford University, dos Estados Unidos, David Filo e Jerry Yang, em 1994, na criação do Yahoo, diretório de busca na Web baseado na ordenação hierárquica de recursos. Desde 2002, o Yahoo adota indexadores automáticos, mas ainda mantém alguns recursos dos diretórios.[159] Para Gourbin, no entanto, a despeito do grande

número de recursos indexados pelos motores de busca, em comparação com os diretórios, a orientação e a recuperação possibilitadas por estes últimos são ainda mais necessárias, pois entende que a função documentária é onipresente na internet e as técnicas documentárias estão à frente de outras técnicas ali adotadas.

Vários outros exemplos de ordenação de documentos eletrônicos *on-line* podem ser apresentados, mas destacamos os *signets* (ou marcadores, em tradução literal) da Bibliothèque Nationale da França, cujos profissionais selecionam e dispõem, de modo atualizado, fontes de informação referenciais (como arquivos, bibliotecas, revistas, enciclopédias) disponíveis na internet, seguidas de resumos. A ordenação se apóia nas classes e subclasses da CDU e se apresenta de modo alfabético e temático (hierárquico). O esquema está disponível em http://signets.bnf.fr/.

Bertrand Calenge fala da ordenação nos catálogos, tratando da complementaridade que uma busca numa estrutura hierárquica pode fornecer à busca com descritores.[26] Assim, observa sua utilidade em especial quando a coleção é pequena ou quando o público tem pouca habilidade na busca por conceitos precisos.

Tanto a ordenação de documentos quanto a ordenação dos metadados dos documentos demonstram, simultaneamente, a anterioridade e a atualidade da atividade.

A atividade de ordenação em sentido amplo apresenta funções de caráter comunicativo e gerencial, o segundo sempre voltado a dar conta do primeiro. Elegemos três funções como principais: modo de leitura, localização dos documentos e gestão da coleção.

A ordenação envolve produção de mensagens, neste caso, modos de leitura da coleção de documentos enquanto propostas orientadoras da sua exploração pela circulação no espaço, tanto o tradicional quanto o eletrônico. Estas propostas de modos de leitura implicam a apresentação dos documentos em determinada perspectiva, ou seja, segundo certos aspectos e não outros. Como modo de orientação para certos percursos e olhares sobre a coleção, é possível saber o que há nela, buscar pelos documentos de interesse e identificar outros cuja relação foi estabelecida na ordenação. As exposições e atividades similares também estão incluídas nesta função.

Outra função da ordenação é a localização dos documentos em determinada coleção. Um código ou um endereço eletrônico atribuído a cada documento singulariza-o diante dos demais em uma coleção, possibilitando o acesso, ao realizar a relação entre o registro do documento na base de dados e sua localização em um espaço tradicional

ou eletrônico. Em uma coleção tradicionalmente alocada, o código permite que o documento seja retirado e guardado novamente segundo a ordenação adotada. No caso de endereços eletrônicos de documentos para localização, não está em questão um arranjo propriamente dito, a não ser quando há estruturação hierárquica para navegação e acesso. Desse modo, os pontos de acesso dos diversos repertórios bibliográficos remetem aos registros a que se referem, que, por sua vez, indicam os documentos correspondentes, com exceção das bases de dados cadastrais.

A atividade é adotada também para a gestão das coleções no que se refere a uma política de seleção para aquisição e descarte de documentos e ao planejamento dos espaços para sua alocação. No que tange ao melhor uso do espaço, estão em questão a previsão de crescimento da coleção e as condições e os modos mais adequados de armazenamento segundo suporte e tipologia documentais, tanto para fins de preservação quanto para fins de acesso.

A despeito da usual ênfase gerencial atribuída às atividades de seleção nos cursos de biblioteconomia, todas as atividades documentárias devem ser devidamente geridas, portanto, desenvolvidas de modo articulado em um processo integrado, segundo políticas, métodos e ferramentas pertinentes. Como toda atividade de organização da informação, a ordenação deve ser orientada pelos objetivos institucionais, pelas características da coleção de documentos e pelas atividades do público-alvo para as quais certas informações podem ser utilizadas.

1.2 Fundamentos da ordenação de documentos

No tópico anterior, explicitamos a abrangência e a especificidade da atividade de ordenação, dentre aquelas que compõem as atividades de organização da informação. Assim, considerando a atividade de ordenação como composta pela ordenação de documentos e pela ordenação de metadados de documentos, identificamos e caracterizamos a primeira como objeto deste livro.

Neste tópico, a preocupação central é com um percurso que permita uma fundamentação sobre o tema. Segundo Ferrater Mora, fundamento é termo utilizado no sentido de princípio, razão ou origem.[57] Pode ser entendido como a razão de ser de algo, ou adotado para indicar o fundamento da realidade a partir de algo ideal, ou ainda, como o princípio último que é a razão de todos os princípios particulares. Para Heidegger, o princípio de razão é um princípio fundamentante. Os significados apresentados para o termo 'fundamento' nos permitem cercar sua compreensão quanto aos objetivos do tópico em questão, o qual segue

na direção da elaboração de elementos essenciais, portanto, não acidentais ou circunstanciais, sobre a atividade de ordenação de documentos.

Buscando refinar a compreensão sobre o tema, tratamos de sistema conceitual que deve sustentá-lo a partir de terminologia própria. Por meio da consideração de que pontos de vista distintos refletem e são refletidos pelos termos adotados, apresentamos variação terminológica em um mesmo idioma e entre idiomas. Tendo por base essa análise terminológica, discorremos sobre ordenação de documentos, estabelecendo relações e distinções entre esta e o processo de classificação bibliográfica. Para tanto, aprofundamos algumas questões em torno do aspecto classificatório da ordenação, apresentando abordagem linguística que possibilita sua caracterização em face de outros processos de organização da informação, com o fim de fornecer base sólida para uma avaliação dos instrumentos classificatórios adotados no campo.

1.2.1 Conceitos básicos da ordenação de documentos

Conceitos sustentam a compreensão de atividades. A observação da terminologia pertinente à explicitação da ordenação de documentos remete à afirmação de Juan Carlos Sager: "estudar uma matéria equivale a aprender as linguagens dessa matéria".[129] Ou seja, compreendemos um determinado conhecimento, aplicado ou não, e podemos analisá-lo e validá-lo, a partir da observação da terminologia que o constitui. Portanto, uma terminologia específica e elaborada de modo rigoroso é necessária à explicitação do conhecimento a que se refere.

A partir da sistematização apresentada por Bertrand Calenge e colaboradores,[26] além de Combot[39] e Cacaly,[25] procuramos estabelecer os elementos conceituais e terminológicos que compõem o processo de ordenação de documentos. A concepção apresentada reflete o que denominamos de modelo francês e foi escolhida em função do grau de generalização que apresenta e de se tratar de modelo aplicado. Os termos não apresentam correspondência direta com os termos adotados no Brasil, mas refletem em parte a prática profissional brasileira.

O termo principal que nos ocupa é 'ordenação de documentos', definido como o processo de arranjo de uma coleção ou de parte de uma coleção de itens documentais, em móveis, como estantes ou arquivos, decorrente de operações baseadas em uma ordem preestabelecida a partir de determinado critério de interesse.

Sob o ponto de vista instrumental, para realizar essa atividade pode-se dispor de um quadro de ordenação, que apresenta o sistema geral da ordenação de documentos na forma de uma arquitetura do modo de or-

denação que é proposto. O quadro de ordenação seria um mapa ou um esquema do modo como os documentos serão ordenados, desenvolvido especialmente para implementação em uma coleção determinada.

Por sua vez, o instrumento que efetivamente permite executar essa atividade segundo sua própria sistemática em uma dada coleção é o plano de ordenação. Trata-se de um texto que descreve a organização, as regras de ordenação e os modos de acesso ao conjunto de documentos da coleção. O plano de ordenação predetermina a organização do espaço documental e deve ser passível de ampliação. Atribui-se a cada documento um lugar único, o que permite a fácil e rápida recuperação do documento, bem como seu retorno ao mesmo lugar, possibilitando a manutenção da ordem inicial com o mínimo de esforço.

Para operacionalizar a ordenação de documentos, é comum que se recorra à cota, que é o dado de localização de um documento em uma coleção. A cota do documento permite identificá-lo e ordená-lo no conjunto de documentos da coleção. Os seus elementos constituintes apresentam sucessão estruturada que fornece a orientação a ser dada à ordenação dos documentos e à sua localização. A cota é geralmente representada por um conjunto de letras ou números, que será reproduzido no documento e em todas as suas imagens (registro de entrada, catálogos, etc.), permitindo que seja encontrado no lugar que lhe foi atribuído.

As cotas validadas são assim chamadas por corresponderem a uma organização espacial e intelectual do espaço documental determinada *a priori* no plano de ordenação. Indicam o conjunto das cotas construídas previamente e segundo uma estrutura ou mapa próprio de organização, à diferença do uso adaptado de sistemas de classificação bibliográfica, ou ainda, do uso de notações classificatórias destes sistemas, atribuídas documento a documento, na ausência de adaptação local, como veremos adiante.

Desse modo, cotação é a operação de elaboração da cota de um documento pertencente a uma coleção para a determinação de sua posição ou localização nesta coleção. Envolve uma etapa propriamente intelectual relativa à elaboração da cota, seguida de uma etapa marcadamente material que se dá com a inscrição da cota no registro do documento na base de dados e a produção de uma etiqueta e a colagem desta no documento. A etiquetagem, por sua vez, é a operação que consiste em fixar sobre o documento a etiqueta com a cota. Recorre-se à recotação quando se opta por um novo modo de ordenação que conduz à mudança de lugar dos documentos com a atribuição de outra cota conforme o

novo quadro de ordenação escolhido. Quando ocorre uma recotação de vulto, convém estabelecer uma tabela de correspondência, onde sejam colocados, em paralelo, as cotas antigas e as novas.

O manual de cotação é a lista do conjunto de cotas validadas de uma coleção, acompanhadas de notas de uso, remissivas, instruções sobre uso, etc., podendo conter também um índice.

As cotas podem basear-se em aspectos como o material ou a ordem de entrada, usuais em acervos reservados; em um sistema de classificação adaptado à coleção, caso em que a lista de cotas validadas é construída a partir de um sistema de classificação preexistente; ou em um plano de ordenação, que inclui cotas validadas produzidas localmente.

Podemos dizer que não há plano de ordenação de fato quando se trata de cotas produzidas a partir de um sistema de classificação preeexistente e na ausência de adaptação de seus elementos. Neste caso, uma notação classificatória é construída no momento da análise de cada documento, segundo o sistema adotado, para compor a cota.

Calenge explica que essas cotas não podem ser chamadas de cotas validadas.[26] De fato, por esse procedimento não ocorre a adaptação de um sistema de classificação para a produção prévia e local das cotas. Assim, a estrutura classificatória do sistema pode não corresponder àquela que seria mais adequada à coleção de documentos. A situação citada é usual nas bibliotecas brasileiras, em especial, aquelas que adotam o número de chamada com uso da CDD ou da CDU e da tabela de Charles Ammi Cutter para nomes de autor. A chamada 'notação de autor', baseada nas tabelas de Cutter, é amplamente difundida mas parcialmente utilizada. Nos Estados Unidos, por exemplo, mas também em outros países, como na França, segundo afirma Philippe Combot,[39] é comum adotar, após a notação classificatória, não a notação de Cutter, mas as três primeiras letras do nome do autor. Combot informa que a tabela de Cutter sequer é ensinada na França.

A origem do plano de ordenação que caracteriza o modelo francês encontra-se na experiência da Bibliothèque Publique d'Information, do Centre Georges Pompidou, em Paris. Devido à grande quantidade de documentos disponíveis para acesso livre, desde sua criação, em 1977, a atividade de atribuição das cotas como um processo pós-determinado, a partir da CDU, gerou uma multiplicidade de cotas sem controle.

Assim, as cotas validadas passaram a ser produzidas a partir de uma lista restrita de notações da CDU. Qualquer nova notação deveria ser previamente validada. Desse modo, o princípio do plano de ordenação nasceu nesta biblioteca e baseado na CDU.

A motivação para isso, segundo Calenge, foi a busca por legibilidade e racionalidade dos espaços. Para ele, o plano de ordenação foi o resultado do trabalho de agrupamentos de documentos por meio da produção de cotas, feita de modo estruturado, segundo as massas documentais em jogo, os públicos em causa e os limites do espaço.

O documento final representa a formalização do sistema de endereçamento físico dos documentos, em especial, para acervos de livre acesso. Para Calenge, o plano de ordenação é uma ferramenta que torna visível a política documentária produzida para um público específico. Ao mesmo tempo, configura-se como ferramenta de gestão, que permite à equipe de trabalho "adaptar-se, discutir e contestar".[26]

De um lado, essa sistematização que caracteriza o modelo francês tem como base um plano de ordenação como instrumento que mapeia e operacionaliza a ordenação dos documentos, servindo como instrumento para a leitura da coleção e circulação por ela, acesso aos itens, seleção e descarte, preservação e otimização do espaço. De outro lado, o modelo anglo-americano tem no catálogo topográfico* um instrumento de uso interno para o controle dos itens da coleção, em especial aquela de acesso direto do público.

Com a automação dos processos de gestão dos acervos de bibliotecas, foram desenvolvidos módulos de controle dos itens da coleção, oferecendo mais funcionalidades, como as que contabilizam itens existentes, aquisições, descartes, etc. No entanto, nem o antigo catálogo topográfico, nem o módulo administrativo dos sistemas de gestão de bibliotecas funcionam como instrumentos de ordenação dos documentos, no sentido mais específico que um plano de ordenação permite contemplar. Por sua vez, as soluções apresentadas para a constituição do número de chamada são bastante completas para a individualização, em especial, de livros nas diversas situações em que são produzidos e utilizados, como veremos no capítulo 3.

Seria válido retroceder no tempo em busca da compreensão sobre a construção dessas propostas, como realiza Simone Weitzel.[164] A partir da análise de obras de autores do século XIX que tratam de desenvolvimento de coleções, a autora constatou que eles se pautavam fortemente

* O catálogo topográfico relaciona os documentos segundo a ordem de sua colocação nas estantes. Dentre suas funções estão a de servir de chave para os números de chamada e evitar sua duplicidade, auxiliar o trabalho de classificação, funcionar como catálogo sistemático e inventário do acervo, proporcionar a visão de conjunto da coleção e seu registro histórico e estatístico, proporcionar uma cópia de segurança do catálogo e permitir a compilação de bibliografias temáticas.[96]

pelas ideias de política, planejamento, plano e critérios para desenvolver coleções, assim como, pela concepção de uma estrutura para sua formação. Weitzel cita ainda modelos atuais de política de desenvolvimento de coleções, dentre eles, o Conspectus, da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), em que os assuntos das coleções são determinados pela concentração de itens em classes e subclasses de um esquema de classificação. Assim, para uma consolidação do tema da ordenação de documentos, carecem de pesquisa tanto os aspectos históricos quanto as propostas contemporâneas.

1.2.2 Ordenação de documentos e classificação bibliográfica

A compreensão da atividade de ordenação de documentos demanda retomar o papel da classificação bibliográfica, considerando a diversidade de métodos, quais sejam, o cronológico e o alfabético (ambos baseados em sequencialidade) e o classificatório ou sistemático (pautados pela ideia de estrutura). A atividade de ordenação ou arranjo de documentos é usualmente designada no idioma francês pelo termo *classement*.

Segundo Suzanne Jouguelet, o termo *classement* é adotado para indicar a ordenação dos documentos no espaço, ou seja, a operação material de colocar documentos em ordem, alocando-os, uns em relação aos outros, enquanto o termo *classification* refere-se à operação intelectual adotada para a realização do *classement*.[77] Essa distinção já era clara no *Traité de documentation,* de Paul Otlet (1934), que adota esses termos, conforme o contexto.[112] Por sua vez, na tradução para o espanhol, publicada em 1996, o termo *classement* é traduzido de vários modos, ora como classificação ou ordenação, ora como colocação. Posteriormente, Suzanne Briet (1951) adotou, explicou e exemplificou o uso desses termos.[19]

Na França, do ponto de vista arquivístico, utiliza-se mais o termo plano de ordenação (*plan de classement*) do que plano de classificação (*plan de classification*).[72] Este instrumento apresenta uma estrutura essencialmente hierárquica, constituída pela enumeração de grandes funções e atividades administrativas em uma instituição, ou de atividades principais de um indivíduo, para a organização de documentos que lhes sejam correspondentes. O objetivo é preservar o contexto da criação de um documento e, por conseguinte, determinar seu valor primário (administrativo, financeiro ou legal) e seu valor secundário (testemunho histórico). Como podemos observar, a preferência pelo termo 'plano de ordenação' parece representativa da ideia de arranjo de documentos segundo algum critério de interesse: indica que o plano de ordenação em si não é de classificação, sendo este, de fato, o método adotado para

aquele. Essa distinção não se faz em alguns países, nos quais se usa apenas o termo 'plano de classificação', como no Canadá, onde o trabalho de Michèle Hudon foi publicado,[72] e no Brasil.

Em espanhol, Manuel Carrión Gútiez deixa evidente o enfoque generalizante da atividade de ordenação de coleções (*ordenación de los fondos*) ao discorrer sobre métodos de ordenação, como o sistemático, o alfabético e o cronológico, considerando também seu uso misto.[32] O autor trata, ainda, do código de localização dos documentos, empregando o termo *signatura topográfica*, usual em espanhol, para falar dos diversos códigos de localização dos documentos produzidos, a depender das necessidades identificadas.

No português de Portugal, identificamos o termo 'arrumação', atribuído tanto para a ordenação de documentos nas estantes, quanto para a ordenação de fichas em catálogos, segundo Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão.[56] O termo 'cota' é definido como um indicador de localização, constituído por símbolos e adotado para a colocação de documentos nas estantes, que permite encontrá-los por meio da conexão entre o catálogo e a estante (p. 210). As autoras distinguem o 'número de chamada', dentre as cotas, afirmando que é usado especificamente em classificação, cuja notação (classificatória) é seguida de elementos que individualizam o exemplar enquanto tal (p. 524).

Em francês, observamos que *code* é usado para código no sentido corrente, enquanto *cote* configura-se como elemento da terminologia especializada do tema que tratamos. Desse modo, segundo Calenge[26] e Boulogne,[18] *cote* é o termo adotado para o código que individualiza o documento em uma coleção. *Cote* é usual na apresentação dos resultados de buscas em bases de dados da França para a indicação dos códigos de localização dos documentos representados nos registros, do mesmo modo que cota é adotado em bases de dados em Portugal.

Portanto, no francês da França, no espanhol da Espanha e no português de Portugal, a distinção entre os conceitos de ordenação e classificação é objetivada por termos próprios. Nestes idiomas também se usa termo próprio (*cote*, *signatura topográfica* e cota, respectivamente), e não número de chamada, caso particular daquele. Cota tem origem no latim *quota*, no sentido de marca distintiva para uma unidade dentre outras de um mesmo conjunto, ou seja, etimologicamente, não há equivalência entre cota e código. Outra diferença idiomática de interesse é a do verbo que indica a ação de produzir cotas: cotação, no português de Portugal[56] e *cotation*, em francês.[26] Não há termo correspondente em espanhol e no português do Brasil.

Em inglês, segundo o *Online dictionary for library and information science*, o termo *shelf mark* indica historicamente a marca ou código escrito ou fixado em um manuscrito ou livro impresso para fins de sua localização em uma biblioteca específica. O termo foi precursor do número de chamada (*call number*) que é definido como um código único impresso em uma etiqueta fixada do lado de fora de um item em uma coleção de biblioteca, também mostrado no registro bibliográfico que representa o item no catálogo da biblioteca, para identificar o exemplar específico da obra e sua localização relativa na estante. Afirma-se, ainda, que, em geral o número de chamada é usado em bibliotecas, segundo estrutura descrita anteriormente, que tem como primeiro elemento de ordenação um número de classificação.[121] Desse modo, a indicação temporal permite explicitar a distinção entre códigos que apresentam função ordenadora e um dos modelos desenvolvidos para contemplar esta função a partir de condições específicas e critérios próprios.

Tanto os termos franceses relativos aos processos, instrumentos e produtos da ordenação de documentos, quanto os termos adotados em outros idiomas apontam para algum nível de distinção entre os conceitos em questão, enquanto que, no Brasil, ainda não se formou um sistema conceitual próprio para uma terminologia sobre o tema.

Ressaltamos, porém, a obra *A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa*, de Ana Virgínia Pinheiro, que emprega o termo 'ordenação de documentos' e reconhece que há negligência no estudo e sistematização da atividade, haja vista tratar-se de recurso para acesso à informação.[116] Outro diferencial brasileiro é a literatura sobre os fundamentos das linguagens documentárias, na qual os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica são problematizados por meio de aspectos estruturais e funcionais.

Se ordenar documentos é propor um arranjo para eles em um certo espaço, a chave da ordenação é o método adotado, seja o cronológico ou o alfabético (sequencialmente definidos) ou o classificatório (estruturalmente concebido).

A classificação, em sentido geral, implica o processo intelectual pelo qual reconhecemos coisas que apresentam características semelhantes entre si, formando um conjunto em relação a outro conjunto de coisas. A classificação bibliográfica, por sua vez, é a operação intelectual que envolve a identificação de características dos documentos, reunindo os que apresentam características semelhantes e separando os que têm características diferentes. Para o agrupamento de documentos segundo o método classificatório, são adotados atributos como: tipologia docu-

mental (livro, periódico, bibliografia, dicionário, enciclopédia, patente), tipo de conteúdo (gênero literário, biografia), origem da literatura (espanhola, inglesa), público (crianças, mulheres), assunto, etc.

Classificar documentos não se refere unicamente ao atributo assunto, no sentido de combinação de conceitos relativos a conteúdos temáticos, porque não se trata de classificar os conhecimentos constantes dos documentos, mas ordenar esses documentos segundo as diversas características pertinentes ao objetivo de comunicação da informação. A classificação bibliográfica é operação lógica de identificação de atributos dos documentos como um todo no conjunto da coleção, e não apenas quanto ao seu conteúdo temático. No entanto, a compreensão de que a classificação bibliográfica opera unicamente com o atributo assunto foi se sedimentando na literatura especializada, no ensino e na teoria. Nessa perspectiva é que a classificação bibliográfica foi desenvolvida como pertencente aos estudos da chamada representação temática.

Quanto a isso, vale retomar a observação de William Berwick Sayers há um século.[141] Analisando a CDD, ele atentou para o fato de os documentos não tratarem apenas de assuntos específicos, já que muitos, como enciclopédias e periódicos, contemplam vários assuntos, e outros, como as obras literárias, possuem na forma o modo como os assuntos são apresentados, além de livros que tratam de um assunto segundo uma abordagem específica, como histórica, teórica, etc. Ele afirma ser necessária a distinção entre forma e assunto, propondo uma regra de classificação em que primeiro busca-se pelo assunto, depois pela forma, exceto nos casos em que a forma é primordial. Alguns anos antes, Sayers especificou os casos de uso da forma na classificação bibliográfica: obras compostas de vários assuntos, obras nas quais a forma predomina sobre o assunto e obras em que assuntos específicos são tratados segundo pontos de vista particulares.[143]

No processo de classificação bibliográfica, empregam-se os sistemas de classificação bibliográfica, que são, dentre as linguagens documentárias, aqueles que se caracterizam, em termos de estrutura, por uma hierarquia, e em termos de função, pela vocação para a ordenação de documentos. Esses sistemas contam, normalmente, com um esquema geral de classificação por grandes temas ou disciplinas, tabelas auxiliares (que se referem a aspectos comuns que podem ser utilizados em qualquer classe do esquema, como forma, tempo, espaço e ponto de vista) e um índice alfabético que facilita o acesso às diversas perspectivas sob as quais um termo pode ser abordado (por exemplo: criança em psicologia, em educação, em antropologia, em religião, etc.), assim como, à

classe ou subclasse da estrutura hierárquica mais adequada aos objetivos da classificação.

Considerando as vantagens apresentadas pelo uso dos sistemas de classificação bibliográfica para a ordenação de documentos, como os parâmetros cognitivos que oferecem para uma navegação entre documentos e a familiaridade dos públicos quanto à sua estruturação, o exame de suas características e de suas formas de uso permite ampliar a compreensão desses sistemas.

Uma dessas características é a centralidade do livro. Sistemas de classificação bibliográfica foram desenvolvidos para contemplar em especial documentos da categoria livro e outros textos escritos, como obras literárias, monografias acadêmicas, além de obras de referência e periódicos. Esses sistemas foram adequados aos tipos de documentos encontrados em bibliotecas, principalmente as não especializadas. Para outros tipos, como documentos audiovisuais, relatórios, patentes, entre outros, são adotados modelos próprios de ordenação e codificação.

Por sua vez, a denominação 'sistema de classificação documentária' é adotada para caracterizar a CDU desde seu surgimento, pois ela foi pensada para ser aplicada à ordenação de diferentes tipos de documentos em contextos diversos, possibilitando a ordenação de repertórios bibliográficos e catálogos; obras em bibliotecas; notas, observações, extratos de documentos diversos destinados ao estudo e trabalhos pessoais; sumários de periódicos; documentos gráficos, ilustrações e fotografias; patentes; catálogos industriais, entre outras aplicações documentárias.[36]

Essa questão é evidente também na segunda edição da CDU (1927 e 1933), cujo título, em sua abrangência, compreende não só o objeto livro, mas o ultrapassa: *Classification Décimale Universelle: tables de classification pour les bibliographies, bibliothèques, archives, administration, publications, brevets, musées et ensembles d'objets pour toutes les espèces de documentation en général et pour les collections de tout nature*.[142]

Também Paule Salvan, na França, considera a CDU uma classificação documentária por sua origem, ao mesmo tempo, catalográfica e bibliográfica, voltada a todo tipo de documento.[132] De qualquer modo, como vimos anteriormente, na sua origem, bibliográfico não se relaciona exclusivamente a livros, mas essa relação é usual, como vimos na vocação dos sistemas tradicionais de classificação para livros e textos escritos em geral.

Outro aspecto a considerar é a estruturação hierárquica dos sistemas de classificação bibliográfica. Marilda Lara analisou e comparou a CDD com a CDU. Concluiu que ambos os sistemas apresentam restrições por

incluir, numa única hierarquia, diferentes tipos de relações entre suas unidades, não só relações hierárquicas, mas também as relações denominadas associativas, do tipo causa–efeito, produtor–produto, ação–objeto da ação, agente–instrumento, atividade–agente, etc.[80]

Jean-Claude Gardin, em 1966, já tratava da questão identificada por Marilda Lara.[60] Ele propôs deixar de lado a observação sobre códigos e outros aspectos formais (sistema decimal, símbolos alfanuméricos, etc.), assumindo que é mais razoável definir os principais tipos de classificação por meio de seus traços estruturais. Neste contexto, trata da relação analítica, que ele definiu como a que une o termo à classe da qual ele faz parte em uma linguagem. A partir daí, Gardin chama de dimensões de uma classificação a natureza das relações analíticas que a constituem, propondo, deste modo, dois tipos de classificação: a unidimensional e a pluridimensional. A primeira apresenta um tipo de relação analítica apenas, enquanto a organização pluridimensional apresenta diversas categorias de relações analíticas, a depender dos pontos de vista adotados para cada termo, de tal modo que um mesmo termo é alocado em mais de uma classe, implicando sua repetição, como ocorre nas classificações facetadas.

Ao se referir aos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, no entanto, Gardin propôs distinguir entre uma unidimensionalidade real e uma unidimensionalidade aparente. A unidimensionalidade real, por exemplo, é a das taxonomias, típicas das ciências naturais, em que há apenas um tipo de relação analítica. Já os sistemas de classificação bibliográfica, deflagram uma unidimensionalidade aparente pois, sob a qualificação de hierárquico, identificam-se tipos diferentes de relação, como qualificação, localização, instrumentalidade, etc., que nada têm em comum com uma relação de inclusão. Desse modo, outros tipos de relações ficam anônimas e, por essa razão, são confundidas com a relação hierárquica estrita. Maurice Coyaud, que fez parte do grupo de pesquisa de Gardin, desenvolveu essa ideia, demonstrando a diversidade não explicitada de relações analíticas da CDU, na qual são amalgamadas diversas relações em uma só relação de inclusão.[42]

Além das características estruturais desses instrumentos, o estudo da organização da informação não se dá fora de uma perspectiva pragmática. As linguagens documentárias são elaboradas ou adaptadas para uso em cada contexto documentário, privilegiando objetivos institucionais, características das coleções de documentos e especificidades do público-alvo. Diante da tarefa de aplicar um olhar científico a algumas concepções do senso comum, identificamos três questões relacionadas aos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica.

A primeira delas refere-se à caracterização habitual, como enciclopédicos, desses sistemas de classificação bibliográfica, embora se refiram de fato "à pretensão universalizante de abarcar, num só sistema, todo o universo do conhecimento". A universalização, no entanto, não ocorre porque, em uma abordagem semiótica, o que é registrado "é sempre parcial" em face da "infinita possibilidade de interpretação enciclopédica".[81] A mesma autora debruçou-se sobre o conceito de enciclopédia demonstrando não apenas sua complexidade, mas sua pertinência para uma compreensão do campo, em contraposição à ideia de dicionário. Enquanto o dicionário de uma língua apresenta as palavras e suas definições em ordem alfabética, a enciclopédia adota a noção de encadeamento, oferecendo ao leitor verbetes relacionados que possibilitam diversos percursos de leitura.[83] Posteriormente, Olga Pombo analisou o conceito de enciclopédia como o que explicita e sustenta nosso campo de conhecimento.[117]

Uma segunda questão refere-se a que a matriz disciplinar presente nos sistemas de classificação bibliográfica não é representativa do mundo contemporâneo, o que dificulta seu uso e atualização. Assim, a proposta de operar universal e atemporalmente o conhecimento evidencia visão de mundo homogênea e estável, portanto, anacrônica.

A terceira questão é que, na cultura biblioteconômica, a informação foi continuamente considerada um dado, ou seja, a informação existiria *a priori* e a representação seria o esforço de resgatá-la do documento. Esta perspectiva levou à ideia de que na representação há uma relação de fidedignidade entre o conteúdo de um documento e a expressão utilizada para representá-lo. Como decorrência, com base em Marilda Lara, o produto da classificação seria uma reprodução.[81]

Quanto a essas três questões, observamos que persiste a ideia de sistemas pretensamente universais, adotados na ausência da percepção do significado da datação histórica de determinada abordagem do conhecimento, e que partem de pontos fixos de enunciação a serem mecanicamente equiparados aos conteúdos dos documentos, cuja interpretação também seria única. Para Marilda Lara, a informação é sempre uma construção, porque as generalizações realizadas na atividade documentária são um produto cultural, fruto da experiência com a realidade, portanto, não são neutras, nem possuem um fim em si mesmas.[81] A constituição de sistemas de informação é uma operação carregada de intencionalidade que persegue objetivos específicos. As necessidades pragmáticas determinam os recortes, ou seja, as segmentações dos conteúdos, de forma a viabilizar um fluxo informativo efetivo. Consequen-

temente, um mesmo universo documentário pode ser organizado e representado de diversas maneiras, pautando-se nos distintos propósitos a que se destinam.

A classificação bibliográfica foi adotada para a ordenação dos documentos por assuntos, tipos de documentos, etc. Posteriormente, a indexação passou a ser também adotada por possibilitar, por excelência, a recuperação dos assuntos dos documentos. No entanto, é preciso tratar da classificação bibliográfica e da indexação como duas operações básicas e distintas de organização da informação.

Como a classificação bibliográfica é usada com o objetivo de realizar a ordenação de documentos, a representação realizada é genérica, pois é baseada no documento como um todo. O produto deste tipo de representação é uma notação classificatória baseada em uma representação linguística referente a uma classe, seguida de elementos que realizam a individualização do item na coleção.

Na indexação, a representação realizada é mais específica, pois o objetivo é explorar a diversidade intelectual do documento. Os descritores, produtos da representação, funcionam como pontos de acesso temáticos que remetem aos registros da base de dados, os quais indicam documentos, com exceção das bases de dados cadastrais que remetem a registros, como dissemos. Diferentemente dos sistemas de classificação bibliográfica, a estrutura classificatória dos tesauros, idealizados para fins de indexação, é apenas uma referência para a organização global do instrumento. O foco na indexação é o conceito, ou uma combinação dos conceitos, não a classe onde ele se localiza. A posição do conceito na estrutura classificatória do tesauro faz com que ele seja marcado pelas características da classe onde se insere mas, diferentemente da classificação bibliográfica, a classe é relativizada porque o foco desloca-se da estrutura para o próprio conceito representado pelo descritor.

Já na indexação que emprega listas de cabeçalhos de assuntos, é comum que cada unidade seja combinada com uma notação classificatória, de modo que não haja duplicação de esforços entre indexação e classificação. O problema é que, além das restrições linguísticas e pragmáticas apresentadas pelos sistemas classificatórios usuais, listas como a *Library of Congress subject headings* ou a *Sears list of subject headings*, segundo Marilda Lara, são instrumentos que não permitem o controle efetivo do vocabulário porque não dispõem de uma base estrutural, o que se agrava quando seus cabeçalhos são traduzidos pelas instituições que os utilizam e adotados em catálogos alfabéticos de assunto.[80]

A ordenação de documentos distingue-se da representação descriti-

va e da representação temática, pois estas operam a partir da exploração dos vários elementos informacionais possíveis e desejáveis para controle e busca — respectivamente, elementos de identificação de documentos e elementos de conteúdo temático dos documentos — enquanto aquela tem como objeto de representação um atributo considerado central em face da observação da unidade física documental em sua globalidade. Os aspectos fundamentais da ordenação de documentos são a materialidade e a espacialidade, no que tange ao lugar dos documentos em uma coleção junto a outros que a compõem.

A atividade de ordenação em sentido amplo refere-se a um arranjo de documentos ou de metadados de documentos que permite navegação e acesso. A ordenação possui como matriz ordenadora uma estrutura hierárquica ou uma sequência (numérica ou alfabética) que determina o arranjo básico. No caso das estruturas hierárquicas de navegação e acesso a documentos eletrônicos, ainda que se possa incluir um mesmo registro em diversas categorias, temos como resultado classificações do tipo pluridimensional, caso das classificações facetadas, segundo apontou Gardin.[60] A atividade de ordenação, baseada em percursos cognitivos sequenciais ou hierárquicos, nunca oferece o caráter multidimensional de representação que caracteriza as bases de dados, por meio das quais são possíveis várias entradas ou pontos de acesso aos registros dos documentos, inclusive os cruzamentos entre essas entradas.

A distinção entre instrumentos usados para os processos de organização da informação é necessária à sua compreensão. Temos linguagens documentárias pré-coordenadas (como os sistemas de classificação bibliográfica, inclusive os facetados), em que os termos estão combinados previamente, compondo o sistema, ou são minimamente combinados no momento da representação dos documentos, e linguagens documentárias pós-coordenadas (como os tesauros), nas quais a combinação de termos se dá na representação de documentos e busca no sistema.

De modo relacionado está a distinção entre linguagens documentárias de classificação e linguagens documentárias de indexação, sendo as classificatórias voltadas para o documento como um todo, em uma organização unidimensional, e as de indexação voltadas para seus conteúdos temáticos, em perspectiva multidimensional, exemplificadas, respectivamente, pelos sistemas de classificação bibliográfica e pelos tesauros.

As classificações apresentam como base uma hierarquia, enquanto os tesauros têm na hierarquia uma referência, não uma característica fundante. Assim, o que está em questão é a vocação de cada linguagem

documentária, tendo em vista a estrutura que a constitui, de tal modo que a inclusão de relações entre os termos estranhas ao tipo de linguagem em questão compromete sua coerência e funcionalidade. Os sistemas de classificação bibliográfica apresentam vocação para a ordenação, não para a recuperação. Como exemplo de inadequação da estrutura para uma função, temos as primeiras propostas de taxonomias corporativas que, rapidamente, incorporaram outros tipos de relações entre os termos para além das relações hierárquicas, visando à funcionalidade como instrumento de recuperação da informação.

Por fim, ao falar em classificação, é preciso observar as variações conceituais em organização da informação, atentando para abordagens mais consistentes. Operações classificatórias compõem a base de todos os processos de organização da informação — catalogação, indexação, elaboração de resumos e ordenação de documentos e de metadados (com exceção da ordenação sequencial contínua) —, bem como de todos os processos subsequentes de busca em bases de dados ou em acervos ordenados. No entanto, contemporaneamente, é comum o uso dos termos 'classificação' e 'organização da informação' como equivalentes. Se, em meados do século XX, estudos de classificação eram representativos do que hoje compreendemos como 'organização da informação', pois estava ainda em desenvolvimento um aprofundamento sobre cada um dos seus processos específicos, faltaria, na atualidade, analisar os avanços realizados.

Os estudos de organização da informação, assimilados a estudos de classificação, imprimem uma simplificação à compreensão dos seus processos, pois estes são reduzidos à abordagem unidimensional que define a classificação, obscurecendo a especificidade de cada atividade, no que tange a suas funções, métodos e problemas particulares.

Jacques Maniez fala do uso do termo inglês *classification* por F. W. Lancaster, quando este se refere à indexação como processo de classificação, exemplificando com a indexação de um documento pelos termos escola primária, televisão e habilidade de leitura.[94] Para Lancaster, o exemplo demonstra a atribuição do documento às três classes identificadas por esses termos (como em um processo de ordenação classificatória), e não ao conceito que representam (como ocorre na indexação), segundo tratamos neste tópico. Assim, concordamos com Maniez quando afirma que é preciso distinguir os usos específicos do termo classificação em ciência da informação.

1.3 Métodos de ordenação de documentos*

Método é um procedimento adotado para se chegar a determinado fim e, em sentido mais restrito, segundo Nicola Abbagnano, "indica um procedimento de investigação organizado, repetível e autocorrigível que garanta a obtenção de resultados válidos".[1] O método é um procedimento lógico que, por isso, não deve ser determinado por reflexões elementares ou conjeturas. Desse modo, os métodos de ordenação de documentos são procedimentos elaborados cientificamente que orientam a ordenação mais adequada para alcançar um fim em um dado contexto documentário.

Por vezes, mencionamos que uma coleção documental está disposta nas estantes por título, ordem de entrada, assunto, tipologia documental, autoria, data de publicação, tamanho, público, e assim por diante. A tais designações subjaz algum método, determinado por critérios aplicados segundo um ou mais atributos documentais, podendo ser combinados sucessivamente, codificados ou não, permitindo agrupar ou sequenciar uma coleção documental, como tratamos a seguir.

1.3.1 O atributo documental como base dos métodos de ordenação

Os critérios norteadores dos métodos de ordenação são baseados em atributos dos documentos, os quais são considerados em cada contexto documentário. Como vimos, a compreensão de um objeto como documento é situacional. Desse modo, os atributos a serem adotados para efetivar a ordenação são sempre dependentes dos objetivos do contexto documentário, sejam atributos intrínsecos aos objetos, como os de ordem material (suporte, tamanho), sejam atributos relativos ao percurso do documento na instituição, como o número de entrada, atributos de autoria, a depender das circunstâncias de produção e dos interesses institucionais colocados em questão, atributos de conteúdo relativos aos contextos político, social, etc. Assim, tanto nos atributos intrínsecos aos objetos, quanto naqueles imputados para fins de seu tratamento documentário, o que determina a ordenação é a atribuição de valor realizada localmente.

A priori, quaisquer atributos documentais podem ser empregados de modo isolado ou combinado para a ordenação de documentos. A escolha de um ou mais atributos para fins de ordenação não é tarefa simples e não deve ser realizada aleatoriamente. Nessa direção, segundo Aida Slavic, a escolha deve considerar aspectos como as necessidades do usuário e da biblioteca, o tamanho e tipo da coleção e as funções a serem desempenhadas pelo código de localização nesse contexto.[152]

* Camila Silva, com a colaboração de Cristina Ortega e Marcelo dos Santos.

Ademais, vale considerar que, ao se escolher dois ou mais atributos, um deles é aplicado por vez no momento da ordenação, ou seja, um deles será o critério principal de ordenação, relegando os demais para um plano subsidiário. Quando se combinam dois ou mais atributos, há que se determinar quais deles têm precedência sobre os outros.

Essa ordem é correlata à ordem de citação ou ordem das facetas, segundo a literatura sobre classificação bibliográfica, na medida em que cada atributo age como faceta, conforme indica Anthony Foskett: "O efeito da ordem de citação é agrupar materiais sobre tópicos que se enquadram na *faceta primária*, mas dispersar informações sobre tópicos que se enquadram em qualquer uma das outras facetas" (p. 81).[58] Assim, o estabelecimento do atributo primário provoca um efeito colateral, que é a impossibilidade de oferecer, a partir do arranjo materializado, alternativas de percurso de leitura segundo os atributos secundários. No entanto, as opções possibilitadas pela combinação de diferentes atributos são variadas e, em qualquer caso, deve-se avaliar quais e quantos são os atributos mais indicados para a ordenação de documentos no contexto em questão.

A partir da escolha dos atributos pode-se chegar a dois modos de ordenação: um de matriz sequencial e outro de matriz hierárquica. No primeiro, o resultado da ordenação de documentos é uma sucessão, pois os atributos escolhidos permitem a individualização do documento, situando-o linearmente em relação aos outros. Ainda que existam grupos, a matriz sequencial impõe linearidade ao conjunto de grupos, fazendo com que um grupo seja apenas consecutivo aos outros. No modo hierárquico, o resultado da ordenação de documentos se efetiva na proposição de agrupamentos documentais baseados em estruturas hierárquicas (classificatórias). Por meio dele os documentos são primeiramente agrupados, pois o que está em evidência são as características similares que os unem num mesmo grupo e os posicionam em relação aos outros grupos dentro da estrutura classificatória. A singularização dos itens dentro de cada conjunto formado acontece apenas numa etapa posterior. Assim, há uma generalização que iguala os documentos, nivelando-os numa escala de valores, que determina a horizontalidade do grupo, e uma individualização subsequente que permite que cada item assuma sua posição no arranjo.

Embora alguns autores, como Jesse Shera e Margaret Egan,[148] Anthony Foskett[58] e Brian Vickery[163] façam referência ao problema da ordenação e busquem alternativas para sua compreensão, não se pode fazer uso direto das reflexões que estes autores elaboraram para a ordenação de documentos, uma vez que seus trabalhos visam a esclarecer e propor soluções para a ordenação no que se refere à elaboração do catálogo sistemático. Vickery, por exemplo, menciona a ordenação nas

estantes como um dos modos de emprego de sistemas de classificação, mas não desenvolve uma reflexão quanto às especificidades da ordenação de documentos e esta acaba esquecida.[163] Mais recentemente, Birger Hjørland explica a questão afirmando que muitos sistemas de classificação são empregados, tanto para a ordenação de documentos quanto para as buscas por assuntos em catálogos, o que configura um dilema, uma vez que um sistema apropriado para catálogos não necessariamente será adequado para o arranjo de itens nas estantes.[71]

Ao tratar da ordenação de documentos, Noêmia Lentino,[89] Gaston Litton,[91] Jacques Maniez,[95] Birger Hjørland[70] e Aida Slavic[152] elaboraram propostas sobre os modos de ordenação. Litton, ao contrário dos demais, não faz distinção entre ordenação e classificação, utilizando, para ambos os processos, o termo classificação, embora descreva especificamente modos de ordenação, motivo pelo qual selecionamos sua proposta.[91]

O quadro 1 visa a explicitar as convergências e distanciamentos das propostas dos cinco autores citados quanto aos modos de ordenação.

Quadro 1. Propostas de modos de ordenação de documentos

MODO DE ORDENAÇÃO	**Noêmia Lentino (1971)**	**Gaston Litton (1976)**	**Jacques Maniez (1993)**	**Birger Hjørland (2007)**	**Aida Slavic (2009)**
cronológico		cronológico		cronológico	cronológico
	de entrada	de entrada	número de inventário	de entrada	de entrada
alfabético	alfabético	alfabético		alfabético	alfabético
			autor		
sistemático	sistemático	sistemático		sistemático	sistemático
			assunto		
		linguístico	por língua		
		por gênero literário			
		por forma (enciclopédias, dicionários, revistas)			
como currículo			por disciplina	como currículo	
colocação de obras				colocação de obras	
por forma	por tamanho/ cor		por tamanho/ encadernação	por forma	
considerando-se o uso				considerando-se o uso	
princípio de proveniência			origem	princípio de proveniência	
aleatório				aleatório	

Comum à abordagem de Lentino, Litton, Maniez, Hjørland e Slavic encontramos: as ordens cronológica, alfabética e sistemática ou classifica-

tória. Se esses tipos de ordem parecem indicar entendimento comum quanto a alguns modos de ordenação, a compreensão explicitada por cada um dos autores confirma a diversidade de escolhas possíveis. Porém, uma análise mais detida do quadro permite-nos identificar modos de ordenação que, por estarem assentados sob as mesmas bases, poderiam ser agrupados segundo um elemento ordenador de maior escopo, configurando propriamente três métodos de ordenação, como segue:

Cronológico: utilizado quando ocorre a escolha de atributos passíveis de serem ordenados numa sequência de tempo progressivo, ou seja, quando se deseja ordenar documentos por períodos temporais que darão origem a sequências contínuas. Neste sentido, data de publicação, data de *copyright*, número de fascículo e número de entrada do documento são exemplos de atributos elegíveis quando se objetiva ordenar uma coleção cronologicamente.

Litton, Hjørland e Slavic separam a ordem cronológica e a ordem de entrada, mas parece-nos pertinente reuni-las sob a ordenação cronológica uma vez que a ordem de entrada (*accession order*, em inglês) se estabelece também mediante emprego de atributos cronológicos que definem progressiva e linearmente a precedência de um documento em relação ao que o segue.

Slavic nos lembra que nas bibliotecas europeias a prática de etiquetagem dos livros para fins de ordenação era frequentemente realizada pela ordem de entrada dos itens nas bibliotecas, ou seja, segundo a ordem de sua aquisição, para a qual se usava a denominação *numerus currens*, expressão latina para números consecutivos, que alude justamente à progressão linear. Assim, a ordem de entrada é regida por um número de entrada, ou número de inventário, como diz Maniez. Cabe ressaltar que a ordem cronológica pode ser aplicada isoladamente, como nos casos em que o número de entrada do documento é o único atributo empregado para fins de ordenação ou, de modo subsidiário, este atributo é adotado dentro de um agrupamento temático ou material.

Um dos inconvenientes resultantes do emprego isolado da ordem cronológica é a dispersão de possíveis agrupamentos que facilitariam a navegação pelas estantes por parte dos usuários. No que concerne ao seu emprego subsidiário, Walter Biscoe[12] e Gaston Litton[91] chamam a atenção para o fato de que a ordem cronológica de publicação dentro de um tema pode oferecer ao usuário um mapa indicativo do desenvolvimento deste mesmo tema, servindo como elemento de orientação inicial. Quanto a este tipo de emprego, no entanto, as críticas recaem sobre a raridade com que os usuários buscam por um documento, dentro dos agrupamentos principais, por data, ao invés de outros atributos, como a autoria.

Alfabético: decorrente da escolha de atributos cuja nomeação se dá pelo emprego de palavras ou letras, como é o caso dos elementos de identificação dos documentos, como autor, título, série. Na ordem alfabética os documentos devem estar dispostos conforme a sequência A–Z, segundo a ordem crescente das letras. A ordenação alfabética dos documentos se concretiza por sequências que, neste caso, geram agrupamentos, do que decorre que haja intercalação entre os itens de cada agrupamento. Embora possa ser empregada isoladamente, a ordenação alfabética é comum, por exemplo, para a ordenação de itens de uma classe (de assunto, por exemplo) ou para a disposição de obras literárias a partir de seus títulos. Outro uso subsidiário é apontado por Noêmia Lentino quando afirma que, nas bibliotecas que só possuem livros de ficção, a autoria é o atributo mais adequado, pois permite reunir toda a produção de um autor num mesmo espaço.[89] Margaret Mann também afirma que o arranjo por autor é o mais indicado para as coleções de ficção, mas pondera que o emprego deste tipo de arranjo dispersa os agrupamentos por assuntos dificultando a consulta direta às estantes.[96] Tais limitações são válidas para quaisquer outros elementos de identificação dos itens acima mencionados.

Sistemático ou classificatório: materializa-se quando os atributos escolhidos compõem uma estrutura classificatória que permite que os documentos sejam ordenados obedecendo a uma estrutura de classes e subclasses que possibilita a intercalação de novos documentos dentro dos agrupamentos que obedecem a essa estrutura. Nesses casos os atributos podem ser o assunto, a tipologia documental (livro, periódico, bibliografia, dicionário, enciclopédia, patente), o tipo de conteúdo (gênero literário, biografia), a origem da literatura (espanhola, inglesa), o público (criança, mulher, idoso), a matriz linguística, a região geográfica, desde que elaborados segundo uma estrutura classificatória. Trata-se de um modo disseminado de dispor as coleções em acervos de acesso aberto que agrupam documentos similares e, em seu conjunto, revela relações de superordenação, subordinação e coordenação, entre as classes. A CDD e a CDU são exemplos bastante conhecidos de sistemas adotados, embora existam outros também de caráter pretensamente universal (Colon Classification, de Ranganathan, a Bibliographic Classification, de Bliss, a Library of Congress Classification, tratados adiante) e sistemas localmente desenvolvidos. Assim, entende-se, por exemplo, que as ordens linguística, por gênero literário e por tipo (também denominada forma), apresentadas no quadro a partir de Litton,[91] Maniez[94] e Hjørland,[70] poderiam ser contempladas pela ordenação classificatória. Ana Virgínia Pinheiro afirma que a inevitabilidade de modificações constantes no posicionamento dos itens nas estantes e a necessidade de espaços

vagos nas prateleiras para a acomodação de novos itens são seus principais pontos fracos.[116]

Os tópicos acima contemplam métodos segundo vários atributos. Faz-se necessário, ainda, considerar algumas situações no que tange à materialidade e espacialidade para uma ordenação de documentos.

Atributos materiais, como tamanho, formato,* extensão, suporte e cor, são inerentes a quaisquer documentos e exercem influência direta sobre as propostas de ordenação, uma vez que se impõem enquanto elementos condicionantes, podendo também constituir os atributos determinantes para o arranjo. A materialidade mostra-se importante nos contextos em que a preservação dos documentos, o aspecto de ordem e a economia de espaço são pontos relevantes para a ordenação, sendo especialmente empregada em sistemas de localização fixa.[116]

No que concerne à espacialidade, a ordenação por atributos materiais (tamanho, suporte, cor, etc.) ou por tipo do documento (obras de referência, teses, etc.) conduz a uma separação dos itens de certo tipo ou suporte do restante da coleção, devido à exigência de acesso rápido (caso das obras de referência dispostas na entrada de uma biblioteca) ou de preservação (condições especiais de temperatura e umidade, como no caso dos audiovisuais, ou necessidade de localização fixa para documentos frágeis). De modo semelhante, a ordenação com base no uso, segundo Hjørland,[69] remete à prática de agrupar documentos cuja utilização é recorrente e, por isso, precisam estar em local de fácil acesso. Neste caso, a relevância de uso dos documentos no contexto em questão, configurando um atributo exclusivamente situacional e transitório, define seu agrupamento. Este critério é utilizado em bibliotecas escolares e universitárias, nas quais documentos são separados para uso pelos alunos em função das disciplinas ou atividades em curso, passando a ocupar posição diferenciada em relação ao restante da coleção.

A ordenação como currículo[70] ou por disciplina[94] remete às situações em que a coleção é ordenada conforme as disciplinas que compõem a base de certo modelo de ensino. Hjørland menciona as sete artes liberais

* Os formatos estão associados, primordialmente, ao número de vezes em que a folha de papel foi dobrada e não exatamente ao tamanho (altura) do item, já que a folha a ser dobrada poderia sofrer variações de altura e largura conforme seu fabricante. O formato, em linhas gerais, era reconhecido pela quantidade de dobraduras a que fora submetida a folha: se dobrada em duas partes era chamada in-fólio; em quatro, in-quarto; em oito, in-octavo; em doze, in-duodécimo.[56] Ana Virgínia Pinheiro afirma que, fora do contexto de impressões em papel artesanal e com o surgimento do papel contínuo fornecido em bobinas, essas denominações perderam significado.[116] Assim, formato passou a ser utilizado para indicar características físicas do documento, como o tamanho, e também o modo de organização dos conteúdos e o padrão tecnológico de representação dos dados.

como exemplo deste critério uma vez que elas compunham o conjunto das disciplinas (lógica, gramática, retórica, música, aritmética, geometria e astronomia) consideradas essenciais para quem almejasse o sacerdócio ou um lugar na hierarquia eclesiástica durante a Idade Média.[70] A ordenação como currículo ou por disciplina relaciona-se, portanto, a coleções de instituições de ensino.

A ordenação segundo o critério de proveniência dos documentos[70] ou origem[94] ocorre nos casos em que coleções são doadas a bibliotecas, implicando uma ordenação em separado do restante do acervo e que respeite o arranjo original. Trata-se do arranjo original dos documentos segundo seu funcionamento na instituição de origem ou na vida da pessoa a quem pertenciam, em referência a uma abordagem claramente arquivística.

Os documentos publicados com algum tipo de material adicional também revelam questões de localização espacial. Alguns exemplos são os suplementos de fascículos de revistas, *compact-discs* ou similares complementando materiais de ensino de língua, entre muitos outros. Assim como há decisões a tomar no processo da catalogação quanto à produção de registros próprios ou não, também para a ordenação deve-se decidir se cada material adicional será alocado em seguida ao item a que pertence. Quando esta é a decisão tomada, a relação entre as partes do item é apresentada ao usuário.

Outra situação relativa a espaços refere-se às redes ou sistemas de informação, como as redes de informação científica e os sistemas de bibliotecas escolares e de bibliotecas universitárias. Neles, cada unidade componente alimenta uma base de dados de uso comum. Para que a localização do documento indicado na bases de dados seja possível, o código do documento no registro da base pode ser antecedido pelo código da biblioteca que possui o documento. A ordenação dos documentos, no entanto, é sempre local, de tal modo que o código afixado no documento em cada unidade participante da rede prescinde do código da biblioteca (mas não de sua identificação, por exemplo, na forma de um carimbo nas páginas internas, no caso de livros e similares). A situação das redes ou sistemas demonstra a distinção entre ordenação de documentos em um espaço e representação de documentos em repertórios diversos, como bases de dados, cuja indicação de biblioteca depositante pode ser desejável.

O entendimento de que os sistemas de classificação tradicionais, em especial a CDD, não conseguiam atender adequadamente às especificidades das instituições e seus respectivos públicos, fez despontar propostas de ordenação de documentos alternativas a essas classificações.

O sistema METIS, desenvolvido e implementado em 2011 por qua-

tro bibliotecárias de uma escola primária, em Nova York, define um esquema para ordenação de documentos em bibliotecas infantis a partir de estudos sobre os tipos de categorização realizados por crianças de diferentes idades, em conformidade com o vocabulário por elas empregado. As responsáveis pela proposta do sistema explicam que as 26 classes principais e suas subdivisões foram elaboradas com a ideia de que sua adequação à idade do público era primordial.[61] Deste modo, tendo como base as letras do alfabeto, as notações para codificação no sistema METIS são bastante simplificadas. O número de chamada é adaptado localmente e conjugado com outros elementos, como imagens e símbolos, o que permite que o arranjo esteja em consonância com as necessidades expressas pelo público infantil.

De modo similar, no âmbito das bibliotecas públicas francesas, a ordenação de documentos por centros de interesse (*centres d'intérêt*) — música, esporte, espetáculos, preconceito, viagens, etc. — propõe a definição de espaços reservados a grandes assuntos a partir de atributos temáticos localmente definidos. Conforme Richard Roy[128] e Brigitte Richter[126] os documentos de um mesmo assunto, de pontos de vista diferentes e em diferentes suportes, são reunidos num único espaço com o intuito de facilitar o acesso pelos usuários. Todavia, cabe ponderar que a ordenação por centros de interesse, segundo Annie Béthery[10] e Bertrand Calenge[26], pode resultar em soluções arbitrárias, pois se baseia exclusivamente na subjetividade do corpo profissional de cada instituição em definir suas temáticas, relegando às bibliotecas uma tematização muito concreta e simplificada que, em muitos casos, subestimaria a capacidade de abstração dos leitores.

Também no contexto francês a compreensão de que o tratamento diferenciado de parcelas da coleção, em instituições que utilizam estruturas classificatórias, pode oferecer propostas de acesso mais compatíveis com as especificidades dos públicos resultou na elaboração de soluções de ordenação como a estabulação livre (*stabulation libre*) e o *corpus* de autor (*corpus d'auteur*).

Pierre-Yves Lador propõe que, na estabulação livre (por analogia com os animais deixados soltos nos estábulos), parte da coleção esteja disposta de modo desordenado, mas num espaço em destaque na biblioteca, enquanto a maioria da coleção seja organizada nas estantes conforme o sistema de ordenação empregado para o acervo como um todo.[79] Voltada a públicos não especializados, destina-se a destacar um conjunto de itens, mesclando títulos muito divulgados, que funcionam como chamariz, com outros menos conhecidos do grande público. O arranjo tradicional e os itens em estabulação livre conviveriam, pois o objetivo não é mudar todo o sistema de ordenação empregado, mas propor soluções

para divulgação e acesso a títulos não reconhecidos, desconhecidos ou esquecidos por um público que carece do hábito de percorrer as estantes e que poderia, assim, utilizar mais amplamente a coleção.

Se a estabulação livre está voltada a públicos não especializados, a proposta materializada com o *corpus* de autor, conforme definida por Bruno Béguet, busca reunir toda a produção de um mesmo autor num único espaço, de modo a auxiliar nas buscas de maior complexidade apresentadas por usuários envolvidos em pesquisas acadêmicas e científicas.[8] Empregado na coleção de monografias da Bibliothèque Nationale da França, o *corpus* seria basicamente a reunião, em classes reservadas da CDD, de todas as obras de autores selecionados, em suas diferentes manifestações (edições, traduções, etc.), e dos estudos a elas pertinentes. Práticas de agrupamentos de itens que compõem as manifestações de uma obra são bastante antigas e foram aqui citadas, sob o termo colocação de obras, por Hjørland, no quadro 1.

Toda solução de ordenação levará em conta a materialidade e a espacialidade, pois a primeira incide diretamente sobre os arranjos concretizados em determinado espaço. A espacialidade opera num nível mais geral configurando possíveis modos de leitura a partir da disposição da coleção no ambiente, mas também se faz presente num nível mais particular, não menos importante, na medida em que institui diferentes formas de posicionamento para cada um dos itens que poderão ser localizados no espaço exclusivamente pelo lugar definitivo que ocupam ou pela relação que estabelecem com os demais itens. Assim, tem-se a conformação de dois sistemas de localização de documentos: um fixo e um relativo.

1.3.2 Os sistemas de localização de documentos

O resultado da combinação dos atributos, codificados ou não, de um método de ordenação pode ser observado no posicionamento espacial dos documentos. Podemos falar da ordenação de documentos mediante dois sistemas: fixo ou relativo. Segundo Ana Virgínia Pinheiro, nos sistemas de localização fixa os documentos são ordenados tendo em vista a determinação de um lugar definitivo para seu posicionamento.[116] Nesses casos, a notação indica o ponto exato e fixo de acomodação do documento e espaços são reservados previamente ao crescimento da coleção, de modo a evitar a realocação dos itens.

Nos sistemas de localização relativa, a posição do documento no arranjo é feita tendo em vista sua relação com os demais documentos, não com um lugar previamente definido que ele ocupará na estante. A posição do documento se modifica em função das mudanças no estado

da coleção, pois cada novo item será intercalado no conjunto já formado de acordo com o código de localização que lhe for atribuído, ou mesmo que um código não seja utilizado.

Ana Virgínia Pinheiro afirma que nos sistemas de localização fixa os itens são organizados conforme sua materialidade, fazendo da sua conservação a premissa de conservação de seu conteúdo.[116] Este sistema implica o emprego de códigos, usualmente alfanuméricos, que remetem à estante, prateleira e ordem do item na prateleira. Desse modo, a localização fixa dispersa assuntos e unidades bibliográficas.

Arnim Graesel percebeu tal restrição no século XIX, criticando o sistema por permitir a mistura de assuntos distintos e exigir constantes consultas ao catálogo.[64] Para ele a localização fixa nos torna escravos do catálogo, pois sem tal instrumento seria impossível identificar um dado documento em meio a um labirinto de estantes, e as constantes idas e vindas ao catálogo acarretariam perda de tempo considerável.

Apesar de suas limitações, a localização fixa tem virtudes, pois dispor os documentos um após o outro configura um sistema simples e evita sua interrupção sequencial, não havendo necessidade de remanejamentos ou alterações dos códigos dos documentos.[64]

Outras vantagens do sistema de localização fixa seriam contribuir para a longevidade dos itens documentais; dar um aspecto de ordem à coleção; promover economia de espaço; favorecer o controle, na medida em que facilita a percepção de faltas ou quebra de sequência documental; apresentar-se como importante solução para preservação de coleções; e permitir simplicidade e o caráter mnemônico das notações.[116]

Aida Slavic nos lembra que os sistemas de localização fixa não se valem exclusivamente da ordem de entrada como elemento ordenatório, podendo ser estruturados de outros dois modos.[152] No primeiro, os itens dentro de um agrupamento, usualmente de assunto ou formato, são numerados conforme sequenciamento linear em cada um dos grupos (de 1 até ∞), fazendo com que a notação seja composta pelo símbolo representativo do agrupamento, cujo espaço de ocupação está previamente determinado, acrescido do número de entrada do item no grupo em questão. Por exemplo, G/127 seria o 127º item incorporado ao grupo G.

No segundo modo, emprega-se uma sequência numérica em saltos, geralmente associada ao formato ou tamanho do item, sequência essa relativa ao uso exclusivo do número de entrada uma vez que ele estaria antecipadamente definido dentro de um intervalo, conforme seu pertencimento a dada classe de formato. Por exemplo, in-fólio de 1 a 9 999; in-quarto de 10 000 a 19 999; in-oitavo de 20 000 a 99 999; ou seja, 86 é o 86º livro no grupo dos in-fólio, e 20 147 é o 20 147º livro incorporado ao grupo dos in-oitavo. Ou, ainda, de 1 a 10 000 livros de até 25 cm; de

10 001 a 15 000 livros entre 25 e 35 cm; 15 001 a 18 000 livros acima de 35 cm.

Nesses casos, a notação representativa do agrupamento ou o intervalo numérico fazem às vezes da indicação direta do número de prateleira em que o documento será colocado, como ocorre na localização fixa em sequências exclusivamente contínuas. Assim, a localização fixa é determinada pela previsão quanto aos espaços ocupados buscando-se nunca mudar itens de lugar.

De modo distinto, temos a localização relativa, em que os documentos são agrupados por uma característica que lhes seja comum e, dentro dos grupos, são posicionados em relação aos outros documentos a partir de algum atributo secundário. Segundo Shiyali Ramamrita Ranganathan, o sistema de localização relativa determina: "[...] a posição relativa exata de um documento na biblioteca (relativo a outros documentos e não às estantes) [...]".[120] A efetividade da localização relativa se dá graças à possibilidade de deslocamento dos itens à medida que a coleção é ampliada. Margaret Mann afirma que uma das grandes vantagens deste sistema é a possibilidade de transferir os livros de uma estante a outra sem que a ordem seja perturbada,[96] ou, como afirma Ana Virgínia Pinheiro, trata-se de um sistema em que é possível andar com os livros.[116] Mesmo reconhecendo que a localização relativa tende a ser mais trabalhosa, Aida Slavic argumenta que sua utilização disseminou-se pela possibilidade de navegação espacial que permite, sendo, por isso, mais adequada para instituições onde há livre acesso às estantes.[152]

Considerando os métodos de ordenação e os sistemas de localização, se o método classificatório implica localização relativa dos documentos, os outros métodos resultam em localização fixa ou relativa a depender do modo como são empregados. Assim, a localização fixa é realizada por meio de sequências contínuas ou sequências de agrupamentos sem intercalação, mas com reserva prévia de espaço a cada sequência, de tal modo que não haja deslocamento dos itens, enquanto a localização relativa é realizada por meio de sequências de agrupamentos com intercalação ou por meio de estruturas classificatórias, pois cada novo item incorporado vai empurrando o posterior para frente.

1.3.3 Ordenação de documentos expressa em código

Embora dispensável em certos casos, a ordenação de uma coleção de documentos é usualmente expressa por uma codificação dos atributos escolhidos para efetivar essa ordem, ou seja, cada atributo documental pode ser representado de modo codificado para compor um código de localização. Tal código é formado por uma ou mais notações relativas a

cada um dos atributos escolhidos para a composição do arranjo, considerando-se a individualização do item. Trata-se, como ressalta Calenge, não apenas de atribuir etiquetas aos itens, mas de pensar a rede organizada de itinerários possíveis de leitura para públicos em contextos particulares.[27]

Quanto às atribuições do código, a partir de Bertha Barden[7] e de Donald Lehnus,[88] que explicitam as funções do número de chamada enquanto código de localização de documentos, constatamos que ele deve: organizar documentos em sequência lógica; distinguir os documentos entre si; situar um dado documento em relação a outros ou ao lugar que ele ocupa nas estantes; facilitar o processo de busca, retirada e reposição do documento nas estantes; e auxiliar a identificação dos documentos quando de inventário da coleção.

Segundo Aida Slavic, o código de localização é simplificado ao mínimo de elementos necessários à efetivação da ordem documental para fins de gestão, armazenamento e apresentação numa coleção. Nesse sentido, a autora afirma que deve haver uma proposta de elaboração de código para localização de documentos, referindo-se a um sistema de numeração de chamada, que "[...] inclua a decisão sobre o número de elementos e os tipos de símbolos e o modo como são combinados".[152]

Para a produção dos códigos, os elementos mais utilizados na composição das notações são letras, números e sinais de pontuação, que podem ser empregados individualmente ou combinados, a fim de expandir as possibilidades combinatórias do sistema notacional. No entanto, cabe ressaltar que as letras e os números têm uma ordem sequencial evidente que não se aplica a outros sinais, o que os torna mecanismos especialmente adequados para a composição de notações para fins de ordenação.

Além do código dos documentos, outros tipos de indicação podem ser úteis no espaço de uma biblioteca ou ambiente similar, visando à melhor comunicação com o público. Legendas podem ser produzidas e fixadas às prateleiras, estantes e demais móveis em que estejam dispostos os documentos, de modo a orientar a circulação pelo espaço. Também para contribuir para a localização espacial dos conjuntos documentais pelo usuário e para uma circulação proveitosa, vários outros recursos são utilizados, como o das cores acopladas aos códigos e, de modo correspondente, às legendas.

Convém observar que as cores não exercem a função de classificação, como muitas vezes se afirma, mas a função de sinalização. De fato, as cores não têm potencial para a indicação de atributos ou características dos documentos, ao contrário dos termos e dos números relacionados a eles em uma estrutura hierárquica ou em uma sequência com

agrupamentos. Assim, é importante reforçar a incongruência do termo classificação por cores, a exemplo de Philippe Combot, que se refere, de modo mais apropriado, à codificação com símbolos ou cores (*cotation avec des symboles, des couleurs*).[40] Para esse autor, faz-se a ordenação dos documentos segundo um critério qualquer e se atribui a esse critério uma marca, que não é alfabética nem numérica, mas uma cor ou um pictograma, que é colada no item por meio de uma etiqueta ou similar. Combot considera o método adequado para algumas bibliotecas, como as infantis, em que uma cor por nível de leitura ou por classe, por exemplo, é bastante útil. A constatação da pertinência do termo codificação com símbolos ou cores e da impropriedade do termo classificação por cores deve contribuir para a intensificação de estudos sobre a sinalização em bibliotecas e espaços similares.

É no caso de livrarias, de alguns acervos pessoais, de obras raras e de documentos frágeis que códigos não são adotados, sob pena de que a materialidade original dos documnentos seja alterada. Eventualmente, para estes casos, tiras com os códigos são inseridas nos livros ou outros documentos, sem que sejam neles aderidas.

Assim, na atividade de ordenação em sentido amplo, as formas concretas que são produto da representação podem ser: códigos em etiquetas coladas aos documentos, tiras dispostas nos documentos, endereços eletrônicos dos documentos, além de metadados em geral, como cabeçalhos de fichas catalográficas, referências e índices de bibliografias, pontos de acesso de bases de dados e elementos constituintes de estruturas hierárquicas de navegação e acesso a documentos eletrônicos.

1.3.4 Esquema dos métodos de ordenação

Como a questão primordial para a ordenação é a escolha do tipo de atributo do documento, podemos considerar que o atributo indica o critério norteador do método. Desse modo, propomos sistematizar os métodos de ordenação em sentido amplo — de documentos e de metadados dos documentos — a partir dos atributos, como se mostra no quadro 2.

Como vimos, a ordenação pode ser realizada pelos métodos cronológico, alfabético ou classificatório (também chamado de sistemático). Os dois primeiros implicam modo sequencial de ordenação dos itens, o qual pode ser contínuo ou por agrupamento, ou seja, intercalado. No modo sequencial contínuo, cada item é disposto um depois do outro, baseado em alguma cronologia de eventos, a qual exige codificação numérica; neste caso, os atributos em questão são o número de entrada, os fascículos de uma revista, a data de publicação. No método sequencial por agrupamento, cada novo documento pode ser inserido no meio da-

queles já dispostos no espaço, a partir de algum de seus elementos de identificação, como autor, título, série, para o qual a codificação alfabética é pertinente. O método classificatório ou sistemático, por sua vez, implica organização hierárquica de suas unidades, em uma estrutura, por meio de agrupamentos baseados em classes e subclasses.

Quadro 2. Esquema dos métodos de ordenação

Atributos dos documentos	**Elemento ordenador**	**Método de ordenação**	**Modo de ordenação**	**Estrutura da ordenação**	**Tipo de codificação**
número de entrada, número do fascículo, data de publicação	cronologia	cronológico	sequencial contínuo	não há estrutura, mas sequência contínua	numérica
autor, título, série	elementos de identificação	alfabético	sequencial com agrupamentos e intercalação de itens	não há estrutura,mas sequências de grupos	alfabética
assunto, tipologia documental (livro, periódico, bibliografia, dicionário, enciclopédia, patente), tipo de conteúdo (gênero literário, biografia), origem da literatura (espanhola, inglesa), público (criança, mulher, idoso)	classes, subclasses e assim por diante	classificatório ou sistemático	estruturado, com agrupamentos e intercalação de itens	há estrutura hierárquica	numérica, alfabética ou alfanumérica, com apoio de pontuação ou não

A adoção de mais de um atributo é usual e implica que métodos diferentes sejam usados em separado para partes da coleção, ou conjuntamente para toda ela ou parte dela, fornecendo uma complexidade maior à ordenação para atingir certos objetivos, como preservação dos documentos, exploração cognitiva da coleção pelo usuário, recursos intuitivos para acesso aos itens ou facilidade na tarefa de ordenação. Assim, é comum que, para o método classificatório, adote-se de modo secundário o método alfabético ou cronológico, como é o caso do número de chamada, amplamente adotado em bibliotecas. Também no caso da localização fixa dos documentos, o atributo número de entrada pode ser secundário quanto à materialidade ou assunto do documento. Em todos os casos, o atributo principal é determinante para a identificação da ordenação em função do método que nela prevalece.

A despeito de a literatura falar em método alfabético e classificatório, nos dois casos há itens agrupados segundo certas classes de atributos de documentos, o mesmo ocorrendo no sistema de localização fixa em que a sequência parte de uma classe de formato ou assunto dos documentos. As classes explicam-se por serem constituídas por unidades que apresentam características comuns, de tal modo que cada classe se

diferencia uma da outra em função das características distintas que suas unidades constituintes apresentam. A questão é a do modo como a classe se manifesta em cada método de ordenação. A ordenação alfabética faz-se por classes que se organizam uma em seguida da outra, enquanto a ordenação classificatória é baseada em uma hierarquia, que se realiza por uma estrutura, constituída por classes, sob as quais estão sub-classes, e assim por diante. De qualquer modo, tanto a sequência (numérica ou alfabética) quanto a hierarquia implicam percursos cognitivos direcionados, mais adequados, portanto, à ordenação de unidades materiais no espaço, sejam documentos, sejam os metadados deles.

2

Histórico de práticas e métodos de ordenação de documentos

Camila Mariana Aparecida da Silva

Neste capítulo traçamos um panorama histórico das práticas e métodos desenvolvidos para fins de ordenação de documentos em bibliotecas e instituições congêneres. Embora parcial e limitado, sobretudo no que concerne à centralidade das tradições anglo-americana e francesa para a análise, o processo histórico delineado revela a riqueza de iniciativas, ora mais, ora menos formalizadas, que atestam a diversidade de soluções e, ao mesmo tempo, a sua relação próxima, mesmo que não exclusiva, com as estruturas classificatórias.

2.1 O papel da memória do bibliotecário: na Antiguidade e na Idade Média

Os primeiros locais reservados à guarda de documentos surgiram antes do aparecimento de tipologias documentais hoje consagradas e, por isso, num primeiro momento, é necessário atentar-se para os suportes destes documentos e os modos de organização de seus conteúdos. Diante da impropriedade de definir estritamente as tipologias documentais utilizadas, restaram-nos vestígios dos suportes documentais empregados para o registro das informações, tais como rolos de pergaminho ou papiro, tabuinhas de argila ou madeira, ou inscrições em mármore, como aponta Wilson Martins (p. 74).[97]

Uma das primeiras iniciativas ligadas à ordenação de documentos de que se tem registro data de aproximadamente 3000 a.C., na cidade-estado de Ebla e refletia o importante papel exercido pela Síria no período. Segundo Félix Sagredo Fernández e María Nuño, tratava-se de uma coleção de documentos registrados em tabuinhas de argila, que cobriam três paredes dos aposentos. Das mais de 15 mil tabuinhas encontradas, as quais haviam sido dispostas criteriosamente em estantes de madeira segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos, a maioria referia-se a atividades administrativas de cunho econômico-comercial, bem como a textos históricos e vocabulários.[131]

O processo de ordenação, ancorado em princípios classificatórios, era realizado por um grupo específico que, além de dominar a arte da escrita, deveria se submeter a um processo de formação que dividia a carreira em três momentos distintos: escriba, professor e decano. Em Ebla, tornava-se evidente a necessidade de controle da documentação relacionada às atividades desenvolvidas pela cidade e sua importância para a administração, haja vista que os documentos encontravam-se dispostos em aposentos pertencentes ao edifício do palácio real.

Ainda na Antiguidade, as civilizações minoica e micênica, de 3000 a.C. a 1100 a.C., também demonstravam preocupação com a guarda de seus documentos e com o sistema empregado para isso. Para Konstantinos Staikos, nas sociedades que se desenvolveram no que hoje conhecemos como a ilha de Creta e constituíram as primeiras iniciativas do que posteriormente se configuraria como a cultura grega clássica, a atenção esteve voltada à conservação, levando-se em conta o suporte de cada documento para realizar seu armazenamento. O trabalho de ordenação relacionava-se, basicamente, à guarda de documentos em quatro suportes: dípticos (duas tabuinhas de argila) ou polípticos (mais de três tabuinhas),* rolos de papiro ou pergaminho e folhas avulsas, também, em papiro ou pergaminho. Cada um desses suportes era acondicionado em vasilhames apropriados ou dispostos de modo que sua identificação, conforme o assunto tratado, pudesse ser feita por meio de selos de argila. Neste caso, o atributo ordenatório era o suporte documental, ainda que para cada um dos suportes definidos os documentos estivessem dispostos e rotulados com selos de argila permitindo que os assuntos fossem identificados. Tratava-se, portanto, de um arranjo baseado em assuntos segundo o suporte do documento.[157]

Tempos mais tarde, sob o domínio da dinastia ptolomaica no Egito entre os anos de 305 a 30 a.C., destacou-se a biblioteca de Alexandria, fundada por Ptolomeu Sóter (367–282 a.C.). Christian Jacob[75] nos lembra que a biblioteca de Alexandria foi importante espaço de acumulação da produção intelectual da Antiguidade e centro aglutinador de eruditos, o que a torna exaustivamente referenciada pelo esforço direcionado no sentido de se construir uma biblioteca universal, que agrupasse todo o conhecimento produzido, embora muito pouco de seu vasto acervo tenha sobrevivido como legado às gerações futuras.

* Dípticos e polípticos eram nomes dados ao conjunto de tabuinhas revestidas com cera, numa das faces, e unidas entre si por couro ou metal, onde romanos e gregos escreviam com o *stilus*, estilete pontiagudo de metal, marfim ou osso, coisas "dignas de memória" (p. 244).[56]

A biblioteca de Alexandria, bem como outras da Antiguidade, apresentava modelos incipientes de ordenação de documentos, mas, ainda assim, merece uma análise mais detida por causa das iniciativas empreendidas e do volume de documentos ali acumulados. Segundo Jacob, estima-se que à época de Calímaco (310/305–240 a.C.) ela continha 500 mil rolos de papiro.[75]

Os relatos deixados em registros dispersos e os poucos vestígios arqueológicos se configuram como indícios de que naquele espaço os processos de organização principiavam pela recepção e inventário dos rolos de papiro. Em seguida, procedia-se à correção e análise dos textos que, posteriormente, eram identificados e agrupados. Nessa terceira etapa do processo de organização colocava-se o *syllabus* em cada rolo de modo a identificá-lo. Tratava-se de uma etiqueta na qual estava escrito o título do documento e, em poucos casos, o nome do autor, bem como as palavras iniciais do texto. Os rolos de mesmo assunto eram acomodados em armários cujo conteúdo era representado pelo busto de um autor que tivesse se destacado no estudo do tema em questão. Nesses armários também se aplicava, em geral, uma inscrição que poderia ser reproduzida nas prateleiras, caixas ou cestos que ficavam dentro dos armários e obedeciam a uma ordenação alfabética segundo o nome do autor. Porém, a ausência de códigos ainda obrigava à revisão completa de uma seção na qual se acreditava estar o texto buscado, uma vez que a codificação era realizada para os armários ou salas, não havendo arranjo definido para identificação dos documentos individualmente.[125]

Quando um rolo continha dois ou mais textos que poderiam, ainda, ser de autores distintos, costumava-se identificar os manuscritos pelo autor do primeiro texto. Esta prática resultava numa quase impossibilidade de se encontrar os demais textos presentes no rolo, a não ser que se pudesse contar com a memória. O *syllabus* registrava as informações apenas do primeiro texto contido em cada rolo e, com isso, pouco contribuíam para a identificação dos textos como um todo. Ademais, Riaño Alonso aponta que a ausência de marcas individuais, que localizasse cada rolo em relação aos outros, obrigava os bibliotecários a revisar a seção completa ou o armário em que se presumia encontrar o material buscado, já que muitas vezes um mesmo rolo podia conter textos de diferentes assuntos que, no entanto, encontravam-se agrupados.[125]

Calímaco de Cirene é reconhecido como o responsável pelo embrião do que teria sido uma espécie de primeiro catálogo de livros: os *pinakes*. Tendo começado a frequentar a biblioteca por volta do ano de 280 a.C., ele produziu seu mais importante trabalho na biblioteca de Alexandria, dedicando-se à construção de tabelas nas quais registrou o nome de escritores gregos acompanhados de dados biográficos, como os nomes

dos pais e local de nascimento, dados importantes numa cultura onde inexistiam sobrenomes, produção bibliográfica, texto inicial dos manuscritos recolhidos, além de elementos de autenticidade e extensão. Estima-se que o catálogo completo compilado por Calímaco tenha resultado em 120 rolos de papiro.[75]

A contribuição de Calímaco se destaca, pois, diferentemente de iniciativas anteriores, ele buscou fazer o repertório dos títulos de posse da biblioteca, não dos rolos de papiro que os continham. Sua iniciativa aponta de modo incipiente para uma preocupação maior com a gestão dos conteúdos dos documentos e não apenas com a gestão do acervo material. A classificação proposta por Calímaco pretendia realizar o agrupamento dos textos conforme os conteúdos que apresentavam e, graças a fragmentos de seu trabalho que chegaram a nossos tempos, sabe-se que ele dividiu os textos em três categorias: oratória, leis e estudos miscelâneos, e ainda se atribui ao erudito outras duas: história e filosofia.[125] De outro modo, segundo Alberto Manguel,[93] Calímaco teria distribuído os textos em oito classes: teatro, poesia, legislação, medicina, história, filosofia e miscelânea. Embora existam divergências quanto às categorias propostas por Calímaco, os *pinakes*, mesmo com seu esboço de um sistema classificatório, afastavam-se dos modernos catálogos, pois não indicavam a localização dos títulos registrados.

Em Alexandria, portanto, a memória do bibliotecário apresenta-se não como artifício de simples recordação, mas como um alto grau de destreza no desempenho de um ofício que requeria o exercício de habilidades só alcançadas ao familiarizar-se com a biblioteca e com os textos nela contidos. Por isso, mesmo limitados, os *pinakes* possibilitaram relativo grau de domínio sobre o acervo da biblioteca. Adquire vulto, neste contexto, o fato de Calímaco ter se valido da análise de categorias propostas por Aristóteles, sistematizando e disponibilizando entre os eruditos conhecimentos que, anteriormente, reservavam-se aos bibliotecários. A partir desse momento o repertório da biblioteca não seria mais exclusividade de bibliotecários, muito embora a função de bibliotecário persistisse ancorada no uso sistemático da memória como o elemento fundamental que, no contexto da biblioteca, permanecia como diferenciador em relação aos demais eruditos.

Segundo Jacob,[75] com Calímaco, e de modo cada vez mais estruturado, Alexandria consolidava-se como esteio do helenismo pela acumulação de textos de diferentes lugares, presentes e passados, gregos e bárbaros, disponibilizados para o trabalho de leitura e escrita de eruditos.

Mais tarde, entre os romanos, mesmo que não se saiba precisar quais esquemas de ordenação eram empregados, Ruth Strout ressalta a possibilidade de as bibliotecas terem arranjos baseados em sistemas de lo-

calização fixa.[158] Segundo ela, Flávio Vopisco (Flavius Vopiscus), autor provavelmente fictício de uma biografia de Tácito, escrita talvez no final do século IV d.C., menciona um códice que se encontrava na sexta estante da biblioteca Ulpiana, parte integrante do fórum de Trajano, inaugurado em 112 d.C., como exemplo de que havia métodos, embora não saibamos exatamente quais, que permitiam aos romanos localizar um item quando este era solicitado.[158]

Data da Idade Média, por volta do século VIII, uma das primeiras listas europeias com descrição de códices de que se tem conhecimento. Ela estava registrada na última folha em branco de um códice e consistia numa breve lista de títulos dos documentos, alguns acompanhados do nome do autor, sem arranjo alfabético ou de assunto, mas que era empregada como inventário da coleção e refletia a provável ordem em que os itens estavam dispostos nas estantes. A ordem de listagem desses códices deveria se orientar a partir de algum sistema de localização fixa por ordem de entrada na biblioteca, usualmente acompanhada de seu agrupamento por tamanho.[158]

Segundo Mathilde Rovelstad as bibliotecas monásticas, dominantes durante o Medievo, possuíam coleções pequenas, com algumas centenas de códices, que permitiam seu agrupamento por meio de uma grosseira ordem de assuntos voltados majoritariamente à vida religiosa.[127] A partir do século XII, em posição diversa, as bibliotecas das nascentes universidades passavam a incluir o ensino de disciplinas profanas. Neste sentido, já em meados do século XIII, é emblemático o exemplo da biblioteca da Sorbonne que se tornou padrão para as demais universidades. A coleção era agrupada conforme as quatro faculdades que compunham a universidade: teologia, medicina, direito e filosofia, sendo que dentro destes grupos os itens encontravam-se ordenados alfabeticamente pela primeira letra do nome do autor. Rovelstad afirma que em 1289 a biblioteca da Sorbonne passou a ser dividida entre uma biblioteca não circulante de referência (*libraria magna*), com 330 volumes, dentre os quais os mais usados ficavam acorrentados às mesas, e uma biblioteca de circulação (*libraria parva*) com aproximadamente 2 000 itens que eram duplicatas e materiais menos valiosos.[127]

Para Ruth Strout somente no século XIV é que se pode falar em listas que associavam o registro dos itens com a indicação do lugar ocupado por eles nas estantes, portanto, uma ordenação dos documentos e de suas representações que respondia a uma mesma lógica.[158] Ainda segundo essa autora a primeira a se destacar foi produzida na catedral de Canterbury, Inglaterra. A lista possuía um arranjo numerado conforme as seções da biblioteca e estas se subdividiam por número de estante. A partir da descrição de Strout observa-se, nesse arranjo, a ordenação

dos livros em localização fixa, uma vez que cada livro estava designado para um lugar imutável em determinada estante. Mais expressiva seria a lista do priorado de São Martinho, em Dover, datada de 1389. Nela, a notação de localização fixa de cada item, representada por números, estava escrita e era seguida pelo título, pelo número da página em que o código de localização foi inscrito no item, bem como o número de páginas do item e o número de títulos contido em cada item. Embora estejamos diante da experiência da adoção de um código de localização fixa, não nos é dado saber quais atributos dos documentos e procedimentos orientaram a ordenação e serviram de base à definição do código.

Mesmo que algumas iniciativas possam ser apontadas como exemplificação dos mecanismos empregados para a elaboração de um sistema de ordenação para as coleções, não é possível assegurar que esse procedimento tenha se configurado como prática corrente nas bibliotecas medievais, majoritariamente pertencentes a mosteiros e catedrais. Ademais, o viés conservacionista dessas bibliotecas e o caráter de segredo das coleções que abrigavam nos permitem entender porque, em grande medida, esses espaços contribuíram para a manutenção da memória como elemento característico e indispensável à função de bibliotecário. Nessas bibliotecas, muitas vezes detentoras de documentos cujo conteúdo colocava em discussão dogmas da Igreja Católica, também como forma de garantir a inacessibilidade a determinados textos, apenas o bibliotecário detinha o domínio sobre os critérios e mecanismos empregados para a ordenação das coleções.

No romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco, cujo enredo se desenvolve em fins de 1327, uma abadia italiana da Idade Média nos oferece uma série de elementos que permitem identificar a função da biblioteca que ela abriga, o papel do bibliotecário e as estratégias de ordenação da coleção. Para Regina Amaro, o bibliotecário da abadia era o único que detinha conhecimento e permissão para mover, encontrar e guardar os livros e a biblioteca caracterizava-se como lugar de conservação e guarda do saber, não de sua divulgação. O código de localização dos livros, "representa a ideia do proibido, do inacessível; constrói um universo de significações do pecado, do medo, do castigo".[3]

A construção da biblioteca em forma de labirinto impunha-se como desafio impeditivo do acesso à coleção, na medida em que dificultava a caminhada por entre seus corredores e impedia a formação de memórias sobre os percursos realizados. Quando decifrado por frei Guilherme o labirinto revelou uma biblioteca construída conforme "uma harmonia celeste, cujo traçado reproduz o mapa do mundo" e cujas salas, estantes e documentos estavam marcados por códigos que conferiam

aos documentos lugares únicos no sistema e encontravam correspondência com os números inscritos no catálogo.[3]

Mais uma vez, e assim como nos exemplos reais acima apresentados, os incipientes catálogos aparecem como importante elemento que permite que o livro seja registrado, tome lugar dentro da biblioteca e insira-se no esquema, ainda que não explícito, que a organiza. Baseada numa narrativa ficcional, a análise de Regina Amaro revela importantes aspectos relativos ao período medieval, pois explicita a relação da Igreja com o conhecimento e as estratégias empregadas, ora para orientar, ora para dificultar ou impedir o acesso da própria comunidade eclesiástica às obras sob sua tutela.[3]

A análise dos catálogos nos permite observar a preponderância de esquemas de localização fixa nas bibliotecas medievais que se materializavam em arranjos sequenciais contínuos por ordem de entrada dos itens, sendo que, em alguns contextos, o sequenciamento era realizado dentro de grupos temáticos. Aida Slavic nos lembra que a inscrição de códigos nos códices e, posteriormente, nos livros, quando presente, fazia-se conforme a sala, prateleira e estante na qual cada item se encontrava depositado,[152] como nos conta Eco, em *O nome da rosa*.

2.2 Ideias e ações de produção de memórias externas: Idade Moderna

No século XVI, desponta a bibliografia de Konrad Gesner (1516–1565), bibliófilo e naturalista suíço. Mesmo não se tratando de um esquema concebido para a ordenação dos livros nas estantes, Gesner estaria tão seguro da exaustividade de seu trabalho que teria recomendado a transformação do *catalogus scriptorum* (a bibliografia) no *catalogus librorum* (o catálogo da biblioteca).[2] Gesner incluiu um código para cada item da bibliografia com a intenção de que fosse adotado em cada item do acervo das bibliotecas para sua localização.

Considerado o primeiro sistema de classificação bibliográfica, foi empregado para agrupar as referências dos livros que compunham uma bibliografia impressa, a *Bibliotheca universalis* (1545), que, como o próprio nome indica, pretendia arrolar toda a coleção bibliográfica que um estudioso deveria conhecer. No suplemento denominado *Pandectarium sive partitionum,* os livros estavam sistematicamente listados conforme as 21 disciplinas arroladas por Gesner numa divisão estruturada segundo assuntos que pretendiam conciliar a tradição escolástica, pensamento medieval caracterizado pela tentativa de concordância entre a racionalidade e a fé, com as inovações do humanismo renascentista.[4, 150]

Por sua vez, o jesuíta espanhol Antonio Possevino (1533–1611), em livro intitulado *Bibliotheca selecta*, de 1593, imbuído dos ideais da Con-

trarreforma e rejeitando o humanismo, propôs um arranjo sistemático de ordenação dos livros nas estantes, no qual os itens deveriam ser divididos entre sete classes principais, podendo o bibliotecário subdividi-las caso fosse necessário. Iniciado pela Bíblia Sagrada, o esquema ainda contava com as classes de filosofia, medicina, direito, história, literatura e generalidades, nas quais o religioso aconselhava a separação dos itens por tamanho ou alfabeticamente pelo nome do autor.[2]

Se Gesner propôs uma compilação cujo objetivo era dar a conhecer a maior parcela possível das publicações realizadas até aquele momento, o trabalho de Possevino buscava a organização de uma coleção ideal que excluía temas e obras consideradas impróprias pela Igreja Católica da Contrarreforma, como meio de assegurar que o conhecimento fosse acessado através do caminho definido com exclusividade por aquela tida como a verdadeira religião.[2]

Segundo Albert Cim, pouco tempo antes de Possevino, em 1583, La Croix du Maine (1552–1592) teria apresentado um projeto a Henrique III de Valois (1551–1589), rei da França, sobre a organização de uma biblioteca.[33] O mesmo autor relata que o protótipo da biblioteca abarcava um total de 10 mil volumes, distribuídos em 100 armários e tendo, cada um deles, 100 itens. Entre o 1º e o 17º armários estariam os livros de religião, do 18º ao 41º os livros de artes e ciências, do 42º ao 62º os itens relativos à descrição do universo, do 63º ao 72º os concernentes às coisas do gênero humano e assim sucessivamente. Este seria, portanto, o primeiro arranjo decimal proposto para a ordenação de livros, uma vez que sua estrutura estava assentada na base 10, mas não na decimalização das notações. Todavia, como ressalta William Berwick Sayers, no esquema de La Croix du Maine as estantes e prateleiras eram numeradas resultando num esquema cuja lógica se baseava em princípios da localização fixa.[140]

O italiano Angelo Rocca (1545–1620), monge agostiniano que se tornou responsável pela tipografia do Vaticano, em 1585, e foi o principal responsável pela criação da biblioteca pública de Roma, a Biblioteca Angelica, em 1604, também explicitou alguns princípios que deveriam ser seguidos na ordenação dos livros de uma coleção.

Para Rocca, a distribuição dos itens não poderia acontecer ao acaso, sob o risco de serem misturadas obras de gramática com obras de matemática ou as de poesia com as de teologia.[147] Para tanto, o autor também apresentou uma proposta de organização de uma biblioteca baseada em uma distribuição classificada do mobiliário destinado à guarda dos livros. A estruturação e a sequência das classes deveriam resultar num arranjo claro, conveniente aos estudiosos e propenso à incorporação de subdivisões.

Concebido com a distribuição de dez classes, o arranjo de Rocca repousava no princípio de que o grau de nobreza das disciplinas deveria refletir seu posicionamento no espaço da biblioteca. Por isso, a primeira classe foi destinada aos livros da Bíblia, dispostos conforme a antiguidade dos textos, seguidos de seus comentários, dos textos dos concílios e das obras de teologia. A segunda classe destinava-se a livros de filosofia conforme a ordem dos tratados aristotélicos: física, política, ética, economia, lógica, seguidas dos comentários; e, então, da alquimia e da metalurgia. A terceira classe englobava a matemática e ciências associadas: astrologia, astronomia, cosmografia, geometria, geografia, música, aritmética, estática e métrica. A quarta incluía medicina. A quinta classe destinava-se ao direito. A sexta continha os vocabulários e as obras de gramática, história, poesia, retórica, dialética e todos os textos em idioma hebraico e grego. A sétima classe reproduzia a sexta, mas para a literatura latina. A oitava era dedicada às obras de tecnologia, a saber, guerra, agricultura, arquitetura, pintura, escultura, caça e pesca. A nona classe relacionava-se com questões e práticas sociais: questões matrimoniais, de corte, navegação e culinária. A décima e última classe destinava-se às obras enciclopédicas que se relacionavam com a variedade das coisas e a multiplicidade de disciplinas, configurando um arranjo complexo que mesclava classes temáticas e tipologia.[147]

A exemplo de Gesner, em Rocca temos a fusão de uma tradição eminentemente escolástica com elementos advindos do humanismo. A recuperação de categorias aristotélicas mostra uma guinada rumo à antiguidade revisitada como um referencial para a construção do esquema. Todavia, o quadro de referência de Rocca aponta os conhecimentos de ordem religiosa como aqueles que merecem maior destaque e, por isso, encabeçavam o sistema de classes e subclasses; no entanto, Serrai não explicita o modo de ordenação dos documentos dentro das classes e subclasses.[147]

Ao examinar os métodos que orientaram a elaboração dos catálogos da biblioteca Bodleiana, da universidade de Oxford, no início do século XVII, Marcelo Nair dos Santos, com base em estudos de Dorothy Norris,[110] afirma que, por efeito de determinação de *sir* Thomas Bodley, o catálogo publicado em 1605 foi essencialmente uma relação de estantes por meio da qual se podia observar o esquema de ordenação de itens do acervo da biblioteca.[133] Este catálogo, correspondente ao que se consagrou denominar catálogo topográfico, parece se configurar como a iniciativa mais próxima de uma preocupação consciente e sistemática com a ordenação, tanto dos documentos, quanto dos registros sobre os documentos. Estes registros estavam divididos inicialmente por grandes classes de assuntos (teologia, medicina, direito e artes), agrupados

conforme o formato e, por fim, dispostos por ordem alfabética do sobrenome do autor, ou por palavra do título, no caso de obras anônimas ou com pseudônimos.

Também no século XVII é escrita a primeira obra que dedicará, exclusivamente, um capítulo à importância da ordenação dos livros em uma biblioteca. Considerado o primeiro tratado da biblioteconomia moderna *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé (1600–1653), traz à tona os pensamentos de um jovem entusiasta do mundo letrado que dialogava francamente com o contexto no qual estava imerso: a modernidade. Por isso, diferentemente do esquema de Angelo Rocca, em Naudé não se percebe a primazia do religioso em relação às demais classes arroladas.

No *Advis*, Naudé apresentava uma proposta de ordenação dos livros conforme critérios que, segundo ele, não deveriam perturbar a memória com sutilezas quiméricas, pois uma ordem que não pudesse ser seguida não deveria ser estimada. Portanto, a melhor ordenação seria aquela mais fácil, mais natural e mais usual, que seguisse classes subdivididas em conformidade com suas várias partes. Para Naudé, sem ordenação, uma pilha de livros não poderia ser chamada de biblioteca, assim como amontoados de homens não constituem por si um exército, ou uma grande quantidade de pedras e material disperso não forma um edifício, como citamos no início deste livro. Nesse sentido, o autor apresenta uma visão bastante pragmática da ordenação, tendo em vista o alívio da memória e a facilidade de encontro do material buscado.[108]

Dada a importância dessa atividade, Naudé descreveu os passos a serem observados, cuidadosamente, no arranjo de uma biblioteca. Primeiro, deveriam ser estabelecidas classes de grandes assuntos (teologia, medicina, direito, história, filosofia, matemática, etc.) que agrupariam livros pelo assunto e, dentro delas, se subdividiriam em assuntos mais específicos definidos conforme a necessidade. Naudé aponta quatro questões que precisariam ser observadas: a primeira estabelece que a subclasse inicial deveria abrigar os livros de teor universal e mais antigos; a segunda questão define que livros traduzidos e comentados deveriam seguir a mesma ordem dos livros a que se referiam; a terceira previa que tratados particulares deveriam seguir a categorização e disposição de seu assunto dentro de uma classe e, por fim, que livros de assuntos iguais seriam colocados sempre em conjunto e, no caso de não haver proximidade entre os assuntos, que o livro fosse colocado separadamente para não causar confusão no arranjo já estabelecido.

O texto de Naudé apresentou o projeto de um quadro geral de ordenação baseado em critérios classificatórios por assunto, uma vez que as classes e suas subdivisões eram estabelecidas de forma a contemplar

os temas sobre os quais versassem os livros da coleção. Uma reflexão bastante relevante trazida por ele referia-se à impossibilidade de uma proposta de classificação por assunto conseguir abarcar todos os livros em suas classes. Ainda assim, o autor defendia a superioridade da classificação por assunto em relação a outros esquemas como, por exemplo, aquele praticado na Biblioteca Ambrosiana de Milão, que arranjava os livros sequencialmente por sua ordem de entrada. De acordo com Naudé, as dificuldades decorrentes do seu arranjo poderiam ser superadas com a elaboração de um catálogo como mecanismo de busca fielmente projetado conforme todas as classes estabelecidas e subdivididas até as mais precisas e particulares de suas partes.

Jack Clarke ressalta que o princípio norteador da proposta de Naudé era a simplicidade, numa tentativa de ajudar a mente a distinguir umas coisas das outras sem dificuldades ou confusão.[35] Carlos Gómez argumenta que o *Advis* assinala, num novo universo de conhecimento, a necessidade de manter uma ordem baseada em critérios pragmáticos,[62] enquanto Jacques Revel afirma ser necessário considerar o *Advis*, não como um manifesto isolado, mas como uma obra que dialoga com os debates intelectuais de seu tempo.[124] O autor pondera que sua sobrevivência como um marco deve-se mais à escolha bibliotecária de fazê-lo um texto fundador, do que à explicitação dos pensamentos de um verdadeiro profissional, pois faltaria a Naudé, aos 27 anos, experiência e saber. Para Revel, o *Advis* é o exercício de elaboração de inúmeras listas de referências com as quais Naudé demonstra o "prazer de reconhecer e fazer conhecer a imensidade do mundo dos livros" por um jovem familiarizado com a república das letras de sua época.[124]

Se, por um lado, no início do século XVII, temos Naudé, por outro, a pesquisa de Fabienne Henryot[68] nos mostra que, durante os séculos XVII e XVIII, nos conventos mendicantes franceses, a biblioteca era entendida como um conjunto de documentos necessários e úteis à vida conventual, devendo, por isso, estar voltada à orientação intelectual fundada quase exclusivamente nos ofícios religiosos. Para tais irmandades o catálogo se apresentava como um documento administrativo de controle dos itens possuídos pela biblioteca e que também permitia avaliar a conformidade dos livros com a ortodoxia católica. Nesse contexto, o catálogo atuava como uma espécie de inventário que, ao mesmo tempo, externava os critérios empregados no esquema de ordenação.

Porém, as propostas de ordenação encontradas entre as ordens mendicantes eram as mais variadas e demonstravam, em sua composição, modificações significativas ao longo do tempo, além de criarem novas relações entre o sagrado e o profano. Henryot aponta, dentre os vários exemplos franceses analisados, quatro grandes concepções que mere-

cem destaque por explicitarem as diferenças de elaboração e complexidade.[68] A autora identifica coleções sequencialmente dispostas em estantes, como a dos Franciscanos da Observância de Lyon, que constroem, em 1764, um catálogo em que os itens são registrados por ordem de entrada e colocados diretamente nas 81 estantes de que dispunha a biblioteca. Em seguida, Fabienne Henryot aponta os casos das ordens dos Mínimos de Saint Mihiel, Stenay e Rennes, em cujas bibliotecas os catálogos, datados da segunda metade do século XVIII, apresentavam letras do alfabeto associadas a temas, mas com uma ordenação sequencial dos itens dentro dos agrupamentos temáticos que variava segundo o formato dos livros, constituindo o que Albert Cim denomina arranjo vertical. Em outras palavras, sobre um mesmo tema poderia ser necessário realizar diferentes buscas para averiguar se o tema em questão estava presente em todos os formatos de livros existentes na biblioteca. Um terceiro grupo constituiu-se pela formação de grandes e diversas categorias que definiam seções bastante distintas, como no caso dos Agostinianos de Blanc-en-Berry, cujos livros encontravam-se efetivamente dispostos e identificados conforme 19 agrupamentos que variavam desde os livros sagrados até os livros proibidos. Por fim, algumas coleções apresentavam uma proposta classificatória mais elaborada, com princípios de inter-relação que desdobravam classes mais gerais em seus aspectos mais particulares e que não se mantiveram estanques ao longo dos anos, pois os títulos foram continuamente distribuídos e redistribuídos no espaço da biblioteca. As variações desse modelo poderiam ser assim resumidas:

Quadro 3. Classes e subclasses empregadas para arranjo de livros pelas ordens mendicantes francesas dos séculos XVII e XVIII

Classe	**Subclasses**
Teologia	Bíblias, intérpretes, papas, teologia [dogmática, moral], controvérsias, sermões
Direito	Concílios, direito canônico, direito civil
História	História eclesiástica, história profana
Ciências	Filosofia, ciências [medicina; outras]
Belas artes	Retórica, poetas, gramática
Miscelâneas	
Proibidos	
Manuscritos	

Fonte: Elaborado a partir de Fabienne Henryot.[67]

Gabriel Naudé e as ordens mendicantes francesas nos apresentam princípios de ordenação, mas não se pode apontar, para esses casos, um código, pois, em ambos, não chegam a ser detalhados os possíveis meca-

nismos de codificação que poderiam ser empregados na aplicação dos arranjos propostos. Nem Gabriel Naudé nem Fabienne Henryot tocam nessa questão.

Em algumas bibliotecas das ordens mendicantes nota-se que a proposta de classificação não se restringia ao agrupamento de livros conforme a enumeração dos temas, mas se estabelecia, também, de acordo com atributos de forma ou restrições de acesso ao conteúdo que se mostravam pertinentes ao sistema como um todo, como as classes de manuscritos e livros proibidos, por exemplo. Percebe-se, como em Naudé, uma preocupação com o estabelecimento de esquemas que atendessem às necessidades de uso, mais amplo ou mais restrito, e que pudessem aliviar a memória daqueles que se responsabilizavam pela guarda e cuidado dos livros, ainda que ela fosse habilidade indissociável do ofício.

Pesquisa realizada em 70 coleções privadas, inventariadas na cidade de Lyon, entre os anos de 1605 e 1700, revela a diversidade de meios empregados na ordenação de livros. A maioria dos arranjos estava baseada no agrupamento de itens pelo formato e, em cada um destes grupos, eles eram dispostos por grandes grupos temáticos tão variados quanto o número de coleções em que eram empregados.[9] Em algumas poucas coleções identificou-se a utilização de um arranjo alfabético por assuntos, nomes ou sobrenomes de autores e até mesmo a separação dos itens em classes estabelecidas segundo a língua do texto. Anne Béroujon salienta a força de um pragmatismo profissional que determinava a disposição dos livros conforme sua frequência de uso: entre juristas e clérigos os livros relacionados ao exercício da profissão encontravam-se não só agrupados, mas dispostos de modo a facilitar seu acesso em relação aos demais itens da coleção.[9] Contudo, dentre as soluções empregadas, não foi possível perceber regras gerais de uma ordenação mais rigorosa ou sistemática que presidisse, de forma comum, a organização dos livros nas várias coleções, justamente devido à pessoalidade de cada arranjo e ao acesso apenas de modo indireto através da análise de inventários.

Mesmo que a diversidade de propostas seja uma realidade para as bibliotecas francesas antes de 1789, fossem elas privadas ou de ordens religiosas, pode-se perceber que as cinco primeiras classes do quadro de classificação apresentado por Fabienne Henryot são as mesmas que figurarão, mais tarde, na proposta consolidada por Jacques Charles Brunet (1780–1867).

Não é gratuita a semelhança entre tais esquemas, uma vez que, segundo Valérie Neveu[109] e Patrick Latour,[84] a divisão teologia, direito, história, ciências e belas-artes era bastante comum na época anterior à Revolução Francesa (*Ancien Régime*), tanto em bibliotecas, quanto em catálogos de venda de livros. William Berwick Sayers afirma que se trata

de um esquema cujo precursor é difícil de identificar, mas que sofreu inúmeras interferências até alçançar sua forma final com Brunet, seu último codificador, já no início do século XIX.[142]

Brunet, livreiro, bibliógrafo e bibliófilo francês, ficou conhecido pelo seu *Manuel du libraire et de l'amateur de livres* (1810), que registra cerca de 40 000 documentos considerados raros e valiosos. Segundo William Berwick Sayers e Arthur Maltby, essa foi a proposta que maior influência exerceu no continente europeu.[144] Conhecida entre os franceses como a *classification des libraires de Paris*, ou, simplesmente, no Brasil, como 'classificação de Brunet', ganhou notabilidade dada sua ampla utilização em esquemas bibliográficos e na arrumação de itens em livrarias.[34, 109]

O esquema classificatório de Brunet era composto por uma notação mista das cinco classes de assunto representadas pelas cinco vogais (A, E, I, O, U), fracionadas em subclasses representadas por algarismos romanos (I, II, III, IV...) que, por sua vez, poderiam ser, novamente subdivididas e representadas por letras maiúsculas e, por fim, em caso de haver um quarto nível, por letras minúsculas.

No início do século XIX surgiram ressalvas quanto a esse esquema, uma vez que não respondia às exigências do desenvolvimento das ciências e exigia uma revisão considerável de todas as suas partes.[34] Ademais, dada a diversidade de dígitos empregados na construção da notação de classe, a leitura tornava-se bastante difícil, pois era extensa, mista e pouco mnemônica.

Os séculos XVII e XVIII foram significativos para a elaboração de novas propostas de classificação, de base filosófica ou científica — Francis Bacon (1605), René Descartes (1647), Thomas Hobbes (1651), John Locke (1690), Gottfried W. Leibniz (1701), Royal Society (1725), Lineu (1735) —, mas não se pode afirmar que essa preocupação tenha sido diretamente transposta para propostas de ordenação de documentos no contexto das bibliotecas.

Neveu ressalta que esse processo foi lento e que as bibliotecas francesas do período não sofreram influência imediata das classificações inspiradas pelo Século das Luzes e pela modernidade revolucionária, o que se atesta pela longevidade do esquema de Brunet.[109] Como demonstra Maria da Graça Simões, foi somente no século XIX que surgiram, herdeiras do movimento enciclopedista e das classificações científicas e filosóficas, as primeiras classificações bibliográficas de tipo enciclopédico, que pretendiam abranger todas as áreas dos saberes formulados ou expandidos ao longo do século XVIII.[150] Nelas observa-se, também, a enumeração dos assuntos numa hierarquia mais ou menos explícita que se traduzia na coordenação das classes principais e na subordinação de suas subdivisões.

2.3 Consolidação de modelos de ordenação de documentos: o século XIX

Mais profícuo em ações e reflexões, o século XIX foi responsável por uma série de iniciativas que tinham como objetivo a proposição de arranjos que visavam a melhor disposição dos livros nas estantes e o aprimoramento dos metódos empregados para sua efetivação. Segundo Aida Slavic, se, desde o Medievo até o início da época contemporânea, a ordenação dos documentos em bibliotecas europeias se orientava, em geral, pela adoção de códigos de localização fixa, com a identificação de salas, estantes e prateleiras, o crescimento e o processo de abertura do acesso às coleções trouxe problemas de ordem administrativa.[152]

A ordenação de documentos para o livre acesso foi objeto de discussão entre importantes nomes da biblioteconomia no período, especialmente nos EUA, com Melwil Dewey, Charles Ammi Cutter, Jacob Schwartz e Walter Stanley Biscoe. O número de chamada (*call number*) passou a remeter a um modelo de ordenação que indicava a posição relativa de um documento em relação aos demais da mesma coleção.

Ranganathan afirma que nas bibliotecas sem livre acesso às estantes os leitores precisavam "chamar" pelo livro, estando aí a origem da denominação 'número de chamada' que é, portanto, anterior à disseminação dos sistemas de localização relativa.[120] O dicionário Webster, no entanto, afirma que o primeiro uso de *call number* teria ocorrido no ano de 1876,[99] mesma data da publicação da primeira edição da CDD de Melvil Dewey, na qual ele fazia uso do termo e afirmava a localização relativa como solução adequada para ordenação de documentos em bibliotecas.[51] Tais discordâncias evidenciam não só a necessidade de mais estudos sobre a ordenação de documentos, mas, especialmente, sobre o número de chamada enquanto modelo de codificação e os mecanismos que permitiram sua disseminação.

Usualmente, o número de chamada, a despeito das variações de composição, é descrito por autores como Ranganathan,[120] Donald Lehnus,[88] John Comaromi[38] e Mohinder Satija[135] como a junção de três elementos: o número de coleção (*collection number*), o número de classe (*class number*) e o número do livro (*book number*). O número de coleção, nem sempre empregado, destina-se à identificação e separação de certo grupo de itens da totalidade do acervo; o número de classe é a notação extraída da estrutura classificatória empregada no arranjo e o número do livro, por sua vez, é composto pelos elementos que visam à individualização do item em uma classe específica e inclui atributos do documento, como autoria (daí o emprego do número de autor (*author number)* muitas vezes extraído de tabelas de conversão de sobrenomes

em notações alfanuméricas), título, edição, ano de publicação, número do volume, número do exemplar, etc.

Aida Slavic afirma que, em função da expansão das bibliotecas públicas e do início da prática do livre acesso às estantes, surgiu a necessidade de novas formas de ordenação/etiquetagem dos itens, que permitissem dispensar a ajuda do bibliotecário, como o número de chamada.[152] Jesse Shera e Margaret Egan ressaltam que nesse período, nos Estados Unidos, as bibliotecas públicas já eram consideradas importantes agentes educacionais e um instrumento de ampliação da educação formal ao longo da vida.[149] Com isso, passaram a receber atenção propostas mais consentâneas com sua missão, como a dos grandes arranjos temáticos, que agrupavam os livros de um modo que permitia ao usuário percorrer, com autonomia, a coleção.[77] Operava-se, portanto, uma inversão da lógica então existente: se outrora a coleção estava disposta em função de uma organização predeterminada pelo mobiliário e pela disposição das salas, a consolidação e o aprofundamento de métodos sistemáticos fizeram com que os livros passassem a ocupar posições relativas, codificadas por meio do número de chamada e, mediante sua alocação, o espaço ocupado era dotado, progressivamente, de sentidos que permitiam o desenho de itinerários de leitura da coleção.

Assim, surgiram métodos que visavam a atender dois tipos de preocupação. Um deles, de ordem teórica, buscava arranjos atualizados e estruturados conforme a divisão do conhecimento em grandes assuntos e de maneira lógica; o outro, de ordem empírica, preocupava-se em atender às necessidades das instituições que custodiavam as coleções e desejavam abri-las ao uso direto do público.[150] O segundo ponto parece bastante evidente quando se estudam os sistemas de classificação bibliográfica, especialmente aqueles produzidos após 1850. Em alguns deles percebe-se a preocupação de seus autores, na maioria bibliotecários, em elaborar esquemas que atendessem diretamente às necessidades das instituições às quais estavam vinculados, daí a proliferação de soluções particulares.

Nesse sentido, é emblemático o levantamento realizado por Horace Kephart em 127 bibliotecas dos EUA, em 1893. Ao analisar esse levantamento, Thelma Eaton observa que 61 das instituições pesquisadas adotavam nove sistemas diferentes, devidamente publicados, de classificação bibliográfica, enquanto nas outras 66 bibliotecas constatava-se o emprego de soluções eminentemente locais.[54] Percebia-se, portanto, não apenas a multiplicidade de soluções elaboradas como, também, que despontavam os sistemas locais, os quais compreendiam mais da metade das iniciativas mapeadas, demonstrando sua clara relevância. Segundo Kephart, a única conclusão consensual permitida por essa pesquisa re-

feria-se ao entendimento disseminado entre a comunidade bibliotecária de que os livros deveriam ser ordenados sistematicamente, daí o destaque aos sistemas classificatórios, e não mais cronologicamente, alfabeticamente, por tamanho ou pela ordem de entrada na biblioteca.[78]

Dentre os sistemas publicados encontrados por Kephart, podemos destacar, dada sua atual expressividade, a CDD, de 1876, elaborada por Melvil Dewey para ordenar o acervo do Amherst College, em Massachusetts, nos EUA. Se, em 1893, a CDD era utilizada em 29% das bibliotecas pesquisadas, um novo levantamento realizado por Eaton, na década de 1950, também entre grandes bibliotecas dos EUA, revelou que esse percentual de uso havia crescido para 84,6%. Tal crescimento é perceptível não apenas em números relativos, mas dada a amostra de duas mil bibliotecas públicas e universitárias analisadas, evidencia-se a disseminação da CDD nos EUA ao longo da primeira metade do século XX, refletindo o rumo tomado pelas práticas de ordenação.

Como nos lembra Wayne Wiegand, a CDD, originalmente publicada sob o título de *Classification and subject index for cataloguing and arranging the books and the pamphlets of a library*, contribuiu decisivamente para que o arranjo relativo dos livros se consolidasse, na medida em que permitia a acomodação de novos itens sem a perda da coerência pretendida pela organização estruturada.[165] Era um sistema que permitia a livre inclusão e exclusão de itens, sem prejudicar sua finalidade, que era a organização dos livros, distribuindo-os fisicamente na biblioteca em conformidade com as classes, sempre partindo dos aspectos mais gerais para os mais específicos.[81]

A CDD divide o conhecimento em dez classes principais. Cada classe, por sua vez, é subdividida em dez subclasses mais específicas e em cadeia. À estrutura soma-se o emprego de números decimais como símbolos representativos das classes aplicáveis aos livros, como se vê no esquema da primeira edição, de 1876, no quadro 4.

A notação da CDD é composta, no mínimo, por três dígitos, que podem ser seguidos por um ponto e outros números indicativos das subclasses. Para complementação da tabela principal, Dewey acrescentou progressivamente sete tabelas auxiliares ao esquema: 1) subdivisões *standard*; 2) tabela de áreas; 3) subdivisões para literaturas individuais; 4) subdivisões para línguas individuais; 5) grupos raciais, étnicos e nacionais; 6) línguas; 7) pessoas.[114]

Quadro 4. Classes e respectivos conteúdos na primeira edição da Classificação Decimal de Dewey (1876)

Classe	**Conteúdo**
000	Generalidades
100	Filosofia
200	Religião
300	Sociologia
400	Filologia
500	Ciências naturais
600	Artes práticas
700	Belas-Artes
800	Literatura
900	História

A decimalidade da notação, que conferiu clareza e legibilidade ao esquema, é elemento apontado como responsável pela grande expansão do uso da CDD, inicialmente nas bibliotecas dos Estados Unidos e Inglaterra, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.[10] Com ela obteve-se uma solução prática e simbiótica para os problemas inerentes à organização lógica do conhecimento e o arranjo dos itens no espaço da biblioteca. Giovanna Granata frisa que a tentativa de equilibrar essas duas exigências encontrou resposta na divisão baseada no sistema decimal, que consolidou a localização relativa dos livros, bem como uma codificação inteligível e mnemônica para seu arranjo.[65]

Na primeira edição, Melvil Dewey propôs um modelo para a ordenação de documentos que consistia no emprego combinado do número de classe e do número do livro.[51] Mohinder Satija afirma que, antes disso, no Amherst College, Dewey já havia tentado colocar o nome do autor, por extenso, em forma completa ou abreviada, após o número de classe, mas considerou essa uma solução de difícil manejo.[134] Assim, na CDD ele concebeu a localização relativa pela junção do número de classe com o número do livro, o qual era dado pela ordem de entrada do livro no nível da estrutura hierárquica em que fosse classificado, evitando, dessa forma, confundir diferentes livros dentro de uma mesma classe.

À notação resultante dessa proposta Dewey atribuiu o nome de 'número de chamada', exemplificando que a notação 513.11 corresponderia ao 11º livro de geometria existente na biblioteca, sendo que o ponto ser-

viria para separar o número de classe do número do livro. Deste modo, configurava-se a primeira grande proposta de localização relativa que Dewey considerava, inicialmente, como satisfatória, mas que, segundo Satija, ao longo dos anos, ele passou a ver como limitadora por dispersar autores, datas, idiomas, além de não favorecer a navegação dentro das classes.[134]

No plano geral, a CDD estruturou-se em torno das faculdades mentais propostas por Bacon ainda no século XVII — memória, imaginação e razão — que resultaram na divisão do conhecimento em três grandes classes: história, poesia e filosofia. Douglas Foskett afirma que o filósofo influenciou o sistema de Dewey especialmente na apreensão das experiências oriundas da observação que conduziram à escolha e distribuição das classes.[59]

Dewey, todavia, segundo Wayne Wiegand, nunca localizou seu esquema no *continuum* da história das classificações bibliográficas, nem admitiu as contribuições de seus predecessores e contemporâneos, uma vez que atribuiu a elaboração de sua classificação a um instante de epifania vivenciado em um sermão de domingo, no ano de 1873.[165] Para esse autor, a CDD reflete não apenas princípios presentes em esquemas anteriores, mas também a visão de mundo, o currículo e os métodos pedagógicos do corpo docente do Amherst College, onde Dewey foi estudante, assistente de biblioteca e bibliotecário, a partir da década de 1870.

Wiegand observa que já haviam sido identificados na CDD elementos encontrados nos trabalhos de Jacob Schwartz (1846–1926), bibliotecário da New York Apprentices' Library, entre 1871 e 1900, e William T. Harris (1835–1909), superintendente das escolas públicas e responsável pela Public School Library de Saint Louis (Missouri), elementos que demonstravam a influência das propostas dos dois bibliotecários no esquema formulado por Dewey.

Harris desenvolveu seu esquema de classificação e o publicou, em 1870, no *Journal of Speculative Philosophy*, do qual era editor. Nele, o autor elaborou uma nova repartição dos saberes em dez grandes classes, atribuindo a cada uma delas um número variado de divisões. No texto publicado por Harris, temos a indicação de que as classes principais deveriam ser representadas por números, as subclasses por letras e os itens ordenados conforme o sobrenome do autor redigido em sua forma completa.[67] Wiegand, citando Comaromi, ressalta que a principal herança de Harris para o modelo baseado no número de chamada teria sido o emprego de algarismos arábicos para as notações de classes e, dentro delas, a ordenação dos itens por sobrenome de autor.[165]

Schwartz, por sua vez, teria deixado como legado a Dewey o uso de algarismos arábicos nas divisões das classes principais.[165] Dentre os vá-

rios esquemas propostos por Schwartz cabe destacar aquele elaborado em 1871 e que foi revisto e publicado no *Library Journal*, em 1882.[146]

Na estrutura por ele proposta as classes principais, com assuntos alfabeticamente arrolados, são representadas por letras maiúsculas (A/Z) que remetem à classe representada, sendo 20 delas designadas para os assuntos de livros em formato de até in-oitavo, e as outras três destinadas aos formatos maiores (Q – *Quarto*; F – *Folios*; X – *Xtraordinary sizes*). Todas as 23 classes, exceto a classe N (*Novels*), foram divididas em nove subclasses (1/9). Na faixa de A0 a Z9 é possível fazer outra subdivisão, conforme a profusão ou escassez de itens sobre os assuntos, representada por letras minúsculas (a/d) e com as quais se combinavam as iniciais do sobrenome do autor para individualizar o item dentro da classe.[146] Nas classes onde a produção bibliográfica fosse pequena seria possível empregar a divisão *a* (0-99), já as divisões *b* (100–399), *c* (400–699) e *d* (700–999) previam as subdivisões da subclasse, conforme assuntos, tipos, lugares ou formatos, que deveriam ser empregadas como guias para a definição da notação de autor a ser atribuída a itens abundantes dentro da subclasse.

Assim, a tabela para elaboração do número do livro proposta por Schwartz, neste caso mais especificamente a notação de autor, só poderia ser empregada em seu próprio esquema, uma vez que a definição do número de classe do item exigia um emprego específico da tabela. Schwartz ainda previa a possibilidade do emprego de elementos diferenciadores para itens duplicados ou para trabalhos de um mesmo autor dentro da mesma classe. Para os itens duplicados Schwartz propunha a inclusão de uma letra minúscula no código inicial e, no caso dos vários trabalhos de um mesmo autor, considerava a disposição dos livros por ordem alfabética do título. Porém, conforme Comaromi, citado por Mohinder Satija,[135] o grande problema com o sistema de Schwartz residia no fato de a proposta de notação para a singularização do item ser muito mais completa e complexa do que seu esquema de classificação alfabética de assuntos.

Não muito tempo depois, Charles Ammi Cutter (1837–1903), bibliotecário do Boston Athenæum (1868–1893), propôs um método mais simples de conversão do sobrenome do autor em números que pudesse ser associado à proposta de classificação de Dewey, pois considerava a tabela de Schwartz muito mais interessante do que a ordem de entrada apresentada por Dewey na primeira edição da CDD.[134] Seu objetivo era permitir a ordenação alfabética dos livros atribuindo-lhes notações de autoria em cada classe de modo a tornar o esquema mais eficiente. Mesmo reconhecendo a relevância do sistema proposto por Jacob Schwartz para a estruturação de suas tabelas, Cutter projetou um esquema

absolutamente novo, pois permitia a construção da notação decimal também para a identificação do autor, útil à ordenação alfabética dentro das classes.[134]

Em sua primeira elaboração, na década de 1870, ainda sem as características de um esquema decimal para a composição da notação de autor, os sobrenomes dos autores deveriam receber o número correspondente à letra inicial e, em caso de sobrenomes iguais, as notações seriam expandidas aplicando-se às letras subsequentes o mesmo princípio.

Quadro 5. Primeira proposta de Cutter para conversão de nomes em números (década de 1870)

Iniciais do nome	Números correspondentes
A–Bo	0
Br–C	1
D–F	2
G–H	3
I–L	4
M	5
N–R	6
S	7
T–V	8
W–Z	9

Fonte: Satija.[135]

No número de fevereiro de 1879 (p. 38-47), o *Library Journal* reuniu propostas e comentários, assinados por John Edmands, J.N. Larned, Dewey, Cutter e F.B. Perkins, sob o título geral de "Plans for numbering, with especial reference to fiction. A library symposium". Satija afirma que em sua contribuição para esse 'simpósio', John Edmands, então bibliotecário da Mercantile Library, de Filadélfia, sugeriu que o sobrenome fosse representado pela transcrição da letra inicial seguida de uma sequência numérica que o representasse por extenso, sugestão essa referendada por Dewey dado seu valor mnemônico.[134, 135] Apesar da resistência inicial, provavelmente porque seu próprio esquema classificatório se baseava em notações alfabéticas, o que dificultaria a separação clara entre a notação de classe e o número do livro, Cutter aceitou a sugestão.

De acordo com Francis Miksa,[102] Bohdan Wynar[166] e Donald Lehnus,[88] Cutter desenvolveu seu método ao usar dois dígitos com valores decimais em tabela publicada em 1880, que ficou conhecida pelo nome de *Cutter's two-figure author table*. Por meio dela os sobrenomes, ou palavras, poderiam ser convertidos em notações alfanuméricas, conforme

explica Comaromi:[38] usava-se uma letra seguida de dois dígitos decimais para palavras que começassem com consoante (exceto s), duas letras e um dígito decimal para palavras que começassem com vogal ou s e três letras seguidas de um dígito decimal para palavras que começassem com sc. Esses casos podem ser observados na figura a seguir, com a ressalva de que, devido à sua baixa frequência em língua inglesa, as letras iniciais "[...] li, lw, lx, ly, Oo, Uo, Uq, Uu, Ss e Sx foram usadas sem qualquer dígito".[135]

Figura 1. Exemplos da tabela de dois dígitos de Cutter (1880) (adaptado de Satija[135])

Abbot	Ab 2	Lewis	L 58
Beard	B 34	Olney	Ol 6
Browning	B 82	Russell	R 91
Churchill	C 47	Sinclair	Si 6
Franklin	F 85	Smith	Sm 5
Grahm	G 76	Tennyson	T 25
Holmes	H 73	Upton	Up 1
Huxley	L 98		

Segundo Bertha Barden, a primeira versão da tabela de Cutter, destinada a pequenas coleções, mostrou-se especialmente problemática em bibliotecas grandes e naquelas com extensas classes de literatura e biografias, nas quais a notação de autor era especialmente relevante.[7]

Em face disso, Cutter solicitou à bibliotecária Kate Emery Sanborn (1860–1951), sua assistente no Boston Athenæum entre 1883 e 1891, que fizesse uma nova versão da tabela, com três dígitos decimais, de modo a ampliar a possibilidade de novas inclusões de nomes.[138] O trabalho de Sanborn resultou numa proposta bastante diferente da anterior, pois houve uma simplificação na estrutura de conversão dos sobrenomes de autor. A *Cutter–Sanborn three-figure author table*, publicada em 1896, prescrevia uma letra maiúscula acompanhada de três dígitos decimais, salvo as letras Q e X, acompanhadas de apenas um dígito, e as letras E, I, O, U, J, K, Y e Z acompanhadas de dois dígitos.[45] A consistência dessa tabela, segundo Lehnus, deve-se ao fato de ela ter sido "[...] construída de modo científico com a melhor correlação entre a quantidade de números atribuídos a cada letra do alfabeto e a frequência de nomes que começam com cada letra" (*apud* Satija).[135]

A incompatibilidade entre a primeira tabela e a elaborada por Kate Sanborn levou Cutter a produzir sua última versão, publicada em 1901, a *Cutter's three-figure author table*,[45] que, segundo Noêmia Lentino, "pode ser usada em conexão com a primitiva de dois algarismos".[89] Todavia,

essa tabela não obteve grande adesão, além de ser marcada por inconsistências no emprego das letras e números na notação, que a tornaram bastante variada, a depender da inicial do nome.[73, 135] A partir da tabela de dois dígitos, Cutter manteve as duas letras iniciais em sobrenomes com a letra s e com vogais. A inconsistência se apresentou na quantidade de dígitos, pois "A, E, Q, S, X, Y, Z usavam dois dígitos; I, O, U eram acompanhadas por um dígito; e a quantidade de dígitos variou de um a três para todas as outras letras; a letra X com dois conjuntos diferentes de números causou muita confusão".[135]

Figura 2. Exemplos da tabela de Cutter-Sanborn, de 1896 (Satija[135])

Armstrong	A 735	Moon	M 818
Clark	C 592	Pop	P 825
Dewey	D 519	Simps	S 613
Dickinso	D 553	Smith	S 642
Drag	D 759	Spencer	S 745
Edwards	E 26	Thierry	T 436
Hughes	H 893	Washington	W 317
Mann, M	M 282	Zai	Z 21

Figura 3. Exemplos da tabela de três dígitos de Cutter, de 1901 (Satija[135])

Archison	At 24	Maughm	M 442
Clark	C 547	Pope	P 811
Dewey	D 525	Simpson	Si 58
Dickinso	D 555	Smith	Sm 52
Dragon	D 787	Schwartz	Sch 82
Edward	Ed 98	Thackeray	T 325
Hughes	H 874	Washington	W 277
Mann, T	M 315	Zaidenberg	Z 13

Bertha Barden ressalta que, quando utilizadas em conjunto com a CDD, as letras que compõem a notação de autor nas tabelas de Cutter serviam também para separar claramente os números referentes à notação de classe dos números referentes à notação do número do livro.[7] Todas as tabelas de Cutter eram acompanhadas de instruções detalhadas sobre como usá-las, frisavam a possibilidade de expansão da notação no caso de sobrenomes coincidentes e as melhores alternativas para perpetuar sua hospitalidade. Com elas, era possível individualizar os livros publicados por um mesmo autor, dentro de uma mesma classe e, ainda, livros cuja autoria fosse desconhecida, seriam singularizados pelo título.[139]

Em artigo publicado em 1887, no *Library Journal*,[47] Cutter afirmava, em nota de rodapé, que para itens sem autoria pessoal conhecida (obras anônimas, periódicos, publicações governamentais, etc.), a ordenação alfabética deveria ser feita a partir da entrada principal adotada no catálogo (ou seja, a partir do ponto de acesso principal, elemento bibliográfico que compõe a ficha do documento em catálogos e serve de acesso a ela; a ficha que possui este elemento é chamada também de entrada principal). Percebe-se, nestas prescrições, a associação realizada entre a codificação dos documentos para ordenação e as regras de catalogação adotadas de modo a fazer dos pontos de acesso aos registros dos documentos atributos elegíveis para fins de ordenação. Mais que isso, segundo M. Nabil Hamdy, em trabalho sobre o conceito de entrada principal no AACR, foi Cutter quem usou o termo pela primeira vez.[66] É, portanto, em fins do século XIX, nos EUA, que as práticas de catalogação e ordenação de documentos nas estantes parecem se articular de modo a compor um sistema integrado, no qual os processos se desenvolvem de forma inter-relacionada.

No caso de a notação de autor não ser suficiente, Cutter propôs uma série de recomendações para que se extraíssem informações de atributos específicos de cada item de modo que uma notação não se confundisse com as demais. Assim, para a composição do número do livro, Cutter prescrevia tanto os mecanismos que configurariam a notação de autor, quanto outros artifícios que distinguissem autores, volumes, exemplares e edições dentro de um mesmo agrupamento documental.[7, 45]

Embora mais conhecido pela elaboração das tabelas de nomes de autor, Cutter publicou, em 1891, o sistema de classificação intitulado *Expansive Classification* (EC) (Classificação Expansiva).[114] Nascido de sua insatisfação com a impossibilidade de fazer uma classificação minuciosa a partir da CDD, seu esquema era composto de sete classificações, cada uma mais exaustiva que a precedente, destinadas a servir a bibliotecas de diferentes tamanhos, sendo a primeira para as menores e a sétima para as que tivessem milhares de itens.

William Berwick Sayers afirma que, para Cutter, a sucessão das tabelas de classificação deveria refletir a composição de um esquema que seguisse a ideia evolucionista da história natural, uma vez que cada assunto deveria estar disposto do modo como esta teoria indica seu aparecimento na natureza.[142] A notação, por sua vez, era bastante breve e simples com o emprego de versais (maiúsculas) para as classes principais, seguidas de versaletes (maiúsculas do tamanho de minúsculas) para as subdivisões. Liane dos Anjos acrescenta que o esquema previa, igualmente, números para representação das subdivisões de forma e dos auxiliares de lugar.[4]

A expansividade da EC explicava-se pela possibilidade de adoção de

esquemas cada vez mais minuciosos, baseados num mesmo princípio, à medida da expansão da coleção. Seria possível, portanto, aplicar a primeira classificação e, progressivamente, substituí-la pelas subsequentes sem a necessidade de grandes ajustes. Todavia, para Sayers, essa concepção seria equivocada uma vez que as notações para uma determinada classe não permaneciam as mesmas com a expansão do sistema, levando à necessidade de reclassificação de vários itens.[142]

Embora Cutter tenha morrido em 1903, antes da conclusão da sétima expansão, a relevância da EC pode ser comprovada pela influência que exerceu sobre a *Library of Congress Classification* (LCC) (Classificação da Library of Congress), cujas classes principais assemelham-se em muito às do esquema proposto por Cutter.[4]

Elaborada na virada do século XIX para o XX, a LCC foi concebida com o objetivo de ordenar a coleção dessa biblioteca. Ao relatar o processo de elaboração do esquema, Sayers explica que classificadores e especialistas em diversas áreas examinaram sistemas precedentes e decidiram-se pela criação de um novo, que permitisse seu crescimento a partir da coleção de mais de um milhão de itens que a Library of Congress então possuía.[142] A nova estrutura classificatória baseou-se na coleção existente na biblioteca e não em considerações teóricas, do que resultou um esquema com notável garantia literária (*literary warrant*), mas, também por isso, um sistema utilitário e carente de base filosófica, como afirmam, por exemplo, Sayers e Maltby.[144]

A LCC divide o conhecimento em 21 classes básicas e independentes, cada uma identificada por uma letra (A–Z), divididas em subclasses mais específicas identificadas por duas letras (AA–AZ ... ZA–ZZ) e arranjadas em tópicos que vão dos aspectos mais gerais aos mais específicos.[90] As subdivisões seguintes são representadas por algarismos de 1 a 9999.

Quadro 6. Classes e respectivos conteúdos na LCC

A	Obras gerais
B	Filosofia, psicologia e religião
C	Ciências auxiliares da história
D	História geral e do mundo antigo
E	História da América
F	História dos Estados Unidos e da América inglesa, holandesa, francesa e latino-americana
G	Geografia, antropologia e recreação
H	Ciências sociais
J	Ciência política
K	Direito

L	Educação
M	Música
N	Belas-Artes
P	Língua e literatura
Q	Ciência
R	Medicina
S	Agricultura
T	Technologia
U	Ciência militar
V	Ciência naval
Z	Bibliografia, biblioteconomia e recursos gerais de informação

Para cada uma das 21 classes representadas, o esquema possui um índice alfabético próprio. Os subagrupamentos, em ordem alfabética, geográfica ou cronológica, permitem uma série de manipulações com a notação. Todavia, Sayers pondera que estas manipulações nunca podem ser generalizadas para todo o esquema, ficando restritas a cada uma das classes para as quais estejam previstas.[142] Por isso, como frisa Margaret Mann, sua capacidade de síntese é limitada e restringe-se às associações permitidas com o emprego das tabelas auxiliares, que não se destinam a todo o esquema, mas a determinados aspectos de algumas classes.[96]

A LCC é composta por classificações específicas para cada disciplina, inexistindo interconexões entre elas, e a independência de cada classe é tamanha que, trabalhando autonomamente, grupos de especialistas publicam suas novas tabelas de forma isolada, fazendo com que uma classe possa estar em sua terceira edição e outras em sua sétima ou oitava.[4]

A independência entre as classes não se repete para a ordenação dos itens dentro delas. A LCC prescreve o arranjo alfabético por sobrenome dos autores para todo o esquema e formula uma tabela particular ancorada nos princípios da tabela Cutter-Sanborn que ficou conhecida como *LC Cutter table*. Portanto, a exemplo da solução disseminada pelo uso da CDD, a LCC também emprega o número de chamada composto pelo número de classe e o número do livro. A *LC Cutter table* repete a combinação entre letras e dígitos decimais para a formação da notação de autor, mas, diferentemente das tabelas de Cutter, a notação é sempre precedida por um ponto.

Lisa Zhao considera que se trata de uma versão simplificada das tabelas de Cutter, pois, devido à profusão de classes e com especificidade maior do que as da CDD, reduz-se a necessidade de individualizar exemplares dentro das classes, exigindo menos expansividade da tabela.[167]Cabe ressaltar que a *LC Cutter table* possui um segundo emprego

não relacionado à atribuição do número do livro, a saber, seu uso como recurso de expansão da notação de classe, sobretudo nos casos em que a localização geográfica representa ponto importante para o agrupamento dos itens. Na classe de literatura, por exemplo, é comum a presença de dois ou mais números extraídos da *LC Cutter Table*.[167]

Também na virada do século XX, mas no Reino Unido, James Duff Brown (1862–1914), bibliotecário entusiasta do movimento de ampliação das bibliotecas públicas inglesas e da abertura do acesso às estantes para os usuários, propôs um esquema de classificação bibliográfica. As iniciativas de Brown visando a um sistema voltado ao livre acesso tiveram início na década de 1890, com a divulgação da *Classification of books for library in wich readers are alowed access to the shelves*, por ocasião do encontro da Library Association, em Belfast, em 1894.[24] Mas foi a *Subject Classification* (SC) (classificação de assuntos), publicada em 1906, que encontrou maior receptividade entre as bibliotecas inglesas. É frequentemente citada como classificação de Brown.

Segundo Mohinder Satija e John Comaromi, Brown pretendia criar um sistema livre do viés dos EUA que marcava a CDD.[139] O sistema que ele propôs foi estruturado de modo que cada assunto tivesse uma única localização na estrutura classificatória, fazendo com que os aspectos teóricos e práticos de um mesmo assunto permanecessem reunidos. Porém, segundo Sayers e Maltby, muitos desses agrupamentos resultavam em arranjos arbitrários e extremamente artificiais, além de revelarem certa negligência na definição de temas por causa da excessiva simplificação.[144] Outra característica relevante, segundo Sayers e Maltby, é a tentativa de dar à disposição das classes principais uma sequência que refletisse seu desenvolvimento científico. Assim, a ordem proposta pressupõe que matéria e força (*matter and force*) são os fatores primordiais que impulsionam a vida (*life*), que, por sua vez, dá origem à mente (*mind*), responsável pela produção do registro (*record*).

A notação da SC é simples, formada por letras maiúsculas A–X (as letras Y e Z não são usadas), seguida de uma subdivisão numérica de classes de 000–999, com o ponto como dispositivo de separação entre as classes e as subdivisões previstas, a saber, forma, fases, cronologia, pontos de vista.[24]

Liane dos Anjos afirma que a SC "desapareceu como classificação prática mesmo nas bibliotecas em que foi introduzida pelo próprio Brown", e ressalta que, após sua terceira edição, em 1939, nenhuma outra atualização foi proposta, sendo, hoje, revisitada principalmente em estudos acadêmicos.[4]

Quadro 7. Classes e conteúdos da *Subject Classification* de Brown (1906

A	Generalidades	
B–D	Ciência física	Matéria e força
E–F	Ciência biológica	Vida
G–H	Ciência etnológica e médica	Vida
I	Biologia econômica	Vida
J–K	Filosofia e religião	Mente
L	Ciência social e política	Mente
M	Língua e literatura	Registro
M	Formas literárias	Registro
O–W	História, geografia	Registro
X	Biografia	Registro

O próprio Brown propôs duas soluções que visavam à individualização dos itens dentro das classes. Em um sugeriu a formação do número do livro com a transcrição do nome do autor tal qual constava no item, em vez de convertê-lo para alguma notação. Noutro, elaborou uma tabela para conversão de anos numa notação composta por duas letras minúsculas que, no entanto, segundo Satija e Comaromi, não poderia ser menos mnemônica.[139]

Quadro 8. Esquema de conversão de anos em notação alfabética de Brown (Satija e Comaromi[139])

Intervalo de anos	**Intervalo alfabético**
1450–1475	aa–az
1476–1501	ba–bz
1502–1527	ca–cz
...	...
2074–2099	ya–yz
2100–2125	za–zz

A tabela de Brown visava a ordenar os documentos cronologicamente conforme o ano de publicação e se limitava ao intervalo compreendido entre os anos de 1450 e 2125. A data de início não foi aleatoriamente escolhida, pois coincide com a invenção da imprensa de tipos móveis por Gutenberg e, por isso, segundo Brown, para os códices manuscritos anteriores, poderia ser elaborada outra tabela com letras maiúsculas.

A proposta de ordenação cronológica dos itens não era uma novidade. Pouco tempo antes de Brown, em 1885, Walter Stanley Biscoe

(1853–1933), assistente de Dewey, bibliotecário e importante colaborador na elaboração da segunda e terceira edições da CDD, apresentou uma tabela de conversão de anos com notação alfanumérica, para que os livros dentro de uma classe pudessem ser dispostos segundo a ordem cronológica de publicação. Esse arranjo era defendido por Dewey, com a justificativa de que poderia mostrar o desenvolvimento histórico do assunto.[139] Comaromi acha que isso seria útil nas áreas tecnológicas, uma vez que permitiria reproduzir espacialmente o avanço de conhecimentos sujeitos a mudanças rápidas, pois o último item disposto seria o mais atual.[38]

Satija considera, porém, esse arranjo pouco eficiente para a busca pelos usuários, já que o ano de publicação provavelmente não seria utilizado como primeiro critério em detrimento, por exemplo, da autoria.[135] O quadro 9 apresenta a indicação de uso das letras conforme os intervalos temporais predefinidos pelo esquema proposto por Biscoe.[12]

Quadro 9. Esquema de Biscoe para conversão de períodos cronológicos em notação alfabética (1885)[12]

Letras	**Período**
A	todos os anos a.C.
B	do ano 1 ao ano 999
C	do ano 1000 ao ano1499
D	do ano 1500 ao ano1599
...	
V	de 1950 a 1959
W	de 1960 a 1969
X	de 1970 a 1979
Y	de 1980 a 1989
Z	de 1990 a 1999

Para a composição da notação, às letras deveriam ser acrescidos números cuja função seria representar cada ano do intervalo especificado. Por exemplo, para o ano 112 a.C. a notação seria A112, para 1336 a notação seria C336, já para o ano de 1984 a notação seria Y4, fazendo com que os itens mais recentes recebessem notações mais breves.

Ranganathan[120] afirma que Biscoe recomendava a inclusão de um número romano minúsculo à notação de ano como meio de diferenciar livros de uma mesma classe escritos no mesmo ano. O próprio Biscoe reconhecia que a manutenção da lógica do arranjo seria dificultada pela necessidade de identificar a data de publicação dos itens, que nem sempre informavam a data da primeira edição.[12] Contudo, assim como a proposta de Brown, uma das principais limitações desse esquema é o

seu arranjo finito, que terminaria em 1999, além do fato de sua notação não ser mnemônica. Outro ponto bastante criticado, embora pouco provável, diz respeito à dificuldade de se ordenar os documentos para o período anterior à era presente (a.C.), uma vez que a contagem, neste caso, seguiria a mesma lógica dos números negativos e a pretendida ordem de publicação acabaria invertida, com os itens mais recentes iniciando a disposição nas estantes, seguidos pelos mais antigos.[139]

Nos EUA, a disseminação da CDD como classificação e método de ordenação foi rápida, restringindo consideravelmente a adoção de outras propostas e acarretando a multiplicação de soluções para a individualização dos itens nas classes.

No continente europeu, sobretudo na França, não se verificou a mesma situação. Em manuais escritos no século XIX e início do XX, em francês ou traduzidos do alemão para o francês, como no caso de Arnim Graesel (1897), percebe-se a manutenção de práticas ligadas à construção de arranjos para os quais a localização fixa ainda aparece como modelo dominante. Em trabalhos escritos por Jean Pie Namur (1839), Léopold Auguste Constantin Hesse (1841), Albert Maire (1896) e Albert Cim (1902; 1907) é descrito, como melhor método para a ordenação dos livros nas estantes, um mesmo esquema que se baseia na definição de grandes classes de assuntos, subdivididas quando necessário, nas quais os livros seriam agrupados pelo formato (in-fólio, in-4º, in-8º, in-12º, etc.) nas estantes correspondentes ao assunto e, por fim, numerados sequencialmente conforme a ordem de entrada na biblioteca.

Ao defenderem esse arranjo, no final do século XIX, esses autores justificavam-no não apenas pela facilidade que trariam à busca por determinado item, mas também pela beleza que conferiam à biblioteca, além da economia de espaço e de sua ampla disseminação entre as bibliotecas francesas. Cim[34] apresenta, a exemplo da prática mapeada por Henryot entre a ordem dos Mínimos, no século XVIII,[66] o arranjo vertical como uma possibilidade de ordenação dos livros. Nele, os itens de um mesmo assunto estariam reunidos numa única estante e separados nas prateleiras conforme seu tamanho, ficando os maiores na parte mais baixa do móvel. Para o autor, esta solução resolveria tanto os problemas de junção temática quanto os de aproveitamento de espaço, regularidade e boa apresentação da biblioteca. Cim lembra ainda que em cada uma das prateleiras os livros estariam dispostos por ordem alfabética de sobrenome de autor.

Ele também discorre sobre os trabalhos de Dewey e Cutter, mas ressalta que a adoção de novos métodos para o arranjo precisaria ser cuidadosamente pensada pois, mais danoso do que um arranjo já ultrapassado, seria um ainda não bem explorado. O alemão Arnim Graesel (1897),

por outro lado, apresenta uma visão bastante particular, que destoa da dos demais autores, ao criticar a suposta hostilidade dos bibliotecários franceses aos sistemas de ordenação sistemática disseminados nos EUA e cuja penetração já era notada na Alemanha. Para ele, a ordenação, conforme os sistemas de Dewey e Cutter, era mais simples, uma vez que, após a atribuição do código ao livro, o usuário faria a busca rapidamente. O único inconveniente desse método, opinião que o aproxima, portanto, dos outros autores, seria a ausência de separação entre os diferentes formatos.[64]

No mesmo período, na Alemanha, há uma mudança significativa na imagem do bibliotecário, que pode ser observada em manuais de biblioteconomia. Essa transformação, conforme descreve Catherine Minter, relaciona-se ao início de sua profissionalização e estaria associada, principalmente, às mudanças nos arranjos e métodos empregados na ordenação dos documentos.[104] A autora afirma que, com a crescente utilização dos catálogos e o desenvolvimento de sistemas de notação mais eficazes para o arranjo e busca de itens, o bibliotecário foi dispensado de seu papel de guia dos usuários, para, então, ser alçado à posição de profissional que possuía funções mais diversificadas e, ao mesmo tempo, definidas no contexto da biblioteca.

Na passagem para o século XX, configurava-se, portanto, um novo perfil para o bibliotecário: caía por terra a exigência de uma pessoa exclusivamente erudita, cuja memória todos admiravam e reverenciavam, e emergia um profissional que, além das rotinas relacionadas a seu ofício, disporia de tempo para contribuir para o desenvolvimento da prática profissional, refletindo sobre ela.

2.4 Profissionalização e construção do campo teórico: séculos XIX e XX

No início do século XX, há uma mudança significativa no âmbito das bibliotecas que resulta na adoção de classificações baseadas em princípios regulares e materializados em códigos alfanuméricos. Esta guinada pode ser confirmada não só pela mudança analisada para os contextos dos EUA e da Alemanha, mas também, quando, entre 1904 e 1907, Henri La Fontaine (1854–1943) e Paul Otlet (1868–1944) publicam, gradativamente, a primeira edição da CDU, então denominada *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel.*[37]

Otlet e La Fontaine, acompanhados de equipes de especialistas em várias áreas, partindo da estrutura proposta por Dewey para a CDD, vieram a construir um novo sistema de classificação com o objetivo primeiro de organizar catálogos sistemáticos em fichas e bibliografias que

comporiam o *Répertoire Bibliographique Universel* (RBU).[114] O RBU foi concebido como mecanismo de compilação de informações para promoção de intenso intercâmbio internacional, cuja elaboração se deu pelo Instituto Internacional de Bibliografia, fundado por ocasião da Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, em 1895, por Otlet e La Fontaine.

No entanto, em 1907, no boletim do Instituto Internacional de Bibliografia, falava-se na necessidade de um instrumento de classificação completo e detalhado para uso por todos os países de modo cooperativo que deveria ser adotado tanto para a ordenação de documentos quanto para o estabelecimento de índices de entradas múltiplas que tornassem acessíveis esses documentos.[123]

Segundo Sayers e Maltby, a notação da CDU foi projetada para ordenação de entradas em catálogos e bibliografias, e não, primariamente, para lombadas de livros.[144] Tálamo *et al.* confirmam que Otlet não orientou seu pensamento para a "organização de livros em estantes, mas à organização de informações, seu acesso e principalmente, o estabelecimento de relações entre os dados informacionais visando o uso da informação".[160] Sua ênfase é colocada no conteúdo, pois o objetivo é chegar à informação, independentemente do suporte ou tipo de documento em que esteja registrada/documentada.

Assim como a CDD, a CDU está dividida em dez classes principais que são subdivididas em dez outras classes, sendo que a primeira delas sempre se dedica aos aspectos gerais e as outras nove aos respectivos conteúdos específicos. Abaixo reproduzimos o esquema da segunda edição, de 1927-1933:

Quadro 10. Classes e respectivos conteúdos na segunda edição da Classificação Decimal Universal (1927–1933)

0	Generalidades	5	Ciências naturais
1	Filosofia	6	Ciências aplicadas
2	Religião	7	Belas-artes e esportes
3	Ciências Sociais	8	Literatura
4	Filologia	9	História e geografia

A classe 4 (filologia), a partir de 1964, passou a integrar a classe literatura e, desde então, aparece vaga no esquema.

Diferentemente da CDD, a CDU apresenta uma subdivisão de classes muito mais detalhada, inclui o uso do ponto para separar cada três dígitos de modo a facilitar a leitura da notação e, ainda, altera a notação com o emprego de sinais gráficos, letras ou palavras. A mudança da notação

é muito significativa porque representa uma modificação ampla no sistema de classificação na medida em que tende a aproximá-lo das linguagens facetadas ao permitir a realização de sínteses para combinação de assuntos. A utilização de tabelas auxiliares e o acréscimo de sinais gráficos conferem maior flexibilidade em sua utilização já que possibilitam a representação mais ampla de formas, pontos de vista, assuntos compostos, relacionados ou cuja análise recaia sobre determinado aspecto.

Mesmo não tendo sido projetada para o arranjo de livros nas estantes, Sayers e Maltby constatam que a CDU, sobretudo a partir da segunda edição, foi apropriada para uso em bibliotecas, especialmente aquelas que possuíam acervos especializados, devido à sua capacidade de relacionar assuntos e representá-los sob múltiplos pontos de vista.[144]

O grande sucesso desse esquema (outro grande sistema de classificação de tipo enciclopédico) pode ser comprovado pela criação de serviços nacionais voltados à supervisão e desenvolvimento da publicação de edições da CDU em vários idiomas.

Criadas com propósitos distintos, CDD e CDU permitiram o arranjo dos documentos conforme diferentes atributos. A grande virtude destes sistemas reside no fato de as hierarquias, baseadas na decimalidade, produzirem o encadeamento dos assuntos e fornecerem parâmetros lógicos para a localização do documento desejado.[161]

Por outro lado, segundo Maria Luiza Campos, o grande entrave dessas classificações era a conciliação das estruturas classificatórias com os assuntos presentes nos documentos.[30] A classificação, portanto, além de cumprir com a tarefa de organizar documentos pelo seu agrupamento, pode ser compreendida como um instrumento que permite a representação do conhecimento registrado em dada área. Como as classificações não conseguiam acompanhar as mudanças do conhecimento, acabavam por criar incoerências no agrupamento dos documentos, uma vez que os assuntos não podiam ser adequadamente representados.

Diante de problemas dessa ordem, o matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892–1972) concebeu a ideia de uma classificação analítico-sintética à qual deu o nome de *Colon Classification* (CC), também conhecida como Classificação de Dois Pontos. O sistema proposto por Ranganathan baseava-se no princípio da desconstrução do assunto a ser representado em suas diferentes facetas, ou seja, aspectos/partes constituintes, e, então, de sua reconstrução numa notação de classificação a partir dos elementos independentes coordenados com base em regras sintáticas. Portanto, sua grande diferença em relação aos esquemas anteriores, consistia no fato de permitir a criação de classes de assuntos no momento da análise do documento, conforme os conceitos que o compunham, e sintetizados consoante as fórmulas de facetação.[4]

A estrutura classificatória organizada em categorias fundamentais (*Personality* (Personalidade), *Matter* (Matéria), *Energy* (Energia), *Space (*Espaço) e *Time* (Tempo), abreviadas pela sigla PMEST) permitiu que o elemento utilizado como base da classificação não fosse mais o assunto do documento, mas os conceitos que compõem esse assunto, aos quais Ranganathan deu o nome de isolados. A reunião dos isolados em arranjos possibilitou a formação de quaisquer assuntos representados em notações mistas que empregavam algarismos arábicos, letras maiúsculas e minúsculas, letras gregas e sinais gráficos.[114]

A CC oferece a possibilidade de inter-relação de conceitos que, além de permitir o acompanhamento do desenvolvimento das áreas do conhecimento, rompeu com a tradição de sistemas classificatórios hierárquicos e enciclopédicos.[144] A ruptura com a hierarquização é visível, também, na construção de tabelas compostas, não por termos hierárquicos, mas por listas de conceitos.[4] Dahlberg lembra que a quantidade de classes geradas por esse sistema pode ser idêntica ao número de itens classificados, uma vez que apenas itens de igual síntese podem pertencer a uma mesma classe.[50]

Ranganathan elaborou um sistema completo para ordenação de documentos que incorporava a facetação também na individualização dos itens dentro de uma classe e, ainda, a atribuição de uma notação referente à coleção para os casos em que fosse desejável separar partes dela. Sistematizava-se, então, um modelo completo para atribuição do número de chamada (*call number*) aos documentos pela junção do número de classe (*class number*) com o número do livro (*book number*) e o número de coleção (*collection number*).[120]

O número de classe, sintetizado a partir dos conceitos tratados nos documentos, seria o primeiro elemento da notação, pois, segundo Ranganathan, a abordagem dos leitores à coleção é feita, primeiramente, por assunto.[120] O número do livro, posposto à notação de classe, seria construído com base em uma fórmula aparentemente complicada e extensa, mas que se revela simples, pois, na maioria dos casos, são empregadas no máximo duas facetas, o que torna a notação bastante concisa.[139]

Diferentemente da prática disseminada de formar o número do livro com base na ordenação alfabética de autoria, a fórmula de faceta de Ranganathan prevê a ordenação dos itens dentro da classe, primordialmente com base em critérios cronológicos de publicação. Satija[137] e Satija e Agrawal[138] consideram esse número do livro bastante sofisticado, pois também levou em consideração várias características do aspecto físico e da forma de apresentação do conteúdo dos documentos. A fórmula do número do livro de Ranganathan é esta: [L] [F] [Y] [SN] . [V]-[S] ; [C] [EVN]. Os símbolos representam:

[L]	Língua do livro
[F]	Forma de apresentação do conteúdo no livro
[Y]	Ano de publicação
[SN]	Número sequencial usado para distinguir diferentes livros em uma mesma classe e com mesmos números de língua e forma de apresentação
[V]	Número do volume
[S]	Número do suplemento
[C]	Número do exemplar
[EVN]	Número da apreciação crítica

Satija explica que o primeiro critério para a notação do número do livro é a língua do documento seguida por sua forma de apresentação.[134, 137] Dentro de uma língua e forma de apresentação, os documentos são arranjados pelo ano de publicação. Se há dois ou mais livros do mesmo assunto publicados no mesmo ano, a ordem de aquisição serve para ordená-los, adicionando, sequencialmente, 1, 2, 3... ao ano de publicação. O mesmo ocorre para o número da apreciação crítica, caso haja mais de uma crítica com língua, forma de apresentação e ano de publicação iguais. As demais facetas agrupam suplementos, volumes e exemplares de um livro. Porém, nem todos precisam ser empregados e seu uso, habitualmente, inicia-se pelo terceiro elemento da fórmula [Y] (ano de publicação).

Segundo Ranganathan, um esquema voltado à ordenação de documentos deveria prover tabelas capazes de agrupar itens com base em suas peculiaridades relativas à forma, raridade ou exigências institucionais de modo a facilitar seu uso pelos leitores.[120] Por isso, o recurso de separar partes do acervo, valendo-se de uma notação, não deveria ser empregado em toda a coleção, mas apenas naqueles itens que integrassem um grupo com características especiais. O número de coleção (*collection number*), posposto ao número do livro (*book number*), indicaria o pertencimento a uma fração específica dentro do acervo e estaria restrito à biblioteca que o contém, sendo, portanto, definido com base em critérios eminentemente locais. Ranganathan justifica o emprego do número de coleção após o número de classe e o número do livro afirmando que deste modo não haveria perturbação da abordagem temática, uma vez que as entradas de todos os itens estariam em sequência classificada.

Ranganathan aponta uma nova metodologia para a classificação bibliográfica e, junto dela, sistematiza uma proposta de ordenação de documentos que, diferentemente dos sistemas anteriores, busca explicitar os princípios empregados na elaboração de suas tabelas e que es-

tão expressos em quatro obras fundamentais: *Five laws of library science* (1931), *Colon classification* (1933), *Prolegomena to library classification* (1937) e *Philosophy of book classification* (1951).

O mesmo empenho demonstrado por Ranganathan em fundamentar seu esquema é perceptível no trabalho de Henry Evelyn Bliss (1870–1955), por muitos anos bibliotecário do então City College of the City University of New York, hoje City College of New York. Entre os anos de 1940 e 1953, Bliss publicou os quatro volumes da *Bibliographic Classification* (BC), considerada a última das grandes classificações bibliográficas propostas.

A estrutura básica do esquema foi esboçada ainda no começo do século em artigo publicado no *Library Journal,* em 1910, quando Bliss expressou o desejo de criar uma nova classificação que, segundo Anthony Foskett, acompanhasse e incorporasse o movimento da ciência para a conveniência e a formação do leitor.[58] Bliss demonstrava sua crescente insatisfação com os principais esquemas em voga no período e fazia a defesa de um novo arranjo que pudesse aproximar assuntos afins, subordinando-os a ramos das ciências e estes em coordenação com as ciências correlatas.[15]

A primeira publicação oficial, em forma condensada, ocorreu apenas em 1935 e, em 1940, sob o título *A bibliographic classification extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation*, foi lançado o primeiro dos quatro volumes das tabelas completas. Jack Mills explica que Bliss retomou, então, pontos já explorados em trabalhos anteriores, como a importância do agrupamento e ordenação das classes relacionadas e subordinadas e, ainda, a relevância do consenso científico e educacional como elemento norteador da estrutura e da ordem do conhecimento, a necessidade de adaptação da ordem lógica ao uso prático do esquema e a predileção por uma notação sintética, breve e mnemônica.[103]

Segundo Sayers, a grande contribuição de Bliss não foi a introdução dessas noções, já apontadas por outros autores, mas sua junção complementada pelo esmero em trabalhá-las de modo científico e de refleti-las diretamente em seu esquema.[140] Por outro lado, a exemplo do que ocorre com outros sistemas como a CDD, o ponto fraco da proposta de Bliss é apontada, também por Sayers, como resultado de uma crença absoluta nas convenções acadêmicas ocidentais que foram compreendidas, não como construções historicamente condicionadas, mas como verdades naturais, revelando a pretensão de universalidade. Ainda assim, Anthony Foskett e William Berwick Sayers afirmam ser este o esquema com um dos melhores encadeamentos de classes presentes em classificações bibliográficas.[58, 140]

Na introdução ao primeiro volume da BC, Bliss afirmava que sua intenção era apresentar um esquema que pudesse ser empregado não apenas como base para a disposição de documentos em estantes, mas, também, para a construção de catálogos sistemáticos, bibliografias temáticas e outros serviços bibliográficos especializados, evidenciando a relevância da ordenação de representações de documentos.[15] No que concerne à ordenação dos documentos nas estantes, Bliss reconhecia a complementaridade entre a notação de classe e os artifícios de individualização de itens em cada classe, o que ele denominava notação interna (*internal notation*). Dentro das classes havia a possibilidade de uma ordenação alfabética por sobrenome de autor, mas ressaltava, também, a ordenação alfabética por títulos, a cronológica por data de publicação, uma enumeração pela ordem de entrada dos itens ou, ainda, a combinação de dois ou mais atributos.[15]

Bliss afirmava que a simplificação da notação era não apenas desejável, mas factível por uma possibilidade de compensação: a simplicidade na notação de autor seria permitida pelo grau de especificidade alcançado pela notação de classe que levaria ao emprego de recursos mais simples, curtos e mnemônicos para a individualização.[16] Ele reconhecia o valor das tabelas de Cutter, especialmente para classes como literatura, sob a qual poderia ser encontrado um grande número de autores e também de títulos de um mesmo autor. Em outros casos, recursos mais simples, como a menção nominal, cuja elaboração se baseia no emprego das três primeiras letras do sobrenome do autor em maiúsculas, deveriam ser utilizados.

A aceitação da proposta de Bliss deu-se principalmente no Reino Unido e o trabalho em torno de uma nova edição do sistema teve início já na década de 1970, orientado pela influência da CC de Ranganathan e desenvolvido pelo Classification Research Group. Os trabalhos de revisão foram precedidos pela formação da Bliss Bibliographic Association, em 1967, que até hoje reúne diversos pesquisadores e profissionais dedicados ao estudo da classificação. Contudo, a partir da publicação dos três primeiros volumes, em 1977, ficou evidente que se tratava de um sistema completamente novo que herdara apenas a abordagem geral do que fora originalmente formulado por Bliss.[14]

A nova proposta — *Bibliographic Classification second edition – BC2*, preservou a base notacional ampla (A/Z, 1/9), assim como o descompromisso de a notação refletir uma hierarquia rígida, o que contribuiu para a composição de números de classe bastante reduzidos e, concomitantemente, específicos em sua capacidade de abarcar a junção de conceitos. Para a classificação de um documento pela BC2, procede-se à sua análise de modo a identificar quais categorias estão representadas e, em segui-

da, com o auxílio das tabelas classificatórias e usando o símbolo referente a cada uma dessas categorias, estabelece-se a notação de classe capaz de representar essas categorias de modo ordenado e mnemônico. De acordo com a ordem de citação padrão as categorias devem ser listadas conforme o princípio de gradação (*gradation*), que sugere que as noções devem ser citadas partindo das mais gerais para as mais específicas.[14]

Por outro lado, sua grande novidade em relação à primeira edição consistia na elaboração de um esquema completamente facetado derivado da expansão das cinco categorias originais de Ranganathan que deram origem a 13 categorias empregadas na análise e organização dos conceitos (*thing*/coisa – *kind*/tipo – *part*/parte – *property*/propriedade – *material*/material – *process*/processo – *operation*/operação – *patient*/paciente – *product*/produto – *by-product*/subproduto – *agent*/agente – *space*/espaço – *time*/tempo). Embora nada impeça a definição de novas categorias, as 13 apresentadas podem acomodar os conceitos de quase todas as disciplinas, exceto casos como os das artes e das humanidades que requerem categorias adicionais como forma, estilo e gênero.[20]

A publicação da segunda edição da BC assinala o fim de um período marcado pela elaboração de soluções para ordenação de documentos ancoradas em grandes sistemas classificatórios que resultaram em propostas de esquemas de localização relativa. Essas soluções se impuseram aos sistemas de localização fixa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, com a abertura do acervo das bibliotecas ao acesso do público, e contribuíram para o desenvolvimento de propostas de alternativas para a individualização dos itens dentro das classes, da forma como foi realizada por Cutter, Cutter e Sanborn, Brown, Biscoe e Ranganathan.

A partir daí, várias iniciativas tiveram como motivação a elaboração de tabelas de conversão de nomes pertinentes a seus próprios idiomas. No Brasil, por exemplo, uma proposta foi elaborada por Heloísa de Almeida Prado,[118] em 1964, que desenvolveu uma tabela mais adequada a sobrenomes da língua portuguesa, intitulada *Tabela PHA*.

As tabelas de Cutter foram elaboradas tendo como referência a língua inglesa, na qual a combinação e a frequência de vogais e consoantes são distintas de outras línguas. O sobrenome Smith, por exemplo, possui vinte opções de codificação (S643–S664, na *Cutter-Sanborn three-figure author table*), contrastando com o sobrenome Oliveira, comum na língua portuguesa, com uma única opção de codificação nessa tabela (O48).

Heloísa de Almeida Prado disse ser preferível, seguindo os moldes das tabelas de Cutter, organizar uma tabela que apresentasse "uma distribuição mais de acordo com os nomes frequentes em nossas bibliote-

cas", para "atender melhor às suas necessidades".[118] Nela, o sobrenome Oliveira, por exemplo, tem sete opções de codificação: 045–052. Para compilar sua tabela, Heloísa Prado adotou atitude parecida com a de Kate Sanborn, consultando arquivos de identidade de várias bibliotecas universitárias, como a do Instituto, hoje universidade, Mackenzie, que continham grande número de registros de autores nacionais e estrangeiros mais recorrentes no contexto brasileiro. Ela procurou "[...] dar diversos números aos sobrenomes mais comuns entre nós, esperando conseguir, assim, um melhor arranjo de nossos livros". A Tabela PHA lista três números para cada letra, salvo as letras "[...] E, I, O, U, J, K, Q, X, Y, Z, para as quais, após cuidadosa observação, julgamos serem suficientes dois algarismos".[118]

Na Índia, também se encontram iniciativas de construção de tabelas de Cutter próprias aos sobrenomes indianos, mas, diferentemente do Brasil, existe um maior número de tabelas, pois elas visam contemplar a diversidade linguística do país.[136, 138] Do mesmo modo, a menção nominal é apontada por alguns autores, como Bliss,[17] Instituto Nacional do Livro,[74] Antônio Caetano Dias e Luís Cosme,[52] Eliane Mey e Naira Silveira,[100] como alternativa ao uso das tabelas de Cutter, pois esse recurso possibilitaria individualizar itens dentro de uma classe por meio do emprego de uma notação simples e de fácil leitura. Baseado nos mesmos argumentos Manuel Carrión Gútiez faz a defesa deste método e ressalta que as notações com base nas tabelas de Cutter não são de simples execução para que se tornassem populares nas bibliotecas da Espanha.[32]

Quanto ao número do livro, Mohinder Satija,[134] um dos mais prolíficos estudiosos desse tema, fez um balanço da literatura produzida no século XX, citando as publicações de Anna Laws[86] e Bertha Barden,[6] e, depois de muito tempo, Lehnus[87] e Comaromi.[38] Observa que as tabelas de Cutter para autor e as práticas de numeração de livros da Library of Congress, dos EUA, são as mais tratadas na literatura, a despeito da contribuição de Ranganathan.

Satija pondera que o futuro do número do livro é incerto, pois as mentes mais engenhosas não mais debatem essa questão, o que limita a proposta de novas soluções e a continuidade do debate.[137] Quanto à relação entre os sistemas de classificação bibliográfica e o número do livro, segundo ele, sem a devida apreciação do número do livro, não se pode traçar uma história formal das classificações bibliográficas, pois, esta história só poderá ser parcialmente compreendida, como tem ocorrido. Enfatiza também que o silêncio sobre muitos sistemas de classificação tradicionais contribuiu para o crescimento tímido de estudos sobre o tema, fazendo com que, em muitos casos, as teorias sobre o número do livro caíssem no esquecimento.

No Brasil notam-se lacunas na incorporação do vocabulário e das práticas biblioteconômicas de matriz anglo-americana para ordenação de documentos, como é o caso do número de chamada (*call number*). Parece inconteste a opção por essa abordagem em detrimento da francesa, por exemplo, mas como e quando se deu este processo e quais foram os profissionais e instituições profissionais e de ensino decisivos para sua afirmação e disseminação, ainda permanecem como questões a serem investigadas no que concerne à ordenação de documentos.

Outro ponto em aberto refere-se à terminologia empregada, ou ausente, na literatura técnica brasileira, quanto aos elementos que compõem o número de chamada. A menção ao número de coleção não é usual e, quando presente, se faz de modo indireto, como uma espécie de marca de localização especial, externa ao número de chamada, como trata Noêmia Lentino.[89] As explicações quanto ao número do livro costumam ser restritas na medida em que privilegiam as notações extraídas das tabelas de Cutter ou congêneres, além de comumente não discutirem as questões concernentes à marca da obra. Somente Noêmia Lentino apresenta de modo expresso o termo 'número do livro' ("Número de chamada: função do número do livro") no capítulo XI de seu livro sobre sistemas de classificação bibliográfica.[89]

Diante do exposto, caberia buscar compreender porque, no Brasil, estes elementos, mesmo sendo utilizados, não são explicitados nem caracterizados a partir de termos próprios, dificultando o desenvolvimento da atividade. Tomando como base as palavras de Satija sobre o número do livro,[137] caberia expandir sua fala para a ordenação de documentos como um todo: embora seja uma prática disseminada entre as bibliotecas, a ordenação segundo sistemas de localização relativa ou fixa acabou, via de regra, subsumida à classificação e relegada ao esquecimento nas agendas de pesquisa, revelando lacunas que carecem ser enfrentadas quanto à compreensão da atividade e à proposição dos métodos.

3

A ordenação de documentos pelo número de chamada

Marcelo Nair dos Santos

A ordenação de documentos na atividade bibliotecária é realizada frequentemente por modelo de código de localização documental denominado número de chamada, o qual é empregado amplamente nas bibliotecas brasileiras. Nesse sentido, o objetivo primordial deste capítulo é apresentar a estrutura e a composição do número de chamada enquanto código, indicando as contribuições propostas que permitem entendê-lo.

3.1 Estrutura e composição do número de chamada

O número de chamada é um produto documentário composto por um conjunto de símbolos que singulariza um item documental para fins de ordenação de documentos numa coleção. Assim, o termo notação é mais adequado que número, pois além de números, o código pode conter letras e outros símbolos.

A formação do número de chamada é um processo que exige a observação de algumas questões. Primeiramente, o número de chamada deve ser exclusivo para um item documental, de maneira que não haja dois números de chamada iguais. Por isso, o elaborador do número de chamada deve consultar o catálogo topográfico, a base de dados ou o plano de ordenação, os quais refletem a ordem de localização documental nas estantes, de modo a examinar o número de chamada anterior e posterior ao que se forma, evitando elaborar números iguais para unidades documentais distintas. Além de ser individualizado, a elaboração do número de chamada deve considerar também:

- o tamanho da coleção ou do agrupamento documental em que o número de chamada é empregado;
- que um dado agrupamento influencia o modo como os subagru-

pamentos subsequentes são dispostos e cada subagrupamento é influenciado pelo agrupamento que o precede;
- o princípio de economia, em que os componentes do número de chamada são empregados apenas quando necessários, atendo-se ao mínimo de elementos para cumprir sua função e obtendo-se o que se denomina brevidade do número de chamada.

Sobre essas questões, em plano horizontal, identificamos uma razão proporcional entre a quantidade de volumes que compõem a coleção e a extensão do número de chamada, no sentido de que quanto maior for a coleção, mais extensos serão os números de chamada, porque cada número deverá ser composto por notações mais detalhadas, necessárias à individualização de cada item documental. Afinal, como disse Regina Carneiro, "o que é útil para um conjunto de 20 000 livros pode mostrar-se inteiramente supérfluo para um acervo que não vá além de 3 000".[31]

Em plano vertical, temos a questão da influência entre agrupamento e subagrupamentos, pois se os subagrupamentos são complexos e volumosos, dificultando a ordenação e localização dos documentos, então um ou mais agrupamentos precedentes devem ser mais específicos de modo a reduzir o volume documental dos subagrupamentos. Finalmente, a economia do número de chamada é uma regra metodológica da filosofia conhecida como navalha de Occam, em que "[...] a melhor ordem é a que produz o resultado máximo com o esforço mínimo, de tal modo que mesmo a lei do menor esforço foi entendida, na história da filosofia, como 'princípio da E.' [i.e., economia] [...]". Nesses termos, o lema da navalha de Occam é que "[...] as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade".[1]

Às questões acima aventadas é importante acrescentar as necessidades do contexto documentário em que o número de chamada é elaborado. Disso decorre que o contexto documentário, a exclusividade de cada número de chamada, o tamanho da coleção ou agrupamento, a formação dos agrupamentos documentais e o princípio da economia constituem as questões pelas quais o elaborador do número de chamada se orienta em seu trabalho de construção desse código.

Como vimos no capítulo 2, o número de chamada, é composto pela junção de três elementos: o número de coleção (*collection number*), o número de classe (*class number*) e o número do livro (*book number*). Aida Slavic trata da mesma estrutura, mas adota os nomes marca de coleção (*collection mark*) e marca de classe (*class mark*), ou seja, prefere antes marca que número para compor a expressão.[152]

Considerando, ao mesmo tempo, a não pertinência de número, já que em geral outros símbolos também são usados, como letras e pon-

tuações diversas, e levando em conta o uso no Brasil, adotamos os termos marca de coleção e notação de classificação.

Deste modo, em sua constituição estrutural, o número de chamada diz respeito à combinação da notação de classificação com o número do livro. Enquanto a notação de classificação agrupa os documentos, o número do livro, composto pela notação de autor, pela marca da obra e por outros elementos de individualização, determina uma localização única e individualizada para um documento em estantes e em listas de inventário, de modo que possa ser encontrado em associação com outros documentos semelhantes reunidos pela notação de classificação.[38, 119, 139]

Outros autores, como Jacques Maniez,[94] reforçam tal sentido ao definir o número de chamada como conjunto de símbolos, formado por uma ou mais notações, que ordena o documento e o identifica de forma exclusiva, não se limitando à classificação, da qual pode ser independente. Além da notação de classificação e do número do livro, a marca de coleção, anteposta a estas, pode ser adotada para assinalar a coleção à qual o documento pertence como parte do conjunto dos demais documentos que compõem o acervo.[139, 152]

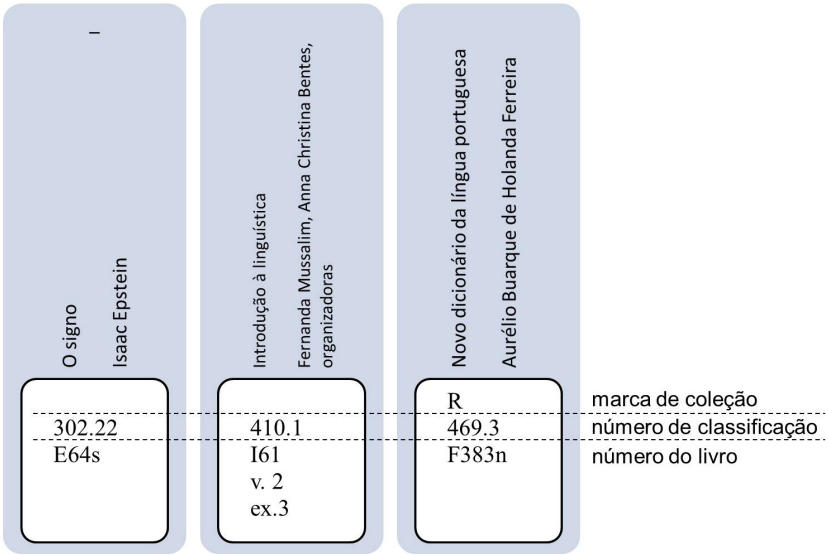
Assim, podemos sintetizar o número de chamada por meio da equação: número de chamada = marca de coleção + notação de classificação + número do livro (notação de autor + marca da obra + outros elementos de individualização).

Ilustramos, na figura 4, a estrutura esquemática do número de chamada a partir de três situações diferentes.

A marca de coleção é constituída por um ou mais símbolos que indicam o documento como integrante de uma coleção do acervo segundo propósitos utilitários ou de conveniência. Não é parte obrigatória do número de chamada, como vemos no exemplo. A notação de classificação é definida como um ou mais caracteres que denotam o agrupamento, em geral temático, ao qual o documento pertence. O número do livro diz respeito a uma ou mais combinações de atributos documentais — como notação de autor, marca da obra, número de edição, número de exemplar, dentre outros — que são empregados para distinguir um documento de outros com a mesma notação de classificação.

Em conjunto, esses componentes funcionam como camadas de ordenação, em que a marca de coleção e a notação de classificação têm função primordialmente agrupadora e o número do livro tem função essencialmente sequenciadora, individualizando o número de chamada. Daí podermos afirmar que o número de chamada é um tipo de código de localização de documento, ou cota, como vimos no capítulo 1.

Figura 4. Componentes do número de chamada



3.1.1 Marca de coleção e notação de classificação

A marca de coleção e a notação de classificação têm por função primordial agrupar, na medida em que a marca de coleção indica conjunto de documentos constituído por propósitos utilitários ou por conveniência, encerrado frequentemente em espaço físico próprio. Como exemplos, temos: coleção de audiovisuais, de periódicos, de obras de referência, de livros raros, de teses etc., ou ainda, coleção especial que reúna as publicações criadas por autores de uma dada localidade, coleção determinada por faixa etária, coleção que reúna livros com tamanho avantajado ou incomum, conjunto documental com restrição de acesso, e assim por diante.

A ausência dessa marca, como se vê nos exemplos da figura anterior, pode indicar que: o item documental é parte de coleção única ou o item documental é parte da coleção principal ou majoritária, ou seja, aquela que reúne a maior parte dos documentos de um acervo com duas ou mais coleções. Seguindo o princípio de economia, a inscrição desse componente no número de chamada é considerada dispensável nesses casos.

À marca de coleção, segue-se a notação de classificação, que, no Brasil, é determinada comumente por sistemas classificatórios, como a CDD ou a CDU, especialmente em coleções de livros. Por esses sistemas é possível realizar uma ordenação com o propósito de aproximar docu-

mentos por atributos que lhes são comuns, formando grandes grupos que atendem melhor ao uso que será dado à coleção.[96] Apesar disso e da capacidade de um sistema classificatório formar grupos, temos ainda a questão da individualização de cada documento, que o elaborador do número de chamada deve observar especialmente no caso de grandes volumes documentais.

3.1.2 Número do livro: notação de autor, marca da obra e outros elementos de individualização

A individualização do item documental é obtida pelo número do livro, visto que sua função se inicia no momento em que termina a função da notação de classificação, singularizando "[...] livros que compartilham o mesmo número [marca] de classe".[119] Os atributos assinalados no número do livro, que Ranganathan denomina facetas, podem se referir a: autor, título, língua, ano de publicação, número de entrada documental, lugar de publicação, tamanho, indicação numérica relativa ao número do volume ou do exemplar, ou ainda indicação de suplemento, de comentário, etc.[119, 139]

Aida Slavic denomina os atributos empregados para o número do livro deste modo: notação de autor, marca da obra, marca da edição, marca do volume (para documento publicado em dois ou mais volumes) e marca de exemplar.[152] A escolha desses ou outros atributos depende do contexto documentário em que serão utilizados, ou seja, dos objetivos institucionais, das necessidades de informação do usuário e do tamanho ou do tipo da coleção, e são esses atributos, codificados ou não em símbolos ordenativos, que comporão o número do livro.[138]

A distinção de volume, exemplar e edição é relativamente simples, ao contrário da de autor, cujos nomes são frequentemente codificados de modo a reduzir seu tamanho, para se adequarem ao citado princípio de economia. Tal codificação é feita pelo sobrenome com o emprego de tabelas de autor ou por algum meio peculiar, como a menção nominal, que utiliza as três primeiras letras do sobrenome do autor. No entanto, qualquer atributo pode ser codificado para a composição do número do livro numa coleção.

Em relação à codificação do sobrenome de autor para fins de abreviação, há dois termos que precisam ser considerados, pois se trata de duas definições próximas, mas distintas: número de Cutter pode ser definido como o resultado do processo de conversão do nome do autor ou, em certos casos, do título do documento, em frações decimais precedidas de uma ou mais letras iniciais do sobrenome do autor ou da primeira palavra, que não seja artigo, do título da obra, a partir das ta-

belas de Cutter,[38, 139] e número de autor diz respeito a uma ou mais letras ou algarismos arábicos que representam as iniciais do sobrenome do autor ou da palavra do título, não atribuídas por tabelas de Cutter. Desse modo, a conversão do nome de autor é realizada frequentemente com as tabelas de Cutter, ou derivadas delas, motivo pelo qual o conceito de número de Cutter é estendido a outras notações de autor: "esse número é denominado *número de Cutter*, independentemente de ser tomado da tabela concebida por Charles Ammi Cutter".[139] Se considerarmos a estrutura de letras e algarismos desenvolvida por Cutter, podemos admitir que qualquer tabela com estrutura semelhante apresenta números à Cutter.

No Brasil, são usuais os termos 'notação de autor' e 'número de autor', que são mais adequados para designar o produto da conversão do nome de autor, uma vez que tais termos não se limitam às tabelas criadas ou derivadas de Cutter, abrangendo outros recursos ou tabelas, inclusive a menção nominal, que utiliza as três primeiras letras do sobrenome do autor. A adoção do termo 'notação de autor' no Brasil é recorrente, talvez por influência do livro *Notação de autor*, de Donald Lehnus.[88] Vale mencionar, no entanto, que a notação de autor nem sempre representa o nome do autor do documento, pois pode ser elaborada a partir do sobrenome do tradutor, do título do documento ou do título da coleção. Desse modo, o termo 'notação de autor' também não é específico daquilo que representa.

Na composição do número do livro, a notação de autor frequentemente é acompanhada da marca da obra e, quando necessário, de outros atributos que têm a função primordial de individualizar o número de chamada, conforme se verá adiante.

É importante salientar que após a marca de coleção vem a ordenação baseada na notação de classificação, ambas de caráter agrupador. A elas segue-se o número do livro para individualizar os autores e suas publicações numa notação de classificação, mas, se tal individualização não ocorrer, outros atributos irão sendo incorporados, codificados ou não, ao número de chamada até que a individualização do documento ser alcançada. Diante disso, podemos afirmar que o número do livro, enquanto conjunto de um ou mais atributos codificados, é componente do número de chamada e tem a função de ordenar e individualizar um dado documento em uma coleção. Tal número não abrange a notação de classificação, mas, segundo Satija, ele é subsidiário dos sistemas de classificação, embora seu desenvolvimento, com avanços e retrocessos, tenha se dado independentemente deles, como comentamos anteriormente.[135]

Neste trabalho, no entanto, vamos nos concentrar sobre os aspectos

do número do livro, isto é, notação de autor para ordenar autores, títulos ou nomes geográficos; marca da obra para ordenar as obras publicadas de autores num mesmo agrupamento; e outros atributos utilizados para individualizar os documentos, quais sejam: unidades físicas documentais, ano de publicação, edição, número de exemplar ou número de entrada, dentre outros, como trataremos a seguir.

3.2 Número do livro: notação de autor e marca da obra

Na construção do número do livro, autor e título são elementos essenciais. No entanto, esses elementos não podem ser registrados tal como figuram nos documentos, pois o número de chamada é inscrito em uma etiqueta adesiva fixada na lombada do documento, na qual a menção completa do nome de um autor ou título exigiria uma etiqueta de tamanho avantajado, imprópria para o fim descrito. Desse modo, a indicação de autor ou de título precisa ser reduzida ou abreviada para compor o número de chamada, transmitindo o máximo de informação com o mínimo de letras ou dígitos e sem distorcer a ordenação sequencial alfabética de autores e de títulos.

John Comaromi apresenta opções que diminuem ou abreviam o nome do autor, assinalando somente seu sobrenome ou reduzindo-o a poucas letras.[38] Aliás, essa prática foi adotada por Melvil Dewey nos estágios iniciais de seu sistema, como podemos ver nos exemplos a seguir.

570	ou	570		510	ou	570	
DARWIN		DAR		RUSSELL		RUS	

Essa solução é factível para pequenas coleções, em que os processos de retirada e recolocação dos documentos nas estantes não são tão difíceis, pois a ordenação por esse meio é simplesmente alfabética, facilitando a busca e localização dos documentos por autor e título. Por isso, em pequenas coleções, a redução do sobrenome do autor a três letras, por exemplo, conhecida como 'menção nominal', é recurso satisfatório, embora se perca essa vantagem quando ocorrem sobrenomes comuns. Por exemplo, alguns nomes correntes em Portugal e Brasil, como Oliveira – OLI, Silva – SIL, e Santos – SAN. Mas há meios de atenuar essa questão, como veremos adiante.

De fato, o valor de individualização do número do livro ocorre com mais clareza em grandes coleções, nas quais a redução do sobrenome do autor a três letras tende a ser insuficiente, pois nelas pode haver muitos documentos dentro de um agrupamento com autores que compartilham sobrenome com as mesmas iniciais. Para resolver esse problema,

John Comaromi sugere a indicação do sobrenome completo, o que pode ser antieconômico para a ordenação de um agrupamento em que não ocorram iniciais comuns, tornando o processo de ordenação contraproducente, porque nesses casos haverá informações em excesso para localizar o documento. Além disso, a menção completa dos sobrenomes não distingue autores com o mesmo sobrenome. Então, há que se buscar outra solução, tendo em vista que, "[...] buscamos transmitir o máximo de informação usando o número mínimo de letras e dígitos".[38]

Convém empregar meios que abreviem o sobrenome de um autor, diferenciando-o de outros autores de mesmo sobrenome. Isso também vale para os títulos das publicações desses autores. Foi para esse fim que as tabelas de codificação de nome de autor foram desenvolvidas. A partir delas, um elaborador de número de chamada consegue determinar uma notação de autor, seguida ou não de um indicativo de título (marca da obra). Essas tabelas permitem a conversão do sobrenome de autor para letras, algarismos ou outros símbolos, fornecendo mais operacionalidade do que a indicação de uma, duas ou três letras do sobrenome, motivo pelo qual o argumento primordial para a construção da notação de autor é encurtar seu nome.[152] Desse modo, no número do livro, esses são os dois meios pelos quais se abrevia o sobrenome de autor: codificação mediante tabelas de conversão de sobrenome de autor ou menção nominal do sobrenome do autor.

3.2.1 A codificação da notação de autor e da marca da obra

Nos métodos codificados pela conversão de sobrenome de autor, notadamente nos métodos à Cutter, a notação de autor é composta por duas partes: a primeira parte é a notação que representa o autor, o título ou nome geográfico; e a segunda parte refere-se à marca da obra, uma breve menção do título do documento e de outros dados de ordenação, como veremos na sequência.

Notação de autor

Na primeira parte da notação, tabelas de Cutter foram criadas primordialmente para abreviar sobrenomes de autores, primeiras palavras do título ou primeiras palavras de nome geográfico, reduzindo-os a poucas letras e algarismos, para fins de composição do número de chamada, de modo a possibilitar a ordenação alfabética de autor, de título ou de nome geográfico sob uma notação de classificação. Para tal intento, é necessário que um desses atributos seja escolhido para ser codificado pelas tabelas de Cutter, e tal escolha tem origem em regras de catalogação, notadamente o AACR2, como acontece no Brasil.

A base de atribuição da notação de autor em tabelas de Cutter é o sobrenome do autor do documento que é adotado como ponto de acesso principal (tradicionalmente chamado de entrada principal), em geral baseado em autor pessoal ou corporativo.[87] Nesses termos, a notação de autor em publicações com até três autores é feita pelo sobrenome do primeiro autor listado ou do que estiver em destaque na página do documento de onde foram colhidas as informações de autoria para a catalogação. A notação de autor para documentos criados ou publicados por autor corporativo, ou seja, uma pessoa jurídica, e grupo de indivíduos com nome específico que atuam como unidade, é feita pela primeira palavra do nome do autor corporativo.

Contudo, certos sobrenomes de autor devem ser analisados com mais atenção, pois apresentam peculiaridades que devem ser consideradas no processo de codificação da notação de autor. No mais, salvo os dois primeiros itens abaixo, tomados da tabela de Cutter-Sanborn, os aspectos que mencionamos sobre esses sobrenomes são regulados pelo AACR2 no capítulo 22 (cabeçalhos para pessoas):

- em sobrenomes com apóstrofo, esse sinal é ignorado no momento de se fazer a notação de autor: O'Hara ⇔ Ohara; e Sant'Anna ⇔ Santanna.
- em sobrenomes constituídos por contrações, usa-se a forma extensa, como em Mc, M'c ou M' ⇔ Mac;
- em sobrenomes com grau de parentesco, a notação de autor é feita pelo sobrenome que antecede o grau de parentesco: Richard P. Momsen Jr., Manoel Gonçalves Ferreira Filho, David Jardim Júnior, Amaury Júnior, Osório Silva Barbosa Sobrinho e assim por diante;
- em sobrenomes compostos, a notação de autor é codificada pela primeira palavra do sobrenome: Teodorico Boa Morte, Raimundo Santa Helena, João de Barro (Braguinha), etc.
- os sobrenomes iniciados com prefixo são localizados na tabela como se formassem uma só palavra: Antonio La Fonte, Guillaume Du Bartas;
- em sobrenomes com hífen, a notação de autor é feita pela primeira palavra antes do hífen: Leyla Perrone-Moises;
- em sobrenome formado por frase, a notação de autor começa com a primeira palavra que não seja artigo: Um Carmelita Descalço;
- sobrenomes de certos grupos linguísticos são determinados por critérios próprios, como os nomes espanhóis, em que a notação de autor é codificada pelo penúltimo elemento do sobre-

> nome, que, em geral, corresponde ao sobrenome paterno: Gabriel García Márquez ou Luis Enrique Rodríguez Baquero. Nos nomes chineses usa-se o primeiro elemento do nome: Mao Tse-tung. Outro exemplo é o dos autores húngaros, que, nas edições originais em húngaro, têm seus nomes grafados com o sobrenome em primeiro lugar: Molnár Ferenc.

Por vezes, é o título da publicação ou o nome geográfico que cumpre a função de acesso principal. A notação de autor pela primeira palavra do título é adotada para obras: a) com mais de três autores; b) de autoria desconhecida; c) publicações periódicas; d) publicações audiovisuais, e em coletâneas reunidas por editor, organizador, compilador ou similares. Além disso, há que se considerar a notação de autor pela primeira palavra do nome geográfico, isto é, as publicações criadas por autoridades e por corporações que atuam numa jurisdição geográfica específica, como as publicações legais, oficiais ou governamentais.

As regras do AACR2 para o ponto de acesso principal têm sido tomadas e aplicadas satisfatoriamente nas situações ordenativas em que a publicação é vista isoladamente, desconsiderando relações com outras publicações. Entretanto, há situações, tratadas como exceções à regra geral, em que a notação de autor determinada pelo acesso principal não se aplica satisfatoriamente, notadamente quando um ou mais documentos se relacionam com outro previamente existente ou com alguma personalidade, como ocorre em publicações com críticas, com biografias, traduzidas, enciclopédicas, dentre outras. Sobre isso, algumas regras do AACR2 sobre documentos relacionados com outro já publicado prescrevem que se estabeleça o autor do documento relacionado como ponto principal de acesso, não o autor do documento que originou tal relacionamento. Por isso, a regra geral de adoção do nome do ponto de acesso principal é insuficiente para fundamentar todo o processo de atribuição da notação de autor em tabelas de Cutter, mesmo porque a catalogação e a ordenação têm funções próprias e precisam ser realizadas de acordo com elas.

Isso se torna mais evidente quando se observa o princípio que subjaz a quatro métodos de agrupamento apresentados por Bertha Barden,[6] os quais indicam que a notação de autor é influenciada pelo agrupamento em que ela ocorre, exigindo variações ou outras formas de ordenação, conforme os seguintes métodos: 1) para autores sobre os quais há poucos documentos publicados, emprega-se a notação de autor normalmente; 2) para autores prolíficos, empregam-se duas notações de autor sequenciais, distinguindo-se as publicações *de* um autor das publicações *sobre* esse autor; 3) para autores estrangeiros prolíficos, emprega-se a

notação de autor, podendo estar limitada à letra inicial ou a um dígito das tabelas de Cutter; e 4) para autores com notação de classificação própria, a notação de autor é dispensável.

Embora John Comaromi comente esses métodos, pontuando alguns limites e situações pouco claras e colocando em questão a efetivação satisfatória deles, é possível perceber que neles subjaz a ideia de que a formação da notação de autor é influenciada pelo agrupamento no qual a notação se efetiva, não sendo, portanto, determinada necessariamente pelo ponto de acesso principal definido na ficha do documento no catálogo.[38] Desse modo, vale considerar a melhor forma de constituir a notação de autor sob uma dada notação de classificação, na medida em que as regras da notação de autor "[...] foram elaboradas para servir como um código básico que pode ser modificado ou expandido para atender a necessidades específicas"[6] ou ainda, para servir como "[...] um sistema de regras a serem quebradas com critério", segundo Anna Laws,[86] justificativa à qual recorreu Regina Carneiro,[31] para elaborar adaptações de outras regras ou soluções próprias.

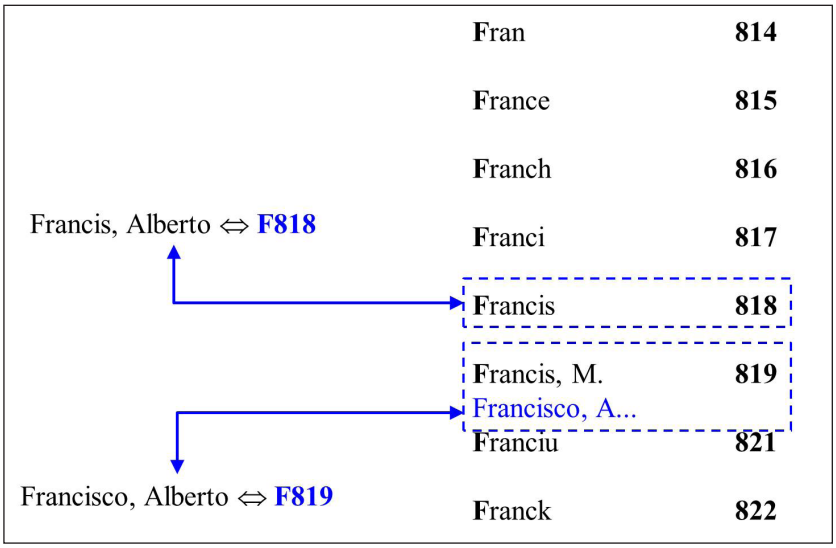
Diante do exposto, podemos passar ao processo de codificação que as tabelas de Cutter permitem estabelecer. As tabelas são compostas por uma coluna de letras e outra de números destinados a representar parcial ou completamente sobrenomes de autores, a primeira palavra do título ou a primeira palavra de um nome geográfico.

Figura 5. Exemplo da tabela de três dígitos de Cutter-Sanborn (1976)

Sco	**421**	**S**eym	**521**
Scog	**422**	**S**eyt	**522**
Scor	**423**	**S**fo	**523**
Scot	**424**	**S**ha	**524**
Scott	**425**	**S**haf	**525**
Scott, G.	**426**	**S**hai	**526**
Scott, J.	**427**	**S**hak	**527**
Scott, M.	**428**	**S**hal	**528**
Scott, S.	**429**	**S**hap	**529**

Os sobrenomes de autor são seguidos por dígitos de valor decimal, e os elementos em negrito são combinados para codificar o sobrenome respectivo, ou seja, **S**cott **425** ⇔ **S425**.* No caso dos sobrenomes mais frequentes na língua inglesa é incluída a inicial do prenome do autor, como elemento de desambiguação. Exemplos: **S**cott, G **426** ⇔ **S426,** a letra G pode representar qualquer prenome com ela iniciado, como Gary, Gabriel, etc.; **S**cott, J **427** ⇔ **S427**, a letra J representando nomes como John, Jason, etc. Para ilustrar o processo de conversão do sobrenome do autor, na figura que segue, considere dois autores distintos com publicações num mesmo agrupamento de classe: Alberto Francis e Alberto Francisco.

Figura 6. Codificação de sobrenome de autor na tabela de Cutter-Sanborn



É possível encontrar correspondência exata do nome Francis, então, os elementos marcados em negrito — **F818** — são usados como notação de autor para ele. Todavia, o nome Francisco não tem correspondência exata na tabela. Nesse caso, é necessário haver uma aproximação que determine, inicialmente, o posicionamento de Francisco em relação aos nomes constantes na tabela. Ele ficará posicionado entre **F**rancis, M **819** e **F**ranciu **821**. Empregamos, então, os elementos em negrito do código imediatamente anterior à ocorrência do nome Francisco, ou seja, **F819**. O mesmo procedimento deve, pois, ser realizado para qualquer sobrenome de autor, primeira palavra do título ou a primeira palavra do

* A seta bidirecional ⇔ significa 'corresponde a'.

nome geográfico com ou sem correspondência exata nas tabelas de Cutter, de modo a estabelecer uma notação de autor de valor único dentro de uma notação de classificação.

Mas, essa unicidade não se realiza plenamente na prática, porque dois ou mais autores, títulos ou nomes geográficos sob uma mesma notação de classificação podem ter a mesma notação de autor, ou seja, uma notação da tabela de autor pode representar dois ou mais desses atributos dentro de um mesmo critério de agrupamento documental, e o problema se agrava à medida que outros autores, títulos ou nomes geográficos com a mesma notação de autor são incorporados no mesmo agrupamento. Além disso, as tabelas não distinguem homônimos, como o que ocorre, por exemplo, com *Espírito Santo*, que pode designar um sobrenome composto de autor, um nome geográfico ou palavras iniciais de título.

Por isso, será preciso algum meio que torne a notação de autor exclusiva para um dado atributo dentro de sua notação de classificação, ou seja, uma vez que uma notação tenha sido empregada para um dado autor, título ou nome geográfico, ela não deve ser mais utilizada dentro de um mesmo agrupamento documental, procedimento já previsto por Charles Cutter quando desenvolveu a tabela de dois dígitos.[47] Em outras palavras, se uma notação for atribuída a um autor numa mesma notação de classificação, então outros autores com a mesma notação devem ser distinguidos de alguma forma. A prática mais usual é o acréscimo de um ou mais dígitos decimais, aleatórios, com função desambiguadora, os quais são acrescentados à notação originária. O quadro 11, inspirado em Aida Slavic,[152] ilustra tal procedimento em três tabelas diferentes, dentre as quais incluímos a tabela PHA, que tem estrutura similar às tabelas de Cutter e é mais adequada para sobrenomes de autores frequentes no Brasil.

Para cada nova publicação de autores com sobrenomes comuns adquirida em um mesmo agrupamento, acrescentam-se, arbitrariamente,

Quadro 11. Codificação de sobrenomes de autores comuns numa mesma notação de classificação

Ordem de aquisição	Sobrenome comum	Notação de classificação	Cutter-Sanborn	Cutter de três dígitos	Tabela PHA
1.	Barbosa, Ismael	869.3	B238	B234	B197
2.	Barbosa, Daniel	869.3	B2385	B2345	B196
3.	Barbosa, Daniela	869.3	B2386	B2346	B1965
4.	Barbosa, Abel	869.3	B2382	B2342	B195
5.	Barbosa, Vitória	869.3	B2388	B2348	B213

dígitos de 1 a 9 à notação original, de modo a manter a ordem alfabética de nomes de autores e a exclusividade da notação de autor em uma mesma notação de classificação.

Dentre os dígitos a acrescentar, Aida Slavic sugere que se escolha primeiramente o número 5, que destacamos nas células de fundo cinza no quadro 11, pois seu valor permite mais interpolações à medida que outros autores de mesma notação são agrupados numa mesma notação de classificação.[152] Mesmo assim, como se nota no quadro, *Ismael Barbosa*, primeira aquisição na notação de classificação, está fora da sequência alfabética, exceto na tabela PHA. Para evitar essa desordem, o mais adequado é rever a notação desse autor, que ganharia um quarto dígito para manter a integridade do arranjo alfabético em uma dada classe.

Além desse procedimento, é possível estabelecer alguma sistematização, conforme assinala o próprio Cutter na tabela de dois dígitos: entre Bal 18 e Bald 19, por exemplo, pode haver sobrenomes que comecem com Bala, Balb, Balc. Dispondo de nove dígitos decimais diferenciadores a compor a sequência Bal 18 e Bald 19, podemos distribuir previamente as iniciais deste modo: Bala 181–183, Balb 184–186 e Balc 187–189. Como se vê, esse procedimento depende do modo como a notação de autor se apresenta nas tabelas de Cutter e, quando isso não for possível, vale seguir o procedimento descrito no parágrafo anterior.

Vale lembrar que o dígito 0 não é empregado, porque sua forma é confundível com a letra O maiúscula, e, se a sequência de 1 a 9 do quarto dígito se esgotar, então um quinto dígito aleatório de caráter ordenador é acrescido de modo análogo ao que expusemos sobre o quarto dígito.

Além do que foi dito anteriormente, o número 1 deve ser evitado como dígito ordenador enquanto os outros dígitos não forem empregados para essa finalidade dentro de uma mesma notação de classificação, pois seu emprego invalida qualquer inserção antes dele. Ademais, o número 1 tem outro aspecto que precisa ser tratado com atenção nas notações de autor determinadas pelas tabelas de Cutter finalizadas por ele (quadro 12).

Quadro 12. Conservação da ordem alfabética em notação de autor da tabela de três dígitos de Cutter-Sanborn finalizada com número 1

Ordem de aquisição	Autor	Notação de classificação	Cutter-Sanborn	Intervenção 1	Intervenção 2
1. *A moreninha*	Macedo, Joaquim Manuel de	869.3	M141	M141	M1415
2. *O cipreste apaixonado*	Macedo, Antônio de	869.3	M141	M1398 ou M14	M1412

A primeira aquisição, *A moreninha*, emprega a notação de autor determinada pela tabela de Cutter-Sanborn, que é M141 ⇔ Joaquim Manuel de Macedo. Uma segunda aquisição, *O cipreste apaixonado,* de Antônio de Macedo, deve ser assinalada com a mesma notação de autor determinada para a primeira, pois ambos os autores têm o mesmo sobrenome e a mesma notação de autor, Macedo ⇔ M141. No entanto, a notação de autor para ambos não pode ser a mesma dentro de uma mesma notação de classificação e mesmo que se acrescente o quarto dígito para o segundo autor, conforme descrevemos anteriormente, não corrigiremos o problema, pois a ordem alfabética dos autores na classe permanece incorreta.

Para resolver isso, conforme John Comaromi, podemos apresentar duas soluções que mantenham a ordem alfabética: na primeira, deixa-se a notação do primeiro autor, e o segundo autor é marcado com dígitos decimais anteriores à primeira notação; na segunda solução, todas as notações de autor que terminam com o número 1 são marcadas com um dígito a mais, observando a integridade da ordenação alfabética.[38] Seja qual for a solução adotada, ela deve ser constante em situações similares que ocorram nos agrupamentos de uma dada coleção documental.

Não identificamos, no Brasil, o uso frequente de quatro ou mais dígitos na composição da notação de autor, com tabelas de Cutter, sob um mesmo critério agrupador. O mais comum é o emprego de três dígitos, mas se quisermos manter uma sequência alfabética estrita com notação exclusiva para autores com mesma notação de autor em um agrupamento, então será necessário empregar quatro ou mais dígitos.

Com o propósito de indicar mais dígitos e agilizar a obtenção da notação de autor, o Online Computer Library Center (OCLC) desenvolveu um aplicativo, o Dewey Cutter Program, que contém versões revistas e ampliadas das tabelas de Cutter e de Cutter-Sanborn de três dígitos, denominadas nele assim: Cutter Four-Figure Table e CutterSanborn Four Figure Table.[111] Este aplicativo está disponível gratuitamente em https://www.oclc.org/support/services/dewey/dewey-espanol/program-espanol.en.html. Uma vez instalado, basta abrir o programa e selecionar a tabela que se deseja empregar. Em seguida, na caixa de texto, escreve-se o sobrenome e o prenome do autor, para autoria pessoal, ou as primeiras palavras do autor corporativo, do título ou do nome geográfico (que não sejam artigos iniciais), omitindo acentos e cedilha. Com isso, o programa fornece o número de Cutter, mas, se mesmo assim, as notações fornecidas forem insuficientes para individualizar nomes, primeiras palavras de títulos ou primeiras palavras de nomes geográficos codificados com a mesma notação numa notação de classificação, então os mesmos procedimentos de atribuição de dígitos adicionais de caráter ordenador que aventamos acima podem ser empregados.

A complexidade da individualização de autores não é comum em todos os agrupamentos, mas tende a aumentar à medida que nomes de autores com igual notação são incorporados numa mesma notação de classificação, de modo que intervenções e rearranjos na notação de autor podem ser inevitáveis, mesmo que sejam esporádicos e restritos a certos agrupamentos. Manter, portanto, agrupamentos menos genéricos, determinados por notação de classificação específica, de modo a formar agrupamentos menos volumosos, pode reduzir essas intervenções, porque haverá pouca quantidade de documentos nos agrupamentos, e, por conseguinte, diminuirá a necessidade de notação de autor exclusiva.[38]

Marca da obra

Determinada a exclusividade de uma notação de autor para um sobrenome pessoal, para a primeira palavra de um título ou para a primeira palavra de um nome geográfico, numa mesma notação de classificação, passamos à segunda parte da notação de autor, que se refere à marca da obra, cuja função primordial é assinalar e individualizar as diferentes publicações de ou sobre um autor, título ou nome geográfico prolíficos sob um mesmo critério agrupador. Tal marca sucede aos dígitos da notação de autor, sendo às vezes mencionada como letra da obra,[38] número da obra,[135] inicial do título,[118] marca do título ou símbolo do título.[31]

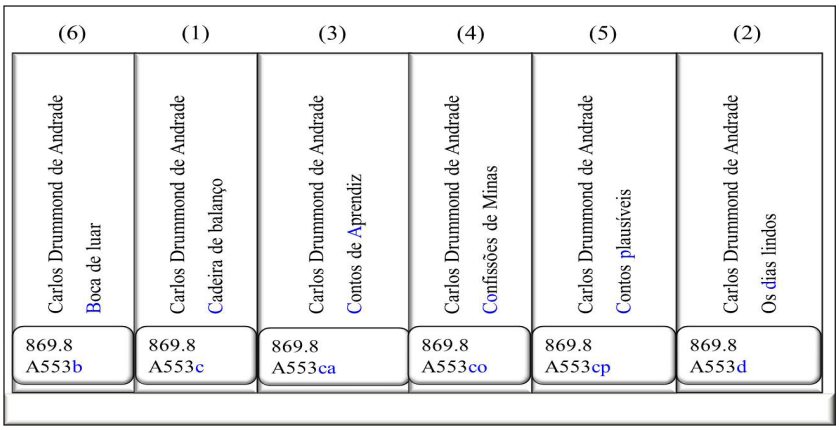
Segundo Cutter,[46] a marca da obra é formada com uma ou mais letras alusivas do título abreviativo (*catch-title*) do documento, espécie de reclamo ou chamamento do título, definidos por Joan Reitz como um título parcial composto de palavra ou frase facilmente recordável para ser usado na busca de informação.[121] A marca da obra não pode ser artigo definido ou indefinido, no singular ou no plural, independente do idioma, e sua presença é despropositada nos casos em que a notação de autor for determinada pelo título do documento. Regina Carneiro afirma que, se um documento for mais conhecido por outro título que não seja o verdadeiro, a marca da obra deve ser estabelecida por esse título pelo qual é mais conhecido.[31]

Além do título, a marca da obra pode representar outros elementos, como autoria de tradução e de críticas, como veremos nas situações em que a notação de autor e a marca da obra ocorrem em publicações relacionadas com outras. Além de letras, a marca da obra pode conter pontuação e números, sequenciando não somente um documento publicado de ou sobre um autor, mas também uma ou mais publicações relacionadas a esse documento ou ao conjunto das publicações desse mesmo autor.

Para ilustrar o estabelecimento da marca da obra, consideremos a

figura 7, com seis publicações de Carlos Drummond de Andrade adquiridas na sequência indicada pelos números entre parênteses e agrupadas numa mesma notação de classificação.

Figura 7. O estabelecimento da marca da obra em publicações de mesmo autor



Nota: Os números entre parênteses, na primeira linha da figura, designam a ordem de aquisição, e a notação de autor segue a codificação determinada pela tabela de Cutter-Sanborn.

Na figura 7, vê-se que a notação de autor para todas as publicações pela tabela de Cutter-Sanborn é Andrade ⇔ A553, seguida da marca da obra, estabelecidas assim: na aquisição (1), *Cadeira de balanço* ⇔ *c*; na (2), *Os dias lindos* ⇔ *d*, pois não se emprega artigo como marca da obra; na (3), *Contos de aprendiz* ⇔ *ca*; na (4), *Confissões de Minas* ⇔ *co*; na (5), *Contos plausíveis* ⇔ *cp*; e finalmente na aquisição (6), *Boca de luar* ⇔ *b*. Como se vê em (3) e (5), série de títulos iniciados com o mesmo termo, a segunda letra da marca da obra é estabelecida pelos termos que sucedem ao primeiro. Algumas bibliotecas adotam a marca da obra após a aquisição de uma segunda publicação de um autor na mesma notação de classificação,* conforme o princípio de economia. Isso é válido, se não houver outra publicação do mesmo autor num mesmo agrupamento.

* É prática corrente na elaboração do número de chamada empregar o princípio de economia, do tipo 'usar quando precisar'. Em notação de autor e a depender do contexto documentário, por exemplo, "[...] se desejarmos simbolizar uma obra de Antônio Ramos, o símbolo será '141' [tabela PHA], mas poderemos usar simplesmente '14' se resolvermos determinar o uso dos dois primeiros algarismos".[118] Contudo, obras literárias, segundo John Comaromi,[38] devem ser assinaladas com a marca da obra, porque autores de obras de ficção tendem a escrever mais de uma obra, sob um mesmo agrupamento literário.

O estabelecimento da marca da obra com uma ou mais letras tem o objetivo de conservar a ordem alfabética estrita dos títulos das publicações de um dado autor dentro da notação de classificação. No entanto, como se pode observar na figura 7, mesmo com duas ou mais letras em marca da obra, não há uma lógica fundamental que garanta a ordem alfabética dos títulos das publicações de um autor, na medida em que a aquisição do título *Caminho de João Brandão*, de Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, inviabiliza a ordenação, porque não seria possível antepor a nova publicação antes da aquisição (3), *Contos de aprendiz* ⇔ A553ca. Igualmente, a aquisição (3), *Contos de aprendiz* ⇔ ca, deveria suceder à (4), *Confissões de Minas* ⇔ co. Então, há que se adotar uma ou mais práticas, de modo a diminuir os problemas que desestruturam a ordem alfabética restrita.

John Comaromi menciona alguns modos de intervenção na marca da obra, que conservam a ordem alfabética das publicações de um autor dentro de um agrupamento documental.[38] Um deles diz respeito à questão da letra *a* que, da mesma forma que o número *1* na notação de autor, deve ser tratada com atenção, como vemos no quadro 13, que apresenta em ordem de aquisição publicações de Carlos Drummond de Andrade numa determinada classe.

Quadro 13. Marca da obra em publicações de um mesmo autor

Ordem de aquisição	Título	Notação de classificação	Cutter-Sanborn	Modo de intervenção
1.	Sentimento do mundo	869.1	A553s	A553s
2.	Amar se aprende amando	869.1	A553a	A553am
3.	As impurezas do branco	869.1	A553i	A553i
4.	Alguma poesia	869.1	A553al	A553al
5.	Boitempo	869.1	A553b	A553b

No quadro 13, as aquisições 2 e 4 têm título iniciado pela letra a, em que a primeira aquisição, a de número 2, é assinalada por essa letra, e a 4 é marcada com duas letras, como se verifica na quarta coluna. Mantidas desse modo, no entanto, o posicionamento delas em estantes viola a ordem alfabética, por isso Comaromi sugere intervir na marca da obra de publicações iniciadas com a letra *a* numa notação de autor, assinalando-a sempre com duas letras no mínimo, como se vê na quinta coluna (Modo de intervenção).[38] Do mesmo modo, deve-se evitar o emprego da letra *a* para designar a segunda letra das marcas de obra de títulos de um autor iniciados com essa letra. Sem isso as interpolações alfabéticas serão dificilmente realizadas em um mesmo agrupamento documental.

Outra letra a merecer atenção é o *l* minúsculo, que pode ser confundido com o número 1, a depender da fonte de tipo usada na impressão da etiqueta, principalmente com fontes sem serifa. Título de obra que inicia com essa letra deve ser grafado com maiúscula, "[...] mesmo no caso de haver necessidade de usar uma segunda letra para simbolizar o título [...]".[118] Duas obras sobre um mesmo assunto, de autor de sobrenome Barreiros, intituladas *Amor* e *Alegria,* têm as seguintes notações de autor: B256a e B256aL, respectivamente, pela tabela PHA.

No Brasil, não é comum a prática de colocar duas ou mais letras como marca da obra, pois é provável que a ordenação alfabética dos títulos das publicações seja uma aproximação, como menciona Regina Carneiro: "se dois títulos de um mesmo autor levam a mesma classificação e começam exatamente com a mesma letra, podem ser conservados em ordem *aproximadamente* alfabética, [...]".[31] No entanto, tal aproximação pode complicar a ordenação de documentos, especialmente em coleções muito grandes, e, por isso, convém considerar o emprego de duas ou mais letras em marca da obra para fins de ordenação alfabética.

Nem todos os títulos têm valor alfabético, de modo que pode haver títulos iniciados com numeral ou outros símbolos. Para os casos de títulos sem valor alfabético, a marca da obra é constituída pela conversão do valor do símbolo em palavras: 7 ⇔ sete, 1001 ⇔ mil e um, 3 ⇔ três, @ ⇔ arroba, § ⇔ parágrafo, e assim por diante. Desse modo, a marca da obra representativa do título sempre terá valor alfabético, salvo nas situações em que o símbolo não tiver valor de ordenação.

Mesmo assim, acreditamos que os símbolos não alfabéticos sejam admissíveis como marca da obra com seus valores próprios nos casos em que seja possível estabelecer uma ordem sequencial compatível com letras, como a prescrita pela norma ABNT NBR6033,[5] que trata da aplicação de ordem alfabética, numérica ou por outros símbolos e sinais. Desse modo, a formação da marca da obra pode ser feita por símbolos não alfabéticos e, nesse âmbito, a ordem dos valores da marca da obra é determinada pela referida norma. Seja como for, a ordenação que considere a marca da obra deve ser aplicada de modo padronizado em toda a coleção.

Quadro 14. Esquema de ordenação de quadrilogia pela marca da obra

Notação de classificação	Notação de autor	Ano de edição	Título
808.899282	R456c	1983	Um cadáver ouve rádio
808.899282	R456m	1981	O mistério do cinco estrelas
808.899282	R456r	1982	O rapto do garoto de ouro
808.899282	R456ro	1993	Um rosto no computador

Além disso, a marca da obra não se refere à cronologia de obras publicadas em sequência com títulos distintos, formando trilogias ou quadrilogias, como o exemplo da quadrilogia de Marcos Rey (quadro 14).

Nos exemplos do quadro 14, percebe-se que o posicionamento dos documentos na estante não segue a sequência cronológica da quadrilogia, mas, se o objetivo for esse, então um modo de ordenação cronológico deve ser adotado previamente à ordenação pelo título.

Notação de autor e marca da obra para publicação individual

Diante do exposto sobre notação de autor e marca da obra, podemos, então, apresentar a junção desses elementos básicos à composição do número do livro de uma dada publicação, exemplificada com a *Cutter-Sanborn three-figure author tables*, para definir uma ordem alfabética de autor e seus títulos. Nesse caso, a composição da notação de autor e da marca da obra pelo sobrenome do autor, primeira palavra do título ou primeira palavra do nome geográfico é mais conveniente do que a ordenação de uma dada publicação feita de modo isolado, desconsiderando relações com outros documentos publicados previamente.

Desse modo, com base no AACR2, como dissemos, quando uma publicação individual tem até três autores, a notação de autor é determinada pelo primeiro autor, como mostra o quadro15.

Quadro 15. Notação de autor determinada por sobrenome de autor

Notação de classificação	Notação de autor	Título	Autoria
001.4	**C957t**	Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses	Anamaria da Costa Cruz, Maria Tereza Reis Mendes
028	**M386q**	O que é leitura	Maria Helena Martins
869.8	**A849c**	A casa de tia Carolina /	Associação Espírita Núcleo da Esperança

Por sua parte, a composição da notação de autor pela primeira palavra do título que não seja artigo é adotada para publicação com mais de três autores, publicação de autoria desconhecida, publicação periódica, publicação audiovisual, coletâneas reunidas por editor, organizador, compilador ou similares, caso em que não há necessidade de marca de obra representativa do título da publicação (quadro 16).

Há que considerar a notação de autor pela primeira palavra do nome geográfico, isto é, publicações criadas por autoridades com jurisdição sobre uma área geográfica definida, como as publicações legais, oficiais ou governamentais. Nesses casos a notação de autor é determinada pela primeira palavra do nome da região ou da jurisdição (quadro 17).

Quadro 16. Notação de autor pela primeira palavra do título

Notação de classificação	Notação de autor	Título	Autoria
020.15	**A772**	Arquivística	Armando M. Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e de Manuel L. Real
509	**H765**	O homem-máquina	Adauto Novaes, organizador

Quadro 17. Notação de autor determinada pela primeira palavra do nome geográfico

Notação de classificação	Notação de autor	Título	Nome geográfico
346.81	B823e	Estatuto da criança e do adolescente	Brasil
346.81	B823l	Lei Maria da Penha	Brasil
342.8152	E77c	Constituição do estado do Espírito Santo	Espírito Santo (Estado)

Noêmia Lentino ressalva que a quantidade de documentos oficiais sob um nome geográfico invalida a aplicação adequada da notação de autor por esse nome, tornando esse processo mais complexo.[89] Assim, a notação de autor, segundo essa autora, deve ser retirada do nome da instituição que se segue ao nome geográfico, especialmente nos casos em que a notação de classificação realiza o agrupamento por nome geográfico.

Notação de autor e marca da obra em publicações relacionadas com outras

Como dissemos, a composição da notação de autor e da marca da obra pelo sobrenome do autor, primeira palavra do título ou primeira palavra do nome geográfico é mais adequada nas situações em que uma publicação é ordenada num agrupamento, desconsiderando relações com outros documentos publicados anteriormente. Mas tal procedimento pode ser inconveniente para ordenar certas publicações que se relacionam com outra existente, de modo que é conveniente agrupar nas estantes publicações relacionadas com a obra com que se relacionam.[87]

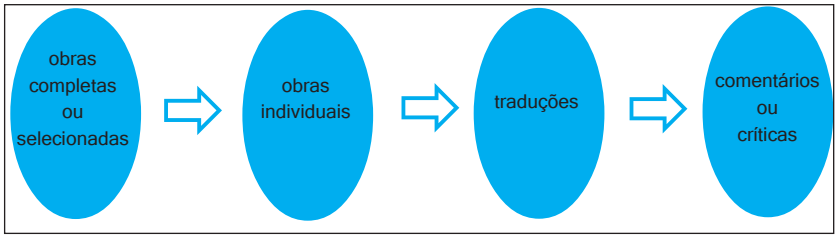
Nesse contexto, publicações relacionadas são as traduções, críticas, biografias, concordâncias, suplementos, dicionários e outras que guardam relação com documentos publicados anteriormente. O problema é que muitas publicações desse tipo podem ter autorias distintas. Por conseguinte, haveria distintas notações de autor, se seguíssemos a prescrição de compô-las pelo sobrenome dos autores das publicações

relacionadas, invalidando o agrupamento delas com a publicação com que se relacionam. Por isso, será preciso elaborar um código, em que as publicações relacionadas tenham notação de autor igual à da publicação original, pois assim elas podem ser reunidas consistentemente no mesmo agrupamento. Para tanto, "cada obra é ordenada: a) pelo título da obra original (ou em português), b) pelas traduções e c) pelas críticas e comentários à obra."[88] Mohinder Satija faz uma afirmação mais enfática:

> [...] obras completas ou selecionadas devem preceder as obras individuais; apreciação crítica e traduções vêm em seguida à [obra] original; autobiografias, cartas, etc. vêm antes das biografias. Da mesma forma, bibliografias e dicionários devem também ter lugar adequado nessa classe.[135]

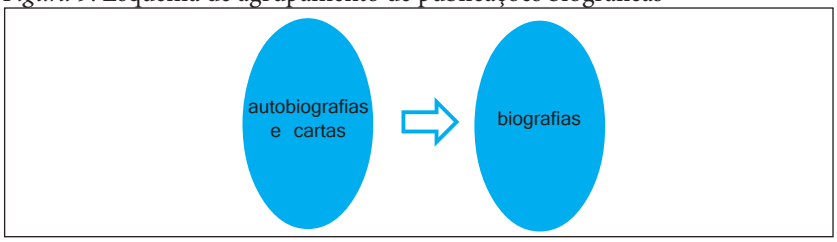
Como a declaração de Satija é mais completa, orientamo-nos por ela para mostrar o modo como se formam a notação de autor e a marca da obra em publicações relacionadas entre si. Podemos ilustrar tal declaração de dois modos, válidos, ao menos, para o agrupamento das publicações de autor prolífico e para publicações biográficas. Na figura 8, esquematizamos a sequência dos conjuntos documentais relativas a um dado autor prolífico, reunidos sob algum critério agrupador.

Figura 8. Esquema de agrupamentos das publicações de um autor prolífico



Vale lembrar que o estabelecimento da notação de autor e de marca da obra publicada separadamente é feito conforme expusemos no tópico anterior. Por sua parte, a sequência dos conjuntos documentais com conteúdo biográfico está esquematizada na figura 9.

Figura 9. Esquema de agrupamento de publicações biográficas



Para que tais agrupamentos se efetivem, enfatizamos que as publicações relacionadas sejam assinaladas pela mesma notação de autor da publicação a que se referem.

Nesse âmbito, há duas questões importantes: a distinção entre letras maiúsculas e minúsculas e a variação de letras para designar as relações entre as publicações.

A distinção de letra maiúscula ou minúsculas parece ser uma questão de preferência, pois John Comaromi,[38] por exemplo, entende que as minúsculas são mais facilmente diferenciadas na CDD, embora difíceis de enxergar por quem tem dificuldade visual. A despeito disso, o emprego de minúsculas parece mais adequado para representar títulos ou iniciais de nome de autor, reservando as maiúsculas para outros tipos de marcação, como indicam Cutter, Souza, Mann e Prado.[45, 156, 96, 118]

A segunda questão diz respeito ao modo de marcar relações entre as publicações, que varia muito na bibliografia sobre esse assunto, especialmente quanto às letras *x, y* e *z*, conforme veremos. No momento, é possível afirmar que isso também causa sobreposição na função das marcas de obra que sucedem a uma dada notação à Cutter, em que as letras x, y e z denotam funções distintas na marcação de título ou sobrenome de pessoas. Para resolver isso, John Comaromi,[38] por exemplo, limita a marca da obra para designar títulos até a letra w, e sugere que títulos que comecem com x, y ou z usem outra sequência de letras como marca da obra, isto é, se a letra x for empregada para traduções, y para comentários e z para críticas, então as marcas da obra iniciadas por essas letras devem ser substituídas por wx, wy e wz respectivamente.[38] A despeito dessa opção, entendemos que a anteposição do ponto diante das letras .x, .y e .z, como mostra Charles Cutter em sua proposta,[44] serve para assinalar as diferentes publicações relacionadas entre si, contrastando com as letras x, y e z sem ponto indicador de marca da obra para título e nome pessoal, como se vê no quadro 18.

Quadro 18. Comparativo de notação de autor e marca da obra com e sem pontuação

Ordem de disposição	Com pontuação	Sem pontuação
1.	C555v	C555v
2.	C555v.Yc	C555vi
3.	C555vi	C555vYc
4.	C555x	C555x

Sejam quais forem as letras, a questão é utilizá-las com coerência e em função da ordem de documentos mais adequada dentro de um con-

junto documental, ou seja, a melhor forma de ordenar comentários, traduções, biografias, coleções e outras publicações relacionadas a um documento num contexto documentário específico. Essa questão será examinada nos próximos tópicos, conforme o esquema proposto por Mohinder Satija.[135] Além disso, acrescentamos dois tópicos sobre ordenação de obras sagradas e coleções publicadas em série documental.

a) Obras completas ou selecionadas de um autor com a mesma notação de classificação

A primeira situação indicada por Satija refere-se a obras completas (em rigor, um ou mais itens documentais que encerram todas as obras publicadas de um autor) ou a obras selecionadas (isto é, duas ou mais obras de um autor selecionadas e publicadas em um ou mais itens documentais). Não encontramos na bibliografia propostas plenamente satisfatórias, mas identificamos duas propostas exequíveis.

A primeira proposta é de Bertha Barden,[7] que consiste em um esquema que localiza numa mesma notação de classificação as obras completas ou selecionadas de um autor. Nele, a marca da obra é designada pela letra A sucedida por dígitos A1–A5, para marcar obras completas, e A6–A8, para obras selecionadas. A composição A9 destina-se a obras individuais para marcar os títulos iniciados com a letra A (quadro 19).

Quadro 19. Obras completas de Mark Twain: notação de autor e marca da obra

Notação de classificação	Notação de autor	Publicação	Editora
811.111(73)	T969	The complete works of Mark Twain	Andesite Press
811.111(73)	T969**A**	The complete works of Mark Twain	Nabu Press
811.111(73)	T969**A1**	The complete works of Mark Twain	Harper & Brothers
811.111(73)	T969**A2**	The complete works of Mark Twain	Ulan Press
811.111(73)	T969**A6**	Mark Twain selected works	Gramercy
811.111(73)	T969**A9**	The adventures of Tom Sawyer	Dalmation Press
811.111(73)	T969M	A murder, a mystery, and a marriage	W. W. Norton & Company

Pelo quadro 19, a primeira obra completa adquirida fica sem marca da obra, a segunda é marcada apenas pela letra A e as demais recebem um dígito de acordo com sua ordem de aquisição. Obra selecionada, por sua vez, é assinalada em sequência A6–A8, em ordem de aquisição, como em *Mark Twain selected works*. O título *The adventures of Tom Sawyer*, iniciado pela letra A (pois o artigo é desconsiderado), é marcado com A9.

Os limites do procedimento de Bertha Barden em obras completas e selecionadas são comentados por John Comaromi: (1) somente sete edições de obras completas podem ser posicionadas, a primeira sem

marca da obra, a segunda marcada pela letra A e as demais na sequência A1–A5; (2) a ordem de aquisição não é a mesma de publicação; e (3) títulos iniciados pela letra A são marcados como A9 e mais dígitos se tornam necessários para assegurar a ordem alfabética. São limites, de fato, mas todos contornáveis, pois, em (1), os limites de A1–A5 e A6–A9 podem ser expandidos para valores decimais com dois ou três dígitos limitados nas sequências A1–A599 e A6–A999, aumentando substancialmente a combinação dos códigos além das sete previstas por Bertha Barden; em (2), temos uma questão a ser definida, ou seja, escolher o modo de ordenação das obras completas ou selecionadas para manter a integridade dos agrupamentos, seja por ordem de aquisição ou por ano de publicação, atributo a ser visto adiante na individualização de itens documentais; em (3), em vez de A9, a marca das obras individuais de um autor com inicial de título com a letra A deve ser indicada com duas letras, para diferenciar as obras completas ou selecionadas. Por isso, os limites do método dessa autora podem ser retrabalhados de modo a ordenar consistentemente os conjuntos documentais de obras completas ou selecionadas.

Donald Lehnus propôs que as obras completas não tenham marca de obra e as obras selecionadas recebam a letra a como marca da obra.[88] Essa solução é viável para pequenos agrupamentos documentais, porque neles não há distinção dos títulos das obras completas e das obras selecionadas, mas é inadequada para agrupamentos com muitas obras completas ou selecionadas. Além disso, prossegue o autor, se essas publicações forem acompanhadas de comentários ou críticas, será preciso formar um segundo nível com a notação de autor codificada do sobrenome do crítico ou do comentarista, isto é, obras completas ou selecionadas comentadas ou anotadas são tratadas do mesmo modo que publicações com comentário ou crítica.

Ambas as propostas não satisfazem plenamente o tratamento das obras completas ou selecionadas de autor prolífico, porque são limitadas, incompletas ou sacrificam a brevidade do número de chamada. Todavia, o modo de contornar tais questões é viável, tendo em conta que a constituição da notação de autor deve ser suficiente para posicionar o conjunto das obras completas ou selecionadas de um autor antes das obras individuais dele.

b) Traduções

Às obras completas ou selecionadas de um dado autor sucede cada uma das obras que ele criou, e a efetivação do número de chamada adota os mesmos procedimentos que descrevemos na constituição da notação

de autor e da marca da obra para cada publicação. Depois, a cada documento criado por um autor, sucedem-se suas traduções. Essa é a proposta de Mohinder Satija,[135] as publicações traduzidas sucedem-se à publicação original. Para tanto, segundo Cutter (1878),[44] após notação de autor da publicação traduzida coloca-se uma marca da obra* alusiva ao título original da publicação, acrescida de ponto e uma letra maiúscula, que designa a língua-meta (o idioma para o qual se traduziu a publicação), e finalizado pela letra inicial do sobrenome do tradutor, conforme se exemplifica na figura 20.

Quadro 20. Notação de autor para publicações traduzidas

Notação de classificação	Notação de autor	Título original ou título da tradução	Autoria
813	S544s	The sands of time	Sidney Sheldon
813	S544s.Pl	As areias do tempo	Sidney Sheldon, tradução de A. B. Pinheiro de Lemos

Em que:

S544 ⇔ sobrenome do autor, Sheldon, Sidney
s ⇔ marca da obra relativa ao título original, *sands*
P ⇔ língua-meta (português)
l ⇔ inicial do sobrenome do tradutor, Lemos

O uso do ponto antes da indicação da língua-meta é dispensável, embora seu emprego favoreça a leitura da notação. Desse modo, a estruturação da notação de autor em publicações traduzidas é a seguinte:

Notação em traduções =
notação de autor + marca da obra (letra do título original + indicação da língua-meta + letra do sobrenome do tradutor)

Havendo no mesmo documento a indicação de dois ou três tradutores, a letra que comporá a marca da obra refere-se à inicial do sobrenome do primeiro tradutor mencionado na publicação. Igualmente, deve-se considerar que a inicial do sobrenome de tradutor é omitida na marca da obra quando ele for desconhecido. Nos casos em que a notação de autor for determinada pelo título, a ordem dos elementos da marca da obra é

* A marca da obra pode ser acrescentada a partir da segunda obra de um mesmo autor num mesmo critério agrupador, e esse mesmo procedimento é válido para o sobrenome do tradutor, ou seja, o sobrenome do autor pode ser assinalado a partir do segundo tradutor de uma mesma obra.

a que segue: ponto, primeira letra da língua-meta e primeira letra do sobrenome do tradutor. Por esse método, as traduções sucedem aos títulos originais constituindo agrupamentos como mostrados na figura 10.

Figura 10. Esquema de agrupamentos das publicações de um autor prolífico

Donald Lehnus indica que essa regra pode ser invertida, segundo o princípio de língua favorecida* de que trata Ranganathan em sua classificação: bibliotecas que "[...] preferem considerar todo livro em língua estrangeira como se fosse tradução, e tratar as versões na língua nacional como original [...]".[88] A proposta inversa pode ser válida também, prossegue Lehnus, quando se considera o fato de que muitos livros técnicos e de assuntos muito especializados nunca serão traduzidos. Segundo Regina Carneiro, é possível tratar igualmente publicações originais ou traduzidas:

> Nós, porém, estamos habituados a tratar as obras em língua estrangeira do mesmo modo que as nossas, uma vez que é avultado o número de livros que possuímos em inglês, francês, espanhol, italiano, para falar das mais comuns e que, muitas vezes, existem apenas no original.[31]

Assim, vale considerar essas soluções, estabelecendo uma política de ordenação de documentos para tratar as publicações traduzidas dentro de cada agrupamento documental.

c) críticas e comentários

Ao conjunto das obras completas seguem-se as obras selecionadas de um autor, depois cada publicação que ele criou é disposta alfabeticamente, seguida do conjunto de suas traduções e encerrada com o conjunto dos comentários ou críticas a cada publicação, conforme Mohinder Satija.[135] Publicações com críticas ou comentários dizem respeito ao que Barbara Tillett apresenta sobre *relação descritiva* ou *relação referencial*, abrangendo publicações como avaliação, crítica, comentários, revisões, edições anotadas de uma publicação.[162] Em publicações críticas,

* Ranganathan afirma que língua favorecida é aquela em que a maioria dos livros da biblioteca está escrita.[119] Entendemos que esse princípio é decorrente dos critérios adotados na seleção de documentos, por exemplo, quando baseados na língua predominante da comunidade de uma biblioteca pública.

por exemplo, a notação de autor propriamente dita é codificada pelo sobrenome do criticado, seguida da marca da obra composta por uma ou mais iniciais do título da publicação criticada, sucedida pelo ponto, que é facultativo, pela letra de marcação da relação descritiva e finalizada pela letra inicial do sobrenome do crítico, como pode ser visto na equação abaixo:

Notação = notação de autor criticado + marca da obra (letra do título da publicação criticada + ponto facultativo + letra designativa da relação descritiva + letra do sobrenome do crítico)

Tal procedimento não leva em consideração o ponto de acesso principal a publicações com críticas determinado por regras de catalogação, que é feito para o autor da crítica, pois a notação de autor é formada pelo sobrenome do autor criticado, de modo a posicionar cada publicação descritiva após a publicação criticada.

No entanto, observamos que a letra designativa da relação descritiva varia entre os autores que escreveram sobre este assunto. Mohinder Satija[135] marca tal relação com a letra z e Donald Lehnus[88] sugere marcar com zz omitindo a letra do sobrenome do crítico, o qual terá seu sobrenome codificado pela tabela Cutter em linha subsequente.

Em sua proposta inicial, Charles Cutter[46, 47] empregou a letra .y para marcar publicações com comentários e críticas acrescida da inicial do sobrenome do comentador ou crítico, procedimento replicado por Margaret Mann[96] e Heloísa Prado[118] e aplicados em algumas bibliotecas brasileiras. Posteriormente, John Comaromi assinalou as distintas relações descritivas, designando mais letras para marcá-las, sendo os comentários marcados com a letra y e as críticas com z, por exemplo.[38]

A variação de propostas quanto à letra designativa é um ponto presente na literatura da área. A despeito dessas divergências, o importante é considerar a ordenação de documentos de modo a constituir agrupamento e subagrupamentos, como os que Satija indica: obras completas, obras selecionadas, publicações individuais e publicações descritivas.[135]

Convém examinar atentamente a decisão sobre a distinção entre comentário e crítica das publicações de um autor, porque isso pode ser conveniente em certos contextos documentários. Como contribuição ao esclarecimento desse ponto, lembramos que 'comentário' vem do latim *commentarius* e designa aquilo que se explica, interpretando ou anotando, incluindo falar maliciosamente sobre algo, e crítica remonta ao grego *kritikē*, que é a faculdade de julgar ou apreciar produções literárias, artísticas etc.[43] Como assinala José Américo Miranda, a crítica

> 1) [...] deve tentar alcançar com a maior fidelidade imaginável a última forma desejada pelo autor do texto — o que implica a conservação da língua do tempo em que o texto foi escrito e da língua peculiar do autor, [...]; 2) realiza o estabelecimento, a fixação ou apuração do texto; 3) tem por finalidade restituir ao texto sua forma genuína — o que está implícito na ideia de 'última forma desejada pelo autor'; e 4) deve facilitar a leitura do texto, conferir-lhe legibilidade [...].[105]

Por isso, tais distinções podem justificar a separação entre críticas e comentários em situações mais específicas. No mais, nos exemplos do quadro seguinte, simulamos o modo como as publicações de ou sobre Graciliano Ramos seriam reunidas num agrupamento documental. Empregamos a letra z antecedida por ponto, pois ela possibilita o posicionamento das publicações descritivas após as publicações individuais e o ponto facilita a leitura da sequência notacional, sinalizando ao mesmo tempo o sentido da letra para marcação da relação descritiva, contrapondo-se à função de marca da obra representativa do título.

Quadro 21. Notação de autor e marca da obra para documentos de crítica

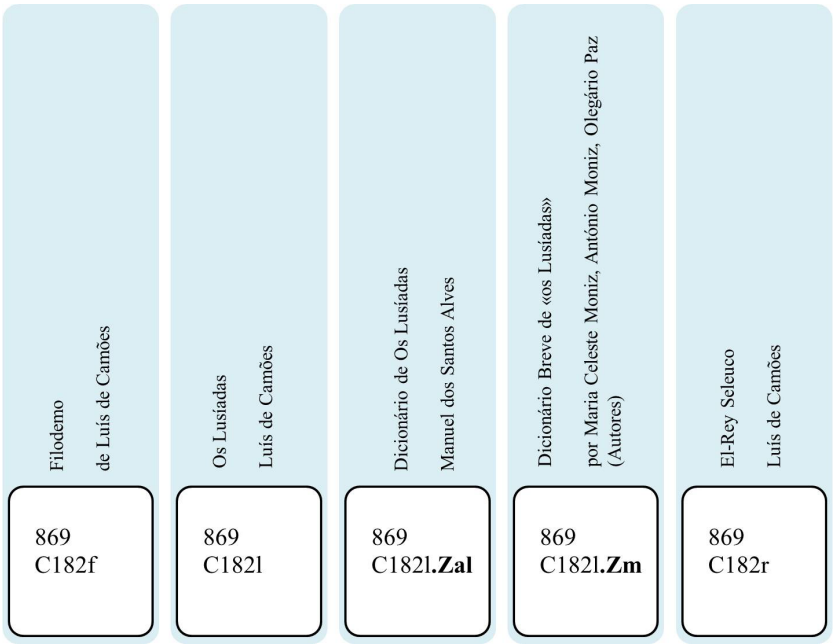
Notação de classificação	Notação de autor	Título	Autoria
869	R175m	Memórias do cárcere	Graciliano Ramos
869	R175v	Vidas secas	Graciliano Ramos
869	R175v.Zg	Vidas secas : um ritual para o mito da seca	Jose Ubireval Alencar Guimarães
869	R175v.Zc	Roteiro de leitura : Vidas secas de Graciliano Ramos	Dacio Antonio de Castro
869	R175Zr	A educação na obra de Graciliano Ramos	Maria Fulgência Bomfim Ribeiro

Se a crítica ou o comentário forem publicados com o conjunto das publicações de um autor ou com duas ou mais publicações selecionadas de um autor, então a marca da obra no item documental será constituída apenas da letra designativa da relação descritiva seguida da letra inicial do sobrenome do crítico. Para tais casos, sugerimos dispensar o ponto, como fizemos no quadro 21, pois as publicações descritivas do conjunto das publicações sucedem ao conjunto das publicações individuais de um autor no mesmo agrupamento; com o uso do ponto, em termos de ordenação, *a priori*, o posicionamento dos itens documentais pode se tornar complexo, na medida em que as obras descritivas seriam posicionadas antes das publicações individuais de um autor, desestruturando o agrupamento referido por Mohinder Satija.[135]

d) Dicionários e obras de referência

As obras de referência (documentos como dicionários, enciclopédias, concordâncias, anuários, etc.) são agrupadas geralmente em coleção própria. Quando, porém, estão relacionadas com uma publicação, autor individual ou conjunto das publicações de um autor, elas podem ser agrupadas com esse autor.

Figura 11. Notação de autor e marca da obra em obra de referência sobre uma publicação



Pela figura, consideramos a proposta de Cutter, que emprega a letra .z para marcar obras de referência sobre uma publicação, sucedida pela marca do sobrenome do autor da obra de referência. Nesse sentido, *Dicionário de Os lusíadas* tem a mesma notação de classificação, notação de autor e marca da obra da publicação com que se relaciona, *Os lusíadas*. Além disso, à marca da obra acrescenta-se .Zal, em que .z marca o tipo de publicação e al designa as iniciais da autoria do dicionário (duas letras para manter o caráter interpolador em letra a). Da mesma forma, com o *Dicionário breve de Os lusíadas* cuja marca da obra recebe .zm.

Críticas ou comentários devem necessariamente ser marcados pela letra .y, de maneira que, como indica Heloísa Prado, "para dicionários e concordâncias das obras poderemos colocar o símbolo z, do mesmo modo como foi explicado para se usar o símbolo y [em críticas e co-

mentários]".[118] Donald Lehnus sugere as letras zx na notação de autor para reunir bibliografias, dicionários, concordâncias sobre um autor em particular ou uma dada publicação num mesmo agrupamento, acrescentando uma linha subsequente com a notação de autor feita pelo sobrenome dos autores das obras de referência.[88] Por esse procedimento, as obras de referência são posicionadas após as publicações com críticas ou comentários.

e) Biografias e autobiografias

Biografia é uma publicação que trata de fatos e acontecimentos da vida de alguém, em especial personalidades. Geralmente as publicações com esse tipo de conteúdo são reunidas em um único agrupamento, ordenadas pelos nomes dos biografados. Para isso, a notação de autor é feita a partir do sobrenome do biografado, atribuindo a letra inicial do sobrenome do biógrafo como marca da obra,[47] conforme se vê nesta equação:

Notação = notação de autor do nome do biografado + marca de obra com letra inicial do sobrenome do biógrafo

Nos termos do número do livro, o agrupamento biográfico, além da própria biografia, inclui autobiografias e biografias não autorizadas, inclusive correspondências, memórias e diários pessoais, todos tratados como um tipo de autobiografia. Desse modo, as publicações biográficas de uma personalidade, em princípio, devem permanecer agrupadas nas estantes, ficando as autobiografias seguidas das biografias. Para obter essa ordem, Bertha Barden[7] sugere que as autobiografias não sejam assinaladas por marca da obra, prática também seguida por Noêmia Lentino.[89]

A ausência da marca da obra pode não prejudicar a ordenação de pequenos agrupamentos autobiográficos, mas é insuficiente em agrupamentos com muitas autobiografias, na medida em que dificulta a ordenação sequencial dos itens documentais com esse gênero literário. Por isso John Comaromi sugere empregar a letra a como marca da obra, seguida de uma segunda letra de caráter cronológico.[38] Porém, essa proposta leva à sobreposição das biografias com marca de obra designada por sobrenomes de biógrafos que iniciam com a letra a, invalidando o uso dessa letra para designar o sobrenome de biógrafos de uma personalidade.

Para resolver tal sobreposição, Heloisa Prado oferece duas soluções para uso concomitante: 1) empregar a letra a minúscula para marcar autobiografias, seguida por um número ordinal, que designa a ordem de aquisição delas no agrupamento biográfico; e 2) "se algum autor [de biografia], cujo sobrenome também comece pela letra A, escrever a vida desse mesmo autobiografado, usaremos A (a maiúsculo) para seu sobrenome",[118] de maneira que o A maiúsculo marca o autor da biografia e a

minúscula age como índice de autobiografia, servindo como marcação de tipo de publicação. Embora tal solução seja conveniente, exige que os sistemas informatizados façam a distinção de letras maiúsculas ou minúsculas quando da emissão de relatórios dos itens documentais por número de chamada.

Para contornar esse problema, sugerimos marcar biografias escritas por biógrafos com sobrenomes que comecem com a letra a com duas ou mais letras. Desse modo, a letra a simples, seguida de números, marca autobiografias, e a letra a, seguida de uma ou mais letras, marca biografias escritas por biógrafos com sobrenome iniciados por essa letra, de maneira que as biografias fiquem posicionadas após as autobiografias. Tais procedimentos são ilustrados no quadro 22.

Quadro 22. Notação de autor para publicações biográficas

Número de chamada	Título	Autoria
925.3 E35a	Como vejo o mundo	Albert Einstein
925.3 E35au	Comment je suis devenu Einstein	Jean-Paul Auffray
925.3 E35b	Albert Einstein: um simples homem de visão	Harvey R. Brown
925.3 E35f	Albert Einstein: a biography	Albrecht Fölsing
928.69 W262a	Curtindo os netos: (viagens e historinhas)	Eno Teodoro Wanke
928.69 W262a2	Serraria Santa Adelaide: (reminiscências das férias numa serraria do interior do Paraná na década de 1940)	Eno Teodoro Wanke
928.69 W262a3	A Santa Cruz do internato: reminiscências de um aluno interno no Ginásio Diocesano de Santa Cruz de Castro, Paraná, de 1943 a 1945	Eno Teodoro Wanke

Se necessário, é possível assinalar as traduções de publicações biográficas, acrescentando indicações da língua-meta, em que a publicação 1 do quadro seria marcada com E35a.Pa (traduzida do alemão por H. P. de Andrade) e a publicação 3 com E35c.Ps (traduzida do alemão por Luís Henrique Lopes dos Santos). Além disso, coleções biográficas são

tratadas como qualquer outro documento, salvo se forem genealogias ou biografias de uma família, publicações que devem ser tratadas do mesmo modo que biografias. Nesses casos, a notação à Cutter é determinada pelo nome da família, segundo Noêmia Lentino,[89] que acrescenta como biografia as obras de pintores, desde que valham mais pelas reproduções do que pelo texto, donde o número de Cutter é feito pelo pintor, seguido da inicial do autor do texto.

f) Obras sagradas

Como em biografias, o número de chamada de ou sobre obras sagradas tem particularidades. As obras sagradas citadas por Donald Lehnus são: Bíblia, Talmude, Alcorão, Livro de Mórmon, Vedas, Upanisadas, Ramayana, dentre outras.[88] Segundo este autor, a elaboração da notação de autor para essas publicações leva em conta o modo como elas, suas partes e as publicações associadas estão agrupadas, ou seja, se estão dispostas: 1) em notação de classificação própria ou 2) em marcas de classe distintas. Na primeira disposição, a obra sagrada, suas partes, suas traduções, seus comentários ou os estudos sobre ela são posicionados por um mesmo critério de agrupamento, de modo que a notação de classificação agrupa uma obra sagrada por vez. Por conseguinte, a notação de autor pelo título provoca redundância, na medida em que a notação de classificação e a notação de autor designam o mesmo ente, desprezando o princípio de economia do número de chamada.

Lehnus considera a disposição de uma obra sagrada mediante pelo menos três subagrupamentos: a) obra sagrada em português; b) obra sagrada em língua estrangeira; e c) comentários e críticas à obra sagrada. Em a), a notação de autor é atribuída pelo sobrenome do organizador (editor), pelo sobrenome do tradutor, pelo nome da edição ou por qualquer outro nome relacionado à versão da obra sagrada. Em b), obra sagrada em língua estrangeira, a notação de autor é atribuída mediante duas tabelas, designadas por Lehnus para traduções ou versões (figura 12).

Figura 12. Tabela de código das traduções

Z2	Espanhol	Z6	Italiano
Z3	Inglês	Z7	Alemão
Z4	Francês	Z8	Russo
Z5	Português	Z9	Outros idiomas

Nota. A ausência de z1 se deve a que a sequência decimal z111–z119 está reservada para "[...] as edições em português cujos editores tenham sobrenomes que comecem com a letra z". [88]

A tabela designa a notação para uma língua específica, sendo o restante dela completado por notações representativas das duas primeiras letras do sobrenome do tradutor, do organizador (editor), do nome da edição ou de outro nome associado à obra sagrada, e essas notações são listadas por uma segunda tabela, que reproduzimos na figura 13.

Figura 13. Tabela de conversão de letras em números

A, B, C, = 1	P, Q,[1] R = 6
Ç, D, E = 2	S, T, = 7
F, G, H, I = 3	U, V, W = 8
J, K, L = 4	X, Y, Z = 9
M, N, O = 5	

[1] Ignorar a letra u para compor a notação.

Entretanto, alerta Donald Lehnus, o código Z9 da tabela de traduções tem regra diferenciada, pois ele é completado pelo nome do idioma, não do tradutor ou de outro nome associado à obra sagrada. Desse modo, a conversão notacional de obra sagrada traduzida para o holandês é ho ⇔ 35, constituindo, pois, a notação Z935.

Finalmente, em c), comentários e críticas da obra sagrada, "[...] usa-se o número de autor Z999 com o código da letra inicial do autor do comentário ou da crítica." Diante disso, podemos exemplificar a ordenação de obra sagrada com notação de classificação própria, nos termos de Donald Lehnus, conforme os exemplos a seguir, que adaptamos dele, ilustrando a composição das classes deste modo: versões em português, versões em outras línguas e comentários da obra sagrada.

Quadro 23. Notação de autor para obra sagrada e publicações relacionadas dispostas em classe própria

Notação de classificação	Notação de autor	Título da obra sagrada	Autoria
289.322	S647	O Livro de Mórmon: outro testamento de Jesus Cristo	Traduzido das placas originais por Joseph Smith Filho
289.322	Z233	Libro de Mórmon	Traducido del inglés al español por Carlos H. Hield
289.322	Z999b	The Book of Mormon: true or false?	Arthur Budvarson

Na segunda disposição, obra sagrada e publicações relacionadas dispos-

tas em classes distintas, a obra sagrada, suas partes, suas traduções, seus comentários ou seus estudos podem ter agrupamentos próprios, com notação de classificação específica ou "[...] números diferentes de classificação que separa e indicam estas categorias", especialmente para obras sagradas bem conhecidas, como a Bíblia, o Talmude ou o Alcorão, destaca Lehnus.[88] Nessas publicações, a notação de autor é atribuída pela versão pela qual são conhecidas, em geral o tradutor ou outro nome relacionado à publicação. Pelos exemplos apresentados por Lehnus, é possível dizer que, se não houver indicação de versão, a notação de autor será feita pela ordem do organizador (editor), compilador, coordenador ou outra autoria similar, e, em comentários e estudos bíblicos das obras sagradas, a notação de autor deve representar o comentarista ou o estudioso, conforme o caso. Exemplificamos as situações citadas no quadro 24.

Quadro 24. Notação de autor para obra sagrada e publicações relacionadas dispostas em duas ou mais classes

Notação de classificação	Notação de autor	Título da obra sagrada	Autoria
220.5	T487	La Sagrada Bíblia	Traducida de la vulgate Latina al español por Felix Torres Amat
220.5	V162	La Santa Biblia que contiene los sagrados libros del Antiguo y Nuevo Testamento	Antigua version de Cipriano de Valera
220.7	B872	The meaning of Sacred Scripture	Louis Bouyer
226	S678	Los cuatro evangelios	Sociedad Bíblica Americana
297.1225	E41	Alcorão sagrado	versão portuguesa diretamente do árabe por Samir El Hayek

Nota. A indicação de ser tradução, conforme apresentamos anteriormente, é dispensável quando a marca da obra cumpre a função de agrupar traduções.

Como se vê, o procedimento apresentado por Donald Lehnus, especialmente para obra sagrada com as publicações a ela relacionadas reunidas num agrupamento próprio, é mais complexo do que as soluções vistas anteriormente, pois exige consulta a outras tabelas de codificação, tornando moroso o processo de codificação de notação de autor.

Lehnus não se pronuncia sobre os casos em que a notação de classificação determina agrupamentos que juntam duas ou mais obras sagradas, e suas obras relacionadas. Podemos, então, optar pela proposta mais simples de Bertha Barden,[7] que designa a notação de autor do nome da

obra sagrada, ordenando-a pelo sobrenome do tradutor, donde *Bíblia*, por exemplo, traduzida por João Almeida Ferreira é marcada com B582a (Cutter-Sanborn) ou B471a (Cutter de três dígitos), o mesmo para *Alcorão* ⇔ A354 e *Talmude* ⇔ T151, seguidos do sobrenome do tradutor. É um procedimento mais simples e que resolve satisfatoriamente a ordenação de obras sagradas em situações como as que mencionamos. Seja qual for o modo de agrupamento das obras sagradas, é importante que a biblioteca formalize o modo como as tratará em sua coleção, registrando tal procedimento em política de ordenação ou em algum manual de serviço.

g) Coleções e séries

A notação de autor pode representar outros atributos documentais relativos a publicações relacionadas entre si quando estes atributos constituem demandas específicas de ordenação de conjuntos documentais para certos contextos documentários. É o caso de itens que formam uma coleção sobre determinado campo, assunto ou nível de estudo, como ocorrem em coleção ou série documental, especialmente naquelas que têm numeração sequencial bem definida. Desse modo, cada série pode ser agrupada e seus itens sequenciados ordinalmente pelo indicativo de número ou de volume. Para tanto, a notação de autor é atribuída em função do título da coleção ou série, sem marca de obra, e cada título é sequenciado pelo número do volume. Como exemplo, para ordenar conjuntamente os itens da coleção bibliográfica Primeiros Passos, adota-se a notação P953 segundo a tabela de Cutter-Sanborn e a sequência numérica dos volumes.

Há casos em que mesmo as coleções não sequenciadas numericamente podem ser agrupadas e sequenciadas com base na notação de autor e na marca da obra. Para exemplificar, citamos a série bibliográfica 'Os economistas', que não têm sequência numérica de volumes.

Quadro 25. Notação de autor e marca da obra para série documental sem numeração sequencial

Notação de classificação	Notação de autor	Economista estudado
330.92	E19f	Friedman
330.92	E19k	Keynes
330.92	E19r	Ricardo
330.92	E19s	Samuelson
330.92	E19w	Walras

Como podemos observar no quadro acima, é possível ordenar série sem sequência numérica definida, tomando como base cada volume segundo o economista de que trata. Para tanto, a notação de autor é determinada pelo título da série e a marca da obra representa o nome do economista que se estuda. Desse modo mantemos a série reunida dentro da notação de classificação, junto com outras coleções ou publicações similares, ordenada alfabeticamente pelos economistas.

3.2.2 A menção nominal da notação de autor e da marca da obra

O segundo modo pelo qual a notação de autor pode ser feita é conhecido como menção nominal ou sistema nominal, que emprega as primeiras letras do sobrenome de autor ou do título (excluídos os artigos). Nesse sentido, a aplicação da menção nominal não requer emprego de tabelas formais de conversão de sobrenome de autor, sendo por isso adotada em contextos em que se busca dinamizar a notação, sem despender tempo consultando tabelas de Cutter.

Em termos gerais, as mesmas regras ou princípios descritos anteriormente na conversão de sobrenome em tabelas de Cutter podem ser empregados nas iniciais de sobrenome de autor, com a ressalva de que se assinalam letras do sobrenome, da primeira palavra do título do documento ou da primeira palavra do nome geográfico como notação, ao invés de assinalar a codificação do sobrenome do autor. No Brasil, a prática usual é assinalar as três primeiras letras, embora a bibliografia indique que a marcação pode ser feita com menos ou mais de três letras, considerando o aspecto econômico e exclusivo do número de chamada.

Quadro 26. Notação de autor por menção nominal

Notação de classificação	Notação de autor	Publicação	Autoria
001.8	AVE	A aventura de ser estudante	organizado por Oreste Preti
001.8	CRU	Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses	de Anamaria da Costa Cruz e Maria Tereza Reis Mendes
656.1	ASS	100 anos do transporte urbano no Brasil	por Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
869	AZE	Álvares de Azevedo	seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e critico e exercícios por Barbara Heller
929	GAT	Um chapéu para viagem	de Zélia Gattai

Como vimos anteriormente, a situação mais comum é aquela em que a notação de autor é elaborada a partir do ponto de acesso principal (ou entrada principal) da ficha, segundo o AACR2. Deste modo, segundo a

ordem alfabética apresentada: AVE é retirado do título, pois se trata de documento com organizador; CRU representa o nome do primeiro autor registrado; ASS designa a primeira palavra do autor corporativo Associação; e GAT é retirado do sobrenome de autora.

De acordo com Aida Slavic, devido à aparente simplicidade, não há muitos trabalhos sobre as melhores práticas da menção nominal.[152] Todavia, para demonstrar o potencial e os limites de tal sistema, essa autora apresenta exemplos tomados de uma pesquisa que fez em uma grande biblioteca pública croata. Ela observou que a menção nominal de sobrenomes é crítica no estabelecimento de notação de autor, especialmente nos sobrenomes comuns ou com o mesmo radical. Mesmo assim, ela demonstra o potencial da menção nominal, minimizando seus limites e apontando algumas soluções, como, por exemplo: o primeiro sobrenome de um dado agrupamento, Horvat, recebe a codificação HOR; à medida que outros sobrenomes com o mesmo radical forem incluídos nesse mesmo agrupamento, eles recebem uma letra adicional de modo a ficarem diferentes entre si. Segundo Aida Slavic:

Horvat ⇔ HOR, Horvatiæ ⇔ HORV, Horvatoviæ ⇔ HORVA.

Como se vê, essa solução rompe a prática de usar somente as três primeiras letras do sobrenome do autor. Nos casos de sobrenomes comuns, há soluções similares exemplificadas no quadro 27 (em comparação com a tabela de Cutter-Sanborn).

Quadro 27. Codificação para sobrenomes de autores comuns (Slavic)

Ordem de aquisição	Sobrenome comum	Menção nominal	*Cutter-Sanborn three figure author table*
1.	Horvat, Ivan	HOR	H823
4.	Horvat, Ana	HOR.A	H8231
3.	Horvat, Dario	HOR.D	H8233
2.	Horvat, Mladen	HOR.M	H8235
5.	Horvat, Vladimir	HOR.V	H8238

O problema deste método pode ser observado pelo nome da autora Ana Horvat, que fica posicionado após Ivan Horvat, desordenando a sequência lógica alfabética, o que também ocorre nos sistemas Cutter, como se observa na última coluna do quadro. Desse modo, na medida em que outros autores com sobrenome comum são incluídos num agrupamento, um quarto dígito é acrescentado arbitrariamente à notação de *Cutter-Sanborn three figure author table*, de modo a preservar a ordem de autores com sobrenome comum. Igualmente, na menção nominal, outras letras vão sendo acrescentadas de modo arbitrário com o intuito de ordenar alfabeticamente. No entanto, se tais inclusões dentro de um dado agrupamento forem muitas, tal solução pode se tornar complexa

ou exigir revisões futuras nas notações de autor de modo a manter a sequência alfabética lógica, nos mesmos termos que mencionamos anteriormente nas tabelas de Cutter.

A marca da obra também pode ser inscrita na menção nominal, prossegue Aida Slavic, que ilustra seu emprego na linha subsequente à da menção nominal da notação de autor, conforme exemplos do quadro 28.

Quadro 28. Marca da obra dos títulos de Carlos Drummond de Andrade pela menção nominal

Ordem de aquisição	Publicação	Notação de classificação	Notação de autor e marca da obra pela menção nominal
1.	Sentimento do mundo	869.1	AND s
2.	Amar se aprende amando	869.1	AND a
3.	As impurezas do branco	869.1	AND i
4.	Alguma poesia	869.1	AND al
5.	Boitempo	869.1	AND b

A menção nominal segue os mesmos princípios e caminhos traçados nos métodos de conversão do sobrenome de autor por tabelas de Cutter e tem se mostrado mais conveniente para abreviar o sobrenome do autor em coleções documentais pequenas, nas quais os processos de ordenação, retirada e recolocação dos documentos nas estantes não são tão difíceis. Tal vantagem, como dissemos anteriormente, esvai-se quando o agrupamento apresenta a ocorrência de sobrenomes comuns na língua portuguesa, por exemplo. Porém, há meios de atenuar essa e outras questões do mesmo modo que nos métodos apresentados para conversão do sobrenome com tabelas de Cutter, de maneira que o uso da menção nominal pode ser avaliado para fins de ordenação de documentos.

Diante do que expusemos e exemplificamos, as tabelas de Cutter e a menção nominal são os modos pelos quais se faz a notação de autor, codificação reduzida alusiva a atributos relativos a sobrenome de pessoas, primeira palavra de título ou primeira palavra de nome geográfico. Desse modo, essa redução é adequada à composição breve do número de chamada. A notação de autor é completada pela marca da obra, breve

menção relativa ao título original da publicação e de outros dados de ordenação, como autoria, tradução, crítica, dentre outros.

Por último, notação de autor e marca da obra representam atributos documentais e funcionam antes como uma marca de sequenciação, pois é isso que fazem: sequenciam atributos documentais diversos que nem sempre designam autoria ou publicação.

3.2.3 Individualização de itens documentais

Verificamos, na parte final do número de chamada denominada número do livro, que a notação de autor tem a função primordial de individualizar autores e que a marca da obra tem a função primeira de individualizar e organizar as publicações de ou sobre um autor individual, e ambos podem representar outros atributos documentais, dependendo do agrupamento em que ocorrem.

Todavia, a notação de autor e a marca da obra são insuficientes para distinguir duas ou mais edições de uma publicação em um mesmo agrupamento, assim como dois ou mais exemplares de uma mesma publicação, entre outros, na medida em que a combinação notação–marca são iguais, seja para as edições, seja para os exemplares, de uma mesma publicação, e por conseguinte, apresentam o mesmo número do livro. Porém, lembramos que o número do livro deve ser individualizado para cada item documental, então, deve ser adotado algum modo que distinga edições ou exemplares de uma mesma publicação. Para tanto, é necessário que outros elementos sejam incorporados paulatinamente ao número do livro, até que cumpram a função de individualizar o número do livro: pela unidade física documental distinguível (volume, parte, tomo, etc.), pela edição, pelo ano de publicação, pelo número de exemplar e pelo número de entrada, que são os elementos mais empregados para esse fim. Vejamos cada um deles, lembrando que sua indicação deve considerar especialmente o princípio de economia, isto é, o emprego do mínimo de elementos que permita cumprir sua função.

Unidade física documental distinguível

A indicação de volumes, partes, fascículos, tomos, etc. serve como elemento distintivo que tem o objetivo de individualizar e sequenciar dois ou mais itens documentais distintos que constituem em seu conjunto uma dada publicação, ou seja, uma obra publicada em dois ou mais volumes. Para tanto, os atributos que designam a ordem sequencial das partes de uma publicação são abreviados e inscritos em linha subsequente à notação do autor (e marca da obra, quando houver), como segue: v. para volume; p. ou pt. para parte; t. para tomo, n. para número; f.

ou fasc. para fascículo e assim por diante. Vale ressalvar que a indicação desse atributo é desnecessária em obras publicadas em volume único.

Quadro 29. Indicativo das partes de obras publicadas em dois ou mais volumes

Notação de classificação	Notação de autor e marca da obra	Parte	Título	Autoria
306.703	P436d	v.1	Dicionário de vida sexual	Aldo Pereira
306.703	P436d	v.2	Dicionário de vida sexual	Aldo Pereira

Segundo Donald Lehnus, suplementos são mantidos junto à publicação que completam, escritos ou não pelo autor da publicação a que se referem, têm notação de autor igual à publicação que suplementam e são marcados de modo similar ao número das partes que mencionamos sobre volumes documentais, isto é, "[...] acrescenta-se à notação de autor o código supl. 1, supl. 2, supl. 3, etc."[88]

Quadro 30. Número de chamada com indicativo de suplementação

Número de chamada	Título	Autoria
510.7 SIL	Matemática viva	por John Silva
510.7 SIL supl. 1	Matemática viva, suplemento do professor	por John Silva

Edição ou ano de publicação

A indicação do ano de publicação e da edição no número do livro funciona como elemento distintivo que permite a ordenação cronológica das diversas edições publicadas assincronicamente de uma publicação, sem abranger republicações, como reprodução, nova tiragem, reimpressão e fac-símile de uma edição. O ano de publicação ou o número de edição sucedido da abreviatura ed., segundo Noêmia Lentino,[89] deve ser acrescentado imediatamente em linha subsequente à indicação de volume, partes, fascículos, etc., se houver, como se observa nas figuras seguintes.

De modo alternativo, John Comaromi diz que o número da edição deve figurar após a marca da obra na mesma linha, ressalvando que "esse procedimento deve ser aplicado a qualquer edição subsequente de uma publicação (após a primeira) adquirida pela biblioteca, independentemente do publicador e do número de edição".[38] Essa solução é igualmente adotada por Regina Carneiro,[31] que a exemplifica assim:

832.62 1ª ediçâo do *Fausto*, de Goethe
G554f

832.62 5ª edição do *Fausto*, de Goethe
G554f5

Além disso, John Comaromi indica que as primeiras edições de uma publicação devem ser assinaladas até determinado limite numérico, usando-se o ano de publicação no lugar da edição quando o quantitativo de uma publicação exceder o número de cinco edições.[38] Esse limite varia, pois José Soares de Souza[156] indica que se o número de edições passar de nove, as demais edições serão diferenciadas pelo ano de publicação, aconselhando que essa data seja codificada por tabelas, como a que propõe Ranganathan em sua classificação.

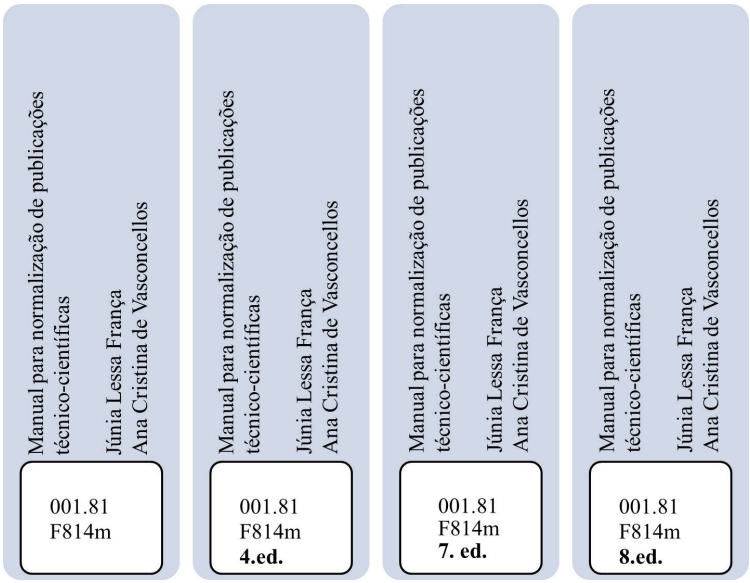
É uma orientação plausível, porém, há situações que devem ser observadas com cuidado, indica Aida Slavic,[152] visto que a ordenação cronológica por ano vem se mostrando mais conveniente em contextos científicos, especializados e acadêmicos. Nesse aspecto, parece-nos mais razoável que a composição do número do livro em anais de eventos, como congressos, simpósios, encontros, etc., seja constituída pelo ano em que o evento foi realizado, desde que sua periodicidade seja no mínimo anual, pois o ano de publicação dos anais pode ser posterior ao ano do evento, como se exemplifica na figura 15.

Além dessas publicações, a indicação de edição do documento oferece ao leitor a opção de escolha de um texto mais recente, que lhe permita estar atualizado com o conteúdo do documento. Não somente isso, pois há situações, por exemplo, em que a segunda edição da obra é o estado corrigido da primeira, em que uma nova edição seja publicada por causa de uma reforma ortográfica, e assim por diante. Também há casos em que o próprio autor intervém em sua obra quando exerce "[...] um direito de arrependimento patrimonial e não moral".[85] Finalmente, o aspecto evolutivo de uma dada obra pode se manifestar em um caldeirão de edições, e parte ou toda essa evolução pode ser vista nas edições de uma publicação adquiridas numa instituição documentária. Essas questões ilustram e podem justificar a opção pela indicação da edição do documento.

Mesmo assim, a indicação da edição pode ser contraproducente em certos campos do conhecimento, salienta John Comaromi, dizendo que há quem defenda a não indicação do número de edição em ficção, na medida em que o texto não sofre alterações substanciais nas edições subsequentes, sendo muitas vezes meras reimpressões.[38] Aliás, a pretensa nova edição pode ser apenas um engodo para o público, produzindo "[...] a falsa impressão de que a 'nova edição' é nada mais do que a reimpressão de um texto com nova introdução, nova paginação e nova capa."[23]

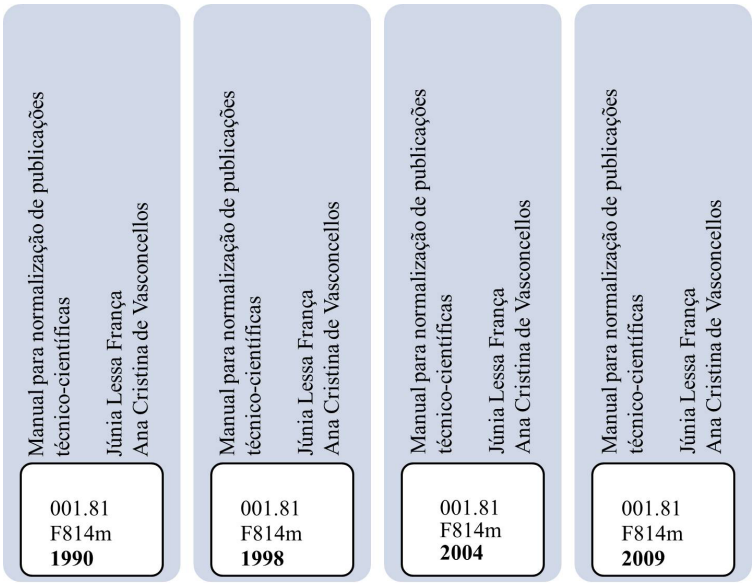
No mais, a opção pela indicação da edição ou do ano de publicação deve ser analisada caso a caso, considerando o conjunto documental

Figura 14. Indicativo de edição em número de chamada



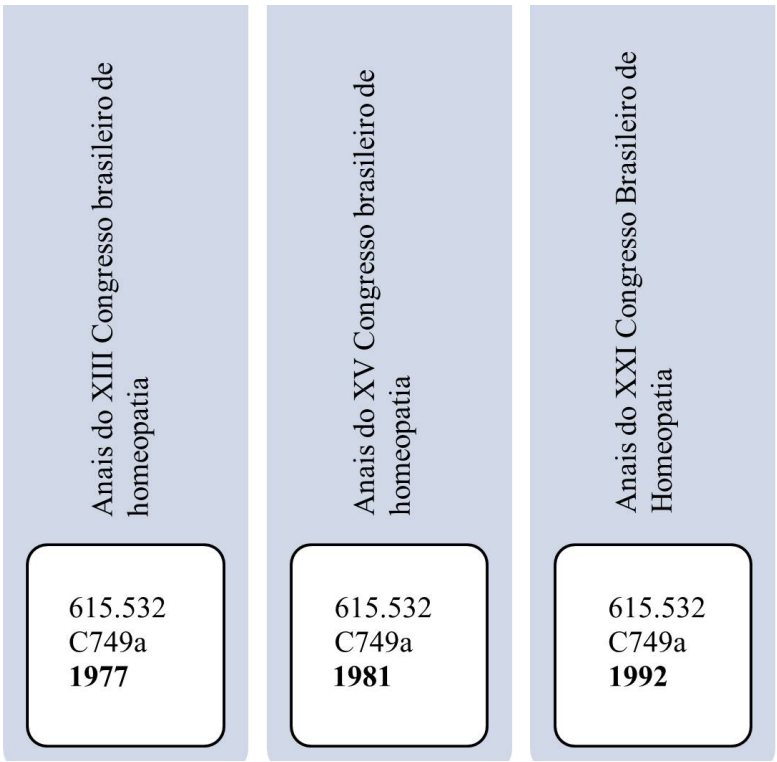
Nota. Pelo princípio da economia, a indicação da primeira edição é omitida.

Figura 15. Indicativo de ano de publicação em número de chamada



que se ordena, pois é plausível que edição e ano de publicação possam coexistir, uma vez, por exemplo, que duas edições podem ser publicadas no mesmo ano. Essa distinção, porém, tem se mostrado contraproducente nas situações em que edição e ano de publicação se sobrepõem, donde a indicação de ambos acrescenta elementos desnecessários, comprometendo substancialmente a economia do número de chamada. Por isso, convém avaliar de modo consistente o emprego da indicação de edição ou de ano de publicação como componente notacional individualizador do número do livro.

Figura 16. Indicativo de ano de publicação em número de chamada de anais de eventos



Exemplar

A indicação numerativa de exemplar apresenta-se como elemento distintivo aplicado para diferenciar cada reprodução, reimpressão, fac-símile e similar de uma versão de publicação, desde que se caracterize o fato de ser duplicata de uma mesma versão. A vantagem da indicação de

exemplares é que ela permite o controle dos exemplares para empréstimo a usuários, da retirada do acervo para restauração e o controle das unidades existentes por meio do processo de inventariação do acervo. A indicação de exemplar é feita por números que se acrescentam em linha subsequente ao volume, à edição ou ao ano de publicação (se houver). O número que designa o exemplar é precedido por ex. ou e. ⇔ exemplar ou c. ⇔ cópia. Exemplificamos a indicação de exemplar no quadro 31.

Quadro 31. Indicativo de número de exemplar de edição de uma publicação

Notação de classificação	Notação de autor	Exemplar	Título	Autoria
469.5	C293s	ex. 1	Subordinação e coordenação	Flávia de Barros Carone
469.5	C293s	ex. 2	Subordinação e coordenação	Flávia de Barros Carone

Saliente-se que o número de exemplar deve ter sequência continuada nas reproduções, reimpressões ou novas tiragens, considerando o ano de publicação ou de edição da primeira tiragem. Em documentos publicados em dois ou mais volumes, faz mais sentido manter cada conjunto de volume marcado com o seu número de exemplar (v. 1| ex. 1; v. 2| ex. 1; v. 1| ex. 2; v. 1| ex. 2 e assim sucessivamente), embora o agrupamento por conjunto de exemplares (v. 1| ex. 1; v. 1| ex. 2; v. 2| ex. 1; v. 2| ex. 1 etc.) não seja de todo inconveniente.

Pelo princípio de economia, vale dizer que a indicação de exemplar único de uma publicação é dispensável, porque a marca de coleção, a notação de classificação, a notação de autor e a marca de obra são suficientes para individualizar o número de chamada do item. Segundo Ranganathan,[119] a indicação de numeração inicia a partir da segunda duplicata adquirida para a coleção: a segunda é o exemplar 1; a terceira é o exemplar 2; a quarta é o exemplar 3; e assim sucessivamente. Esther Piercy, porém, sugere que o segundo exemplar seja marcado como ex. 2, o terceiro como ex. 3 e assim por diante, o que nos parece mais lógico, uma vez que a ausência dessa indicação em exemplar único revela que se trata do ex. 1.[115]

Número de entrada

Número de entrada, por vezes mencionado como número de registro ou número de inventário, designa um número de identificação documental, comumente utilizado nas bibliotecas para registrar os documentos em livro de registro — o livro de tombo —, no qual cada unidade física documental tinha seu autor, título, editor e dados de aquisição (inclusive o número de entrada) inscritos manualmente.[115] O número de entra-

da é único para um item documental, baseia-se na ordem de aquisição dos itens e é empregado para fins de inventariação. É esse número, pois, que algumas bibliotecas optam por incluir no número de chamada da lombada do documento, evitando assim o trabalho de abrir o documento para verificar o número de entrada, empregado frequentemente no empréstimo domiciliar. Além disso, o número de registro é útil para distinguir exemplares ou volumes de um mesmo título.

A prática de elaborar número de entrada varia nas instituições documentárias, nas quais tal número é ajustado às suas particularidades. Em geral, o número de entrada é uma sequência contínua, salvo se houver algum modo de reinício da contagem, como a que se faz, por exemplo, em cada ano de entrada. Desse modo, o documento pode ter número de entrada composto por dois segmentos: um com o número de entrada e outro correspondendo ao ano de entrada, como 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015 e assim por diante. Opcionalmente, o primeiro segmento pode conter um número predeterminado de dígitos de acordo com o crescimento da coleção em um ano: 0001/2015, 0002/2015, 0003/2015, 0004/2015 e assim por diante. Ademais, é possível acrescentar letras e outros símbolos ao número de entrada, que denotem tipologia documental ou outros atributos documentais.

A indicação de número de exemplares desempenha função parecida com a do número de entrada, por isso Donald Lehnus alerta que o número de exemplares é desnecessário quando se opta pelo número do entrada.[88] Reforçando esse aspecto, Esther Piercy diz que o ponto importante ao considerar o número de exemplar ou o de entrada é que só um deles deve ser empregado por vez, sendo redundante seu emprego simultâneo.[115] A indicação de exemplar desempenha um papel distinto do número de entrada, pois este apresenta a sequência de entrada em toda a coleção documental, com número exclusivo que permite controlar cada unidade física individualmente para fins de inventariação e empréstimo, enquanto que o número de exemplar ordena sequencialmente os exemplares de uma dada versão de uma publicação, mas sem número exclusivo, pois a sequência numérica ocorre várias vezes nas distintas versões das publicações de uma dada coleção.

Diante do exposto, a função primordial de assinalar elementos como unidade física documental (volume, parte, tomo, etc.), edição, ano de publicação, exemplar e entrada é individualizar o número do livro quando a notação de autor e marca da obra forem insuficientes para distinguir duas ou mais unidades físicas de uma mesma publicação em um agrupamento. Esses elementos distintivos são acrescidos somente quando necessários, seguindo o princípio de economia que deve caracterizar o número de chamada.

4

Comentários finais

Não há modo único de realizar a ordenação de documentos. Há diversas soluções de ordenação adotadas no Brasil, sobre as quais não pudemos nos debruçar devido à extensão do tema. Dentre elas, temos sistema de localização fixa, ordenação com uso adaptado ou parcial da CDD, codificação apoiada em numeração de termos de tesauro adotado na indexação, além de soluções adotadas para certos tipos de materiais, como partituras manuscritas e impressas, etc.

Como em todas as outras operações documentárias, a orientação é sempre pragmática, ou seja, baseada em sua possível utilidade. Faz-se necessária a produção de arranjos que considerem usuários, documentos e objetivos institucionais. Desse modo, o desafio colocado é o do refinamento de metodologias baseadas em parâmetros que permitam a elaboração de procedimentos pertinentes à atividade e que subsidiem a aplicação a cada contexto documentário.

A escolha de categorias é sempre local e provisória. Paradoxalmente, a ordenação de documentos demanda estruturas de representação relativamente estáveis, em função do alto custo da recodificação de documentos e da exigência de compreensão dos novos modos de ordenação pelos usuários.

A atividade de ordenação em sentido amplo caracteriza-se pela unidimensionalidade, seja baseada em unidades dispostas em sequência ou em hierarquia. De outro modo, as atividades de representação de documentos em repertórios diversos, como catálogos, bibliografias e bases de dados em geral, apresentam perspectiva multidimensional, pois vários atributos são indicados para cada documento, de modo a fornecer possibilidades diversas de acesso, inclusive cruzamentos entre essas entradas.

Em ambientes tradicionais ou eletrônicos, nenhuma das operações descritas para a atividade de ordenação é de fato mecânica ou de menor exigência intelectual. A ordenação de documentos deve ter seu papel revisto no contexto do conjunto dos procedimentos de organização da informação. Analisar os processos de organização da informação em sua essencialidade fornece base sólida para operar com as mudanças que ocorrem no tempo. No caso da ordenação de documentos, o suporte — e o modo de organização de conteúdos realizado a partir dele — é sempre elemento de mudança, como pudemos constatar, desde os rolos

de papiro ou pergaminho, passando pelos códices e livros em papel ou outros materiais até o documento eletrônico.

A história aqui traçada sobre práticas e métodos de ordenação de documentos evidenciou que a busca por soluções coincide com os primeiros esforços do que podemos chamar de organização da informação. Posteriormente, a consolidação de um modelo de código de localização de documentos em coleções, o número de chamada, de origem anglo-americana, facilitou a atividade bibliotecária, ao mesmo tempo em que a restringiu.

Em face da carência de olhares suficientemente problematizadores sobre a ordenação bibliográfica de documentos no ensino e na pesquisa, realizamos duas observações. A primeira refere-se ao ensino do número de chamada como modelo único para a ordenação de documentos. A adoção do modelo anglo-americano como modo de organização da informação, aplicável a todo e qualquer contexto documentário, não considera a perspectiva mediadora da organização da informação que permite o vínculo com um público.

A segunda observação é a de que, embora esparsa, pouco estudada e, em geral, antiga, há literatura fundamentadora e operacionalizadora da atividade de ordenação dos documentos e da ordenação em sentido amplo. Ela se encontra nos estudos iniciais do campo em torno das bibliografias e bibliotecas, na fundamentação linguística dos instrumentos classificatórios da metade do século passado e seus desenvolvimentos, assim como, na abordagem contemporânea francesa de gestão e proposta de leitura de coleções, e nos estudos indianos, únicos atuais que encontramos relativos ao modelo anglo-americano e à sua própria realidade nacional. Por sua vez, estudos específicos sobre o tema da ordenação de documentos, mas de modo mais abrangente por tratarem da tradição europeia e anglo-americana, são o livro de Peter Baader, da Alemanha,[5] e a tese de Aida Slavic,[151] da Croácia, apoiada no livro de Baader e publicada parcialmente em inglês.[152]

Quanto aos estudos indianos, vale retomar duas falas de Satija que, juntas, fornecem maior compreensão à temática deste livro: assim como uma teoria do número do livro foi sobreposta pelos estudos das classificações bibliográficas, a história das classificações bibliográficas não se faz sem a consideração dos estudos sobre o número do livro.

Com base nestas observações, ressaltamos a necessidade de estudos no Brasil, incluindo o desenvolvimento de terminologia própria sobre o tema, de modo a subsidiar a concepção de disciplinas de cursos de graduação de biblioteconomia, as demandas com que se defrontam os profissionais e as pesquisas científicas. Nesta perspectiva, relaciona-se a lacuna apontada sobre a constituição histórica da atividade no país, cujas escolhas e caminhos seguidos não são efetivamente conhecidos.

Referências

1. Abbagnano, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. Alonso, Aurora Miguel. *La evolución del "Systema Bibliothecae" de la Compañía de Jesús y su influencia en la historia de la bibliografía española*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra/la-evolucin-del-systema-bibliothecae-de-la-compaa-de-jess-y-su-influencia-en-la-historia-de-la-bibliografa-espaola-0/. Acesso em: 23 out. 2015.
3. Amaro, Regina Keiko Obata F. No fim, o bibliotecário morre... *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 4, n. esp., p. 72-88, 2006. Disponível em: http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/361/239. Acesso em: 23 out. 2015.
4. Anjos, Liane dos. *Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta*. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10112010-114437/. Acesso em: 23 out. 2015.
5. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *nbr 6033: ordem alfabética*. Rio de Janeiro: abnt, 1989.
6. Baader, Peter. *Standortbezeichnung in Bibliotheken* [Designação de localização em bibliotecas.] Köln: Greven, 1957.
7. Barden, Bertha Rickenbrode. *Book numbers: a manual for students, with a basic code of rules*. Chicago: American Library Association, 1937. (Reimpresso em 1971.)
8. Béguet, Bruno. Des corpus dans un plan de classement: l'expérience de la Bibliothèque Nationale de France. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 45, n. 3, p. 90-96, 2000. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2000-03-0090-001. Acesso em: 23 out. 2015.
9. Béroujon, Anne. Classements et classifications: une étude des bibliothèques privées au xviie siècle à Lyon. In: colloque histoire des bibliothécaires, 2003, Lyon. *Anais...* Lyon: Centre de Recherche en Histoire du Livre: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2003. 19 p. Disponível em: http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/1244-classements-et-classifications-une-etude-des-bibliotheques-privees-au-xviie-siecle-a-lyon.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
10. Béthery, Annie. Liberté bien ordonnée... les classifications encyclopédiques revues et corrigés. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 33, n. 6, p. 450-455, 1988. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0450-003. Acesso em: 23 out. 2015.
11. ———. Melvil Dewey. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 57, n.1, p. 22-27, 2012. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0022-004. Acesso em 23 out. 2015.
12. Biscoe, Walter Stanley. Chronological arrangement on shelves. In: general meeting of the american library association, 7., 1885, Lake George. *Papers and*

proceedings of the... Boston: Press of Rockwelland Churchill, 1885. p. 52-53. Disponível em: https://archive.org/details/proceedings85amer. Acesso em: 23 out. 2014.
13. ———. Chronological arrangement on shelves. *Library Journal*, v. 10, n. 9-10, p. 246-247, Dec. 1885. Disponível em: http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908682;view=1up;seq=212. Acesso em: 23 out. 2015.
14. Bliss Classification Association. *The Bliss Bibliographic Classification: history & description*. Disponível em: http://www.blissclassification.org.uk/bchist.shtml. Acesso em: 23 out. 2015.
15. Bliss, Henry Evelyn. *A bibliographic classification: extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation*. New York: Wilson, 1952-1953. v. 1.
16. ———. A modern classification or libraries, with simple notations, mnemonics, and alternatives. *Library Journal*, v. 35, n. 8, p. 351-358, Aug. 1910. Disponível em: http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101076205069;view=1up;seq=371. Acesso em: 23 out. 2015.
17. ———. Simplified book notation. *Library Journal*, v. 35, n. 12, p. 544-546, Dec. 1910. Disponível em: http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=njp.32101076205069;view=1up;seq=570. Acesso em: 23 out. 2015.
18. Boulogne, Arlette (coord.). *Vocabulaire de la documentation.* Paris: adbs Éditions, 2005, p. 56, 59, 67. (Sciences et techniques de l'information). Disponível em: http://www.adbs.fr/vocabulaire-de-la-documentation-41820.htm?RH=OUTILS_VOC&RF=OUTILS_VOC. Acesso em: 23 out. 2015.
19. Briet, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit - Éditions Documentaires Industriales et Techniques, 1951. Disponível em: http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
20. Broughton, Vanda. The need for a faceted classification as the basis of all methods of information retrieval. *Alisb Jounal of Information Management*, v. 58, n. 1/2, p. 49-72, 2006.
21. Brown, Jame Duff. *Subject classification, with tables, indexes, etc., for the subdivision of subjects*. London: Grafton & Co., 1914. Disponível em: https://ia800300.us.archive.org/9/items/subjectclassific00browrich/subjectclassific00browrich.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
22. ———. *Manual of library classification and shelf arrangement*. London: Library Supply Company, 1898. Disponível em: http://www.archive.org/details/cu31924029524091. Acesso em: 23 out. 2015.
23. Bryant, John. *The fluid text: a theory of revision and editing for book and screen.* Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002, chap. 4-5.
24. Butcher, Stanley. Brown Classification; Brown, James Duff. In: Encyclopedia of library and information science. New York: Marcel Dekker, 1970, v. 3, p. 367-371; 371-378.
25. Cacaly, Serge et al. *Dictionnaire de l'information***.** 3. éd. Paris: Armand Colin, 2008, p. 55, 60-61.
26. Calenge, Bertrand (coord.). *Mettre en oeuvre un plan de classement***.** Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2010. (La Boîte à outils, 18.) Publicado originalmente em 2009.
27. ———. Editorial. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 46, n. 1, p. 1, 2001. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-20001-01-001-001. Acesso em: 6 out. 2015.
28. Campbell, Joseph. A short biography of Henry Evelyn Bliss (1870–1955). *Journal*

of Documentation, v. 32, p.134-145, 1976. Disponível em: http://www.blissclassification.org.uk/Class1/introduction.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
29. Campos, Geir. *O que é tradução.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
30. Campos, Maria Luiza de Almeida. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração.* Niterói: EdUFF, 2001.
31. Carneiro, Regina. Algumas observações para uso da notação na literatura. *Boletim Bibliográfico*, São Paulo, n. 16, p. 35-45, 1950.
32. Carrión Gútiez, Manuel. *Manual de bibliotecas***.** 2. ed., reimpr. 2002. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993. p. 391-402.
33. Cim, Albert. *Le livre: historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*. Paris: Ernest Flammarion, 1907. v. 4. Disponível em: https://archive.org/details/lelivrehistoriq00cimgoog. Acesso em: 23 out. 2015.
34. ———. *Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres, de les classer, de les conserver et de s'en servir*. Paris: Ernest Flammarion, 1902. Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k207964p. Acesso em: 23 out. 2015.
35. Clarke, Jack A. *Gabriel Naudé: 1600–1653*. Hamden, ct: Archon Books, 1970.
36. Classification bibliographique décimale. *Bulletin de l'Institut International de Bibliographie*, ano 12, n. 68-70, não paginado, 1907.
37. Classificação Decimal Universal: 2ª edição-padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2007.
38. Comaromi, John P. *Book numbers: a historical study and practical guide to their use*. Littleton, co: Libraries Unlimited, 1981.
39. Combot, Philippe. *Initiations aux techniques documentaires.* 2011. Disponível em: http://combot.univ-tln.fr/lea/index.html e http://combot.univ-tln.fr/lea/lea.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
40. ———. Systèmes de classement. In: ———. *Initiations aux techniques documentaires.* 2011, chap. 1.5, p. 7. Disponível em: http://combot.univ-tln.fr/lea/index.html e http://combot.univ-tln.fr/lea/lea.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
41. Conarq. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Perguntas mais frequentes: 2. Documento digital é a mesma coisa que documento eletrônico?* [Rio de Janeiro, 2015]. Disponível em: http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10. Acesso em: 23 out. 2015.
42. Coyaud, Maurice**.** *Introduction à l'étude des languages documentaires***.** Paris: C. Klincksieck, 1966. (T. A. Documents).
43. Cunha, Antônio *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
44. Cutter, Charles Ammi. Another plan for numbering books. *Library Journal*, v. 3, n. 1, p. 248-251, 1878. Disponível em: http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015019980633;view=1up;seq=254. Acesso em: 23 out. 2015.
45. ——— . *Explanação das marcas de autor Cutter-Sanborn: tabelas com três algarismos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1962.
46. ———. *Explanation of the alphabetic-order marks (three-figure tables)*. Northampton: Herald Job Print, 1908. Disponível em: https://archive.org/details/explanationofalp00cuttrich. Acesso em: 33 out. 2015.
47. ———. How to use Cutter's decimal author tables. *Library Journal*, v. 12, p. 251-252, Jan./Dec. 1887. Disponível em: http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036908666;view=1up;seq=265. Acesso em: 23 out. 2015.

48. ———; Sanborn, Kate Emery. *Alfabetic-order table ... altered and fitted with three figures by Kate E. Sanborn*. Springfield: H.R. Huntting Co., 195-?
49. ———; ———. *Cutter-Sanborn three-figure author table*: (Swanson-Swift revision, 1969). 3. ed. Littleton, co: Libraries Unlimited, 1976.
50. Dahlberg, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: conferência brasileira de classificação bibliografica, 1972, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ibict/abdf, 1979, v. 1, p. 352-370.
51. Dewey Melvil. *A classification and subject index for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library.* Amherst: Case, Lockwood and Brainard Company, 1876.
52. Dias, Antônio Caetano; Cosme, Luis. *Compêndio de classificação decimal e índice alfabético.* 2. ed. revista. Rio de Janeiro: inl, 1950.
53. Dubuc, René. *La classification décimale universelle (c.d.u.): manuel pratique d'utilisation*. 3. éd. Paris: Gauthier-Villars, 1973.
54. Eaton, Thelma. The development of classification in America. In: the role of classification in the modern american library, 6., 1959, Urbana, il. *Proceedings...* Urbana, il, 1959, p. 8-30. Disponível em: https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1474/Eaton830.pdf?sequence=2. Acesso em: 23 out. 2015.
55. Enssib. Codex. In: ———. *Le dictionnaire*. Paris: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. Disponível em: http://www.enssib.fr/le-dictionnaire/codex. Acesso em 23 out. 2015.
56. Faria, Maria Isabel Ribeiro de; Pericão, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: edusp, 2008, p. 73, 170, 210, 244, 344-345, 524.
57. Ferrater Mora, José. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 1163-1164, 2959.
58. Foskett, Anthony Charles. *A abordagem temática da informação.* São Paulo: Poligono; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1973.
59. Foskett, Douglas John. Classificação. In: Ashworth, W. *Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1967, p. 89-158.
60. Gardin, Jean-Claude. Éléments d'un modèle pour la description des lexiques documentaires. *Bulletin des Bibliotèques de France,* n. 5, p. 171-182, 1966. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001. Acesso em: 23 out. 2015.
61. Giffard, Sue et al. *Metis categorization schedules.* [New York], 2012. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxtZXRpc2lubm92YXRpb25zfGd4OjY1ZTViMTAyZDRhNjAzNjA. Acesso em 23 out. 2015.
62. Gómez, Carlos. Saber y poder político en Gabriel Naudé. *Revista de Filosofía,* Madrid, v. 5, n. 3, p. 111-132, 2000. Disponível em: http://revistas.um.es/respublica/article/viewFile/26291/25521. Acesso em: 23 out. 2015.
63. Gourbin, Géraldine. Construire le classement d'un annuaire internet. *Bulletin de Bibliothèques de France*, n. 1, p. 63-66, 2001. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2001-01-0063-006. Acesso em 23 out. 2015.
64. Graesel, Arnim. *Manuel de bibliothéconomie.* Paris: H. Welter, 1897.
65. Granata, Giovanna. Classification from the user viewpoint: concerning the arrangement of collections in university libraries. *Knowledge Organization,* v. 36, n. 2/3, p. 113-120, 2009.

66. Hamdy, M. Nabil. *The concept of main entry as represented in the Anglo-American cataloging rules; a critical appraisal with some suggestions: author main entry vs. title main entry*. Littleton, co: Libraries Unlimited, 1973. (Research studies in library science, 10). Originalmente apresentado como tese na Universidade de Pittsburgh.
67. Harris, William Torrey. Book classification. *The Journal of Speculative Philosophy*, v. 4, p. 114-129, 1870. Disponível em: http://www.forgottenbooks.com/readbook/The_Journal_of_Speculative_Philosophy_1870_v4_1000048884#119.
68. Henryot, Fabienne. Classements des livres et représentations des savoirs dans les couvents mendiants (xviie–xviiie siècles). *Revue Française d'Histoire du Livre*, n. 133, p. 49-85, 2012. Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00804638/document. Acesso em 23 out. 2015.
69. Hesse, Léopold Auguste Constantin. *Bibliothéconomie ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques.* Nouvelle éd. revue, augmentée et ornée des figures. Paris: Roret, 1841.
70. Hjørland, Birger. Order & ordering. In: ———. *Core concepts in library and information science (lis).* 2007. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/order.htm. Acesso em: 23 out. 2015.
71. ———. Shelf arrangement. In: ———. *Core concepts in library and information science (lis)*. 2006. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/shelf_arrangement.htm. Acesso em 23 out. 2015.
72. Hudon, Michèle. Le traitment du document. In: Salaün, Jean-Michel; Arsenault, Clément (Coord.) *Introduction aux sciences de l'information.* Montréal: Les Presses de la Université de Montréal, 2009. (Paramètres). p. 53-100.
73. Immroth, Jonh Phillip. Cutter, Charles Ammi. In: Encyclopedia of library and information science. New York: Marcel Dekker, 1969, v. 2, p. 380-387.
74. Instituto Nacional do Livro (Brasil). *Instruções para uso da ficha impressa*. Rio de Janeiro: [Z. Valverde imprimiu], [1943]. 13 p.
75. Jacob, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: Baratin, Marc; ———. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da ufrj, 2008, p. 45-73.
76. Joint Steering Commitee for Revision of aacr. *Código de catalogação anglo-americano.* 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
77. Jouguelet, Suzanne. Classement. In: Cacaly, Serge (coord.). *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation.* Paris: Nathan, 1997, p. 135-136.
78. Kephart, Horace. Classification. In: Dewey, Melvil (ed.) *Papers prepared for the World's Library Congress, held at the Columbian exposition.* Washington: Government Printing Office, 1896, p. 861-897.
79. Lador, Pierre-Yves. Une expérience de mise en "stabulation libre" d'une partie des collections. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 46, n. 1, p. 444-449, 2001. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2001-01-0054-004. Acesso em: 23 out. 2015.
80. Lara, Marilda Lopes Ginez de. *Dos sistemas de classificação bibliográfica às search engines (1).* São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 2002. (Ensaios APB, 90).
81. ———. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 2001. Dis-

ponível em: http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm. Acesso em: 23 out. 2015.
82. ———. *Representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
83. ——— . *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas.* São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes/ Universidade de São Paulo.
84. Latour, Patrick. Classements et classifications des bibliothèques avant la Révolution. In: Séminaire Alma 2008-2009: Les raisons classificatoires, 2008, Angers. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00366974/document. Acesso em: 23 out. 2015.
85. Laufer, Roger. *Introdução à textologia: verificação, estabelecimento, edição de textos*. São Paulo: Perspetiva, 1980.
86. Laws, Anna Cantrell *Author notation in the Library of Congress*. Washington, dc: Government Printing Office, 1920 (p. 18). Disponível em: https://ia600404.us.archive.org/20/items/cu31924014496826/cu31924014496826.pdf
87. Lehnus, Donald James. *Book numbers: history, principles and applications*. Chicago, il: American Library Association, 1980.
88. ——— . *Notação de autor: manual para bibliotecas.* Trad. e adapt. de Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro: bng/Brasilart, 1978. Traduzido de: *Signaturas librísticas: normas para su aplicación en bibliotecas de habla hispana*, publicado pela Universidad de Puerto Rico, em 1975.
89. Lentino, Noêmia. *Guia teórico prático e comparado dos sistemas de classificação bibliográfica*. São Paulo: Polígono, 1971.
90. Library of Congress. *Library of Congress Classification*. Disponível em: http://www.loc.gov/catdir/cpso/lcc.html. Acesso em: 23 out. 2015.
91. Litton, Gaston. *A documentação*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.
92. Maire, Albert. La mise en place des volumes. In: ———. *Manuel pratique du bibliothécaire: bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées.* Paris: Alphonse Pigard et Fils, 1896.
93. Manguel, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
94. Maniez, Jacques. *Actualité des langages documentaires: les fondements thèoriques de la recherche d'information*. Paris: adbs, 2002. (Collection Sciences de l'Information, Série Recherche e documents).
95. ——— . *Los lenguajes documentales y de clasificación: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1993. (Biblioteca del libro, 56).
96. Mann, Margaret. *Catalogação e classificação de livros*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
97. Martins, Wilson. *A palavra escrita: historia do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 2002.
98. Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratorio da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
99. Merriam-Webster online dictionary. Call number. In: ———. 2015. Disponível em: http://www.merriam-webster.com/dictionary/call%20number. Acesso em 23 out. 2015.

100. Mey, Eliane Serrão Alves; Silveira, Naira Christofoletti. Dados de localização. In: ———. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009, cap. 7, p. 173-186.
101. Meyriat, Jean. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, 2º trim., n. 14, p. 51-63, 1981.
102. Miksa, Francis. *Charles Ammi Cutter: nineteenth century systematizer of libraries*. 1974. Tese (Doutorado), University of Chicago, 1974. Disponível em: https://www.ischool.utexas.edu/~miksa/dissertation.html. Acesso em: 23 out. 2015.
103. Mills, Jack. Bibliographic Classification. In: Encyclopedia of library and information science. New York: Marcel Dekker, 1969, v. 2, p. 368-380.
104. Minter, Catherine J. The classification of libraries and the image of the librarian in nineteenth and early twentieth-century Germany. *Library & Information History*, v. 25, n. 1, p. 3-19, 2009.
105. Miranda, José Américo. Edições críticas e o "leitor comum". In: Souza, Eneida M. de; Miranda, Wander M. (org.). *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Ed. da ufmg, 2011, pt. 2, p. 89-103.
106. Mittal, R. L. Call number and collection number: their implications on book arrangement. *Indian Library Movement*, v. 3, n. 1, p. 1-6, 1976.
107. Namur, Jean Pie. *Manuel du bibliothécaire: accompagné de notes critiques, historiques et littéraires.* Bruxelles: Libraire-Editeur, 1834.
108. Naudé, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*. Berlin: Veb Edition Leipzig, 1963. Publicação original de 1627. Disponível em: http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48749-advis-pour-dresser-une-bibliotheque-par-gabriel-naude.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
109. Neveu, Valérie. L'héritage classificatoire de l'Ancien Régime: apogée et déclin de la classification des libraires de Paris dans les bibliothèques publiques du xixe siècle; le cas de la bm de Rouen. In: Séminaire Alma 2008-2009: Les raisons classificatoires, 2008, Angers. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00355855v2/document. Acesso em 23 out. 2015.
110. Norris, Dorothy May. *A history of cataloguing and cataloguing methods, 1100–1850: with an introductory survey of ancient times.* London: Grafton, 1939.
111. Online Computer Library Center. *oclc Dewey Cutter program*. Dublin, Ohio: oclc, 1996. Disponível em: https://www.oclc.org/support/services/dewey/program.en.html. Acesso em: 23 out. 2015.
112. Otlet, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 23 out. 2015. Trad. espanhola: *El tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Murcia: Universidad de Murcia, 2007.
113. Perrotti, Edmir; Pieruccini, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: Lara, Marilda Lopes Ginez de; Fujino, Asa; Noronha, Daisy Pires (org.). *Informação e contemporaneidade: perspectivas.* Recife: Néctar, 2007, p. 47-98. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20informacaoContemporaniedade%281%29.pdf . Acesso em: 23 out. 2015.
114. Piedade, Maria Antonieta Requião. *Introdução à teoria da classificação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

115. Piercy, Esther J. *Biblioteconomía lógica*. México: Editorial Pax-México, 1971.
116. Pinheiro, Ana Virginia Teixeira da Paz. *A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.
117. Pombo, Olga. Dispersão e unidade: para uma poética da simpatia. In: Lara, Marilda Lopes Ginez de; Smit, Johanna Wilhelmina (org.). *Temas de pesquisa em ciência da informação no Brasil***.** São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/usp, 2010, p. 29-46. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20temasdepesquisas.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
118. Prado, Heloísa de Almeida. *Tabela "pha": para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação.* 3. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
119. Ranganathan, Shiyali Ramamrita. *Colon classification*. 6th ed., 25th reprint. 2005. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1960.
120. ———— . *Prolegomena to library classification*. 3rd. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.
121. Reitz, Joan M. *odlis: online dictionary for library and information science*. Santa Barbara, ca: abc-clio, 2015. Disponível em: http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx. Acesso em: 23 out. 2015.
122. Rendón Rojas, Miguel Ángel. *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. México: cuib/unam, 2005.
123. Répertoires, collections, publications, services de l'Institut International de Bibliographie. *Bulletin de l'Institut International de Bibliographie*, v. 12, n. 68-70, p. 23-24, 1907.
124. Revel, Jacques. Entre dois mundos: a biblioteca de Gabriel Naudé. In: Baratin, Marc; Jacob, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da ufrj, 2008, p. 217-226.
125. Riaño Alonso, Juan José. *Poetas, filósofos, gramáticos y bibliotecarios: origen y naturaleza de la antigua Biblioteca de Alejandría*. Gijón: Trea, 2005.
126. Richter, Brigitte. Espace de la lecture: nouvelles stratégies de communication. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 33, n. 6, p. 444-449, 1988. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1988-06-0444-002. Acesso em: 23 out. 2015.
127. Rovelstad, Mathilde V. Open shelves/closed shelves in research libraries**.** *College & Research Libraries*, v. 37, n. 5, p. 457-468, 1976.
128. Roy, Richard. Classer par centres d'intérêt. *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 31, n. 3, p. 224-231, 1986. Disponível em: http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1986-03-0224-002. Acesso em: 23 out. 2015.
129. Sager, Juan Carlos. La terminología, puente entre varios mundos: prólogo. In: Cabré, María Teresa. *La terminología*. Barcelona: Antártida, 1993, p. 11-17.
130. Sagredo Fernández, Felix; Izquierdo Arroyo, José María. *Concepción lógico-lingüística de la documentación*. Madrid: ibercom, 1983.
131. ———— ; Nuño, María Victoria. En los orígenes de la biblioteconomía y documentación: Ebla. *Documentación de las Ciencias de la Información*, n. 17, p. 123-129, 1994. Disponível em: http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN9494110123A/20046. Acesso em: 23 out. 2015.
132. Salvan, Paule. *Les classifications*. 2. éd. Paris: Bibliothèque Nationale, 1962. Disponível em: http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48774-les-classifications.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.

133. Santos, Marcelo Nair dos. *Documento como obra: contribuições para a organização da informação*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9EFFXG. Acesso em: 23 out. 2015.
134. Satija, Mohinder Partap. *A primer on Ranganathan's book number*. Delhi: Mittal Publications, 1987.
135. ———. Book number and call number. In: Encyclopedia of library and information science. New York: Marcel Dekker, 1990, v. 45, p. 18-45. Disponível em: https://books.google.nl/books?id=JErM7jeWcl0C&pg=PA18&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 8 jan. 2016.
136. ———. Book numbers in India with special reference to the author table for Indian names designed and used by the National Library of India. *Knowledge Organization*, v. 34, n. 1, p. 34-40, 2007.
137. ———. History of book numbers. *International Classification*, v. 14, n.2, p. 70-76, 1987.
138. ——— ; Agrawal, Suren P. *Book numbers* (some Indian methods). 2nd rev. & enlarged edition. New Delhi: Reliance Publishing House, 1996.
139. ———; Comaromi, John P. *Beyond classification: book number (with special reference to chronological book numbers)*. New Delhi: Ess Ess Publications, 1992.
140. Sayers, William Charles Berwick. *A manual of classification for librarians and bibliographers*. 3rd. rev. ed. London: Grafton, 1955.
141. ———. *An introduction to library classification: with readings, questions and examination papers*. London: Grafton; New York City: H. W. Wilson, 1918.
142. ——— . *An introduction to library classification: theoretical, historical and practical with readings, exercises and examination papers*. 8th ed. rev. London: Grafton, 1950. Para a edição da *Expansive classification* ver https://ia600408.us.archive.org/23/items/cu31924092476229/cu31924092476229.pdf
143. ——— . *Canons of classification applied to "The subject" "The expansive", "The decimal" and "The Library of Congress" classifications: a study in bibliographical classification method*. London: Grafton, 1915.
144. ———; Maltby, Arthur. *A manual of classification for librarians*. 4th ed. London: Grafton, 1967.
145. Schwartz, Jacob. A "combined" system for arranging and numbering. *Library Journal*, v. 3, n. 1, p. 6-10, Mar. 1878.
146. ———. A new classification and notation. *Library Journal,* v. 7, n. 7-8, p. 148-166, Jul,/Ago. 1882.
147. Serrai, Alfredo. *Angelo Rocca fondatore della prima biblioteca pubblica europea*. Milano: Sylvestre Bonnard, 2005.
148. Shera, Jesse Hauk; Egan, Margaret Elizabeth. *Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização*. Brasília: UnB, 1969.
149. ——— ;——— . Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: Bradford, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 15-64.
150. Simões, Maria da Graça de Melo. *A representação da etnia e a sua representação na Classificação Decimal Universal*. 2010. 599 p. Tese (Doutorado em Biblioteconomia y Documentación) – Facultad de Traducción y Documentación,

Universidad de Salamanca, Salamanca. Disponível em: http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/83331/1/DBD_Simoes_MariadaGra%C3%A7adeMelo_Representa%C3%A7ao.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.

151. Slavic, Aida. *A historical, methodological and practical study of the call numbering methods*. Master thesis [Title of the original: Povijesni, metodoloski i prakticni vidovi primjene signiranja u knjiznici]. University of Zagreb, 1997. 256 p.
152. ———. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. In: Singh, Jagtar; Malhan, Indervir; Kaur, Trishanjit (ed.). *Library and information science in digital age: essays in honour of professor M. P. Satija.* India: Ess Ess Pub, 2009, v. 1, p. 257-285. Disponível em: http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/111798/1/call_numbers_history_aslavic2009.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
153. Smit, Johanna W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.
154. ——— ; Tálamo, Maria de Fátima Gonçalves M.; Kobashi, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: http://dgz.org.br/fev04/F_I_art.htm. Acesso em: 23 out. 2015.
155. ———;———; ——— . A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em: http://dgz.org.br/abr01/F_I_aut.htm. Acesso em: 23 out. 2015.
156. Souza, José Soares de. *Classificação: sistemas de classificação bibliográfica*. 2. ed. São Paulo: 1950.
157. Staikos, Konstantinos. Architecture: typology and equipment of archival and academic libraries. In: ——— . *The history of the library in Western civilization*. New Castle, de: Oak Knoll Press; 't Goy-Houten: Hes & De Graaf, 2005, v. 1, p. 271-300.
158. Strout, Ruth French. The development of the catalog and cataloging codes. *Library Quarterly*, v. 26, n. 4, p. 254-275, 1956. Disponível em: http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/296_readings/Strout.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
159. Sullivan, Danny. *Major search engines and directories. 2007*. Disponível em: http://www.leepublicschools.net/Technology/Search-Engines_Directories.pdf. Acesso em: 9 dez. 2015.
160. Tálamo, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Otlet, o criador de estruturas informacionais pela paz mundial. In: 20º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2002.
161. ——— ; Lara, Marilda Lopes Ginez de; Kobashi, Nair Yumiko. Vamos perseguir a informação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 4, p. 52-57, set./dez. 1995. Disponível em: http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/view/4272/4003. Acesso em: 23 out. 2015.
162. Tillett, Barbara B. *O que é frbr?: um modelo conceitual para o universo bibliográfico.* [Washington]: Library of Congress, [2003?]. Disponível em: http://www.loc.gov/catdir/cpso/o-que-e-frbr.pdf . Acesso em: 23 out. 2015.
163. Vickery, Brian Campbell. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: bng/Brasilart, 1980.

164. Weitzel, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. *TransInformação*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, 2012. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1201/1176. Acesso em: 23 out. 2015.
165. Wiegand, Wayne A. The "Amherst method": the origins of the Dewey Decimal Classification scheme. *Libraries & Culture*, v. 33, n. 2, p. 175-194, 1998. Disponível em: http://www.fbi.fh-koeln.de/institut/projekte/ddc/ddcen/landc_33_2_wiegand.pdf. Acesso em: 23 out. 2015.
166. Wynar, Bohdan S. Dewey Decimal Classification. In: ——. *Introduction to cataloging and classification*. Littleton, co: Libraries Unlimited, 1976, chap. 11, p. 258-280.
167. Zhao, Lisa. Save Space for "newcomers": analyzing problems in book number assignment under the lcc system. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 38, n. 1, p. 105-119, 2004.

Índice

AACR2 3, 91, 92, 93, 103, 121
Abbagnano, N. 29, 133
ABNT 102, 133
Agrawal, S.P. 141
alfanumérica 42, 72
Alonso, A.M. 46, 133, 140
Amaro, R.K.O.F. 49, 50, 133
Anjos, L. 67, 70, 133
ano de publicação 124
apoio de pontuação 42
apropriação da informação 1, 6, 7
arranjo vertical 55, 73; *ver também* ordenação de documentos
Associação Brasileira de Normas Técnicas *ver* ABNT
assunto 4, 19, 22, 26, 29, 31, 33, 34, 36, 38, 42, 45, 46, 48, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 63, 67, 70, 72, 73, 76-79, 102, 119
atividades documentárias 9, 10, 11, 14
atributos documentais 3, 29, 86, 119, 123, 129; *ver também* formato; número de entrada; assunto; tipologia documental; tipo de conteúdo; público
Baader, P. 131, 133
Barden, B.R. 65, 66, 82, 93, 107, 108, 118, 133
Béguet, B. 65, 66, 82, 93, 107, 108, 118, 133
Béroujon, A. 56, 133
Béthery, A. 133
Bibliographic Classification 33, 79, 80, 134, 139
biblioteca
  Bodleiana 52
  da Sorbonne 48
  de Alexandria 45, 46
  nacional da França 13
biografias e autobiografias 114
Biscoe, W.S. 58, 71, 72, 81, 133
Bliss, H.E. 33, 79, 80, 82, 134,
Bliss Classification Association 134
Boulogne, A. 20, 134
Briet, S. 2, 5, 19, 134
Broughton, V. 134
Brown, J.D. 71, 72, 81, 115, 134
Bryant, J. 134
Butcher, S. 134

Cacaly, S. 15, 134, 137
Calenge, B. 13, 15, 17, 18, 40, 134
Campbell, J. 134, 142
Campos, G. 135
Campos, M.L.A. 76, 135
Carneiro, R. 85, 94, 99, 102, 110, 124, 135
Carrión Gútiez , M. 20, 82, 135
catálogo topográfico 18, 52, 84
CDD 3, 4, 17, 22, 23, 33, 35, 37, 58, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 72-76, 79, 87, 106, 130
CDU 3, 4, 13, 17, 23, 24, 33, 74-76, 87
Cim, A. 51, 55, 73, 135
Clarke, J.A. 1, 54, 135
classificação
  bibliográfica 1, 3, 4, 12, 15, 16, 19, 21-28, 30, 50, 59, 70, 78, 82, 83, 137, 138, 142
  de Brunet 57
  Decimal de Dewey *ver* CDD
  Decimal Universal *ver* CDU
  dos dois pontos *ver Colon classification*
Classification des libraires de Paris 57
codificação
  alfabética 42
  numérica 41
Código de catalogação anglo-americano 3, 137
código de localização de documento 20, 29, 38-40, 49, 84, 86, 131
coleções e séries 119
coleta de documentos 11
Colon Classification 33, 76
Comaromi, J.P. 62, 63, 65, 70, 71, 72, 82, 90, 91, 94, 98, 100, 101, 106, 107, 111, 114, 124, 125, 135, 141
Combot, P. 17, 41, 135
CONARQ 135
Cosme, L. 135

cota *ver* código de localização de documento
cotação 16, 17, 20
Coyaud, M. 24, 135
críticas e comentários 105, 110, 112, 113
Cunha, A. 135
Cutter, C.A. 58, 63-73, 80-83, 88, 89, 91-101, 106, 109, 111, 113, 135, 136, 137, 139

Dahlberg, I. 77, 136
Dewey, M. 3, 58, 60-64, 66, 72-74, 90, 98, 133, 136, 137, 139, 143
Dias, A.C. 82, 136
dicionários 4, 104, 105, 113, 114
documento
  digital 135
  eletrônico 8, 131, 135
documentos, ordenação de *ver* ordenação de documentos
Dubuc, R. 136

Eaton, T. 59, 60, 136
edição ou ano de publicação 124
Enssib 136
estruturas hierárquicas de navegação *ver* ordenação de documentos eletrônicos
exemplar 20, 21, 67, 69, 78, 86, 88, 90, 123, 128-130
Expansive Classification 67

Faria, M.I.R. 20, 136
Ferrater Mora, J. 14, 136
formato 34, 38, 42, 52, 55, 56, 63, 73, 74
Foskett, A.C. 30, 79
Foskett, D.J. 62

Gardin, J.-C. 24,27, 136
Giffard, S. 136
Gómez, C. 54, 136
Gourbin, G. 12, 136
Graesel, A. 38, 73, 136
Granata, G. 61, 136

Hamdy, M.N. 67, 136
Harris, W.T. 62, 137
Henryot, F. 54, 55, 56, 73, 137
Hesse, L.A.C. 73, 137
Hjørland, B. 137
Hudon, M. 20, 137

Immroth, J.P. 137
indexação 11, 26-28, 130, 142
informação bibliográfica 6, 9, 10
Instituto Nacional do Livro 82, 137
Izquierdo Arroyo, J.M. 8, 140

Jacob, C. 46, 47, 58, 62, 63, 137, 140, 141
Joint Steering Commitee for Revision of aacr 137
Jouguelet, S. 19, 137

Kephart, H. 59, 60, 137
Kobashi, N.Y. 142, 148

Lador, P.-Y. 36, 137
Lara, M.L.G. 10, 23, 24, 25, 26, 137, 139, 140, 142
Latour, P. 56, 138
Laufer, R. 138
Laws, A.C. 94, 138
lcc 68, 69, 138, 143
legendas 40
Lehnus, D.J. 40, 58, 64, 65, 89, 108, 110, 114, 116, 117, 118, 124, 129, 138
Lentino, N. 31, 33, 65, 83, 104, 114, 116, 124, 138
Library of Congress 26, 33, 68, 82, 138, 141, 142
Library of Congress Classification *ver* lcc
linguagens documentárias 21, 22, 24, 27, 138
Litton, G. 31, 32, 33, 138
localização fixa 3, 21, 34, 37, 38, 39, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 73, 81, 130, 139
localização relativa 3, 21, 37, 39, 58, 61, 62, 81, 83

Maire, A. 73, 138
Maltby, A. 57, 68, 70, 75, 76, 141
Manguel, A. 47, 138
Maniez, J. 28, 31, 32, 86, 138
Mann, M. 33, 39, 66, 69, 106, 138
manual de cotação 17

marca da obra 83, 86, 88, 89, 90, 91, 99-109, 111-114, 118-120, 122-124, 130
marca de coleção 85-87, 89, 128
Martins, W. 44, 103, 133, 138
mediação da informação 6, 9, 10
menção nominal 80, 82, 88-91, 120-122
Meneses, U.T.B. 138
métodos de ordenação 29, 37, 42, 43, 131; *ver também* modos de ordenação
  alfabético 42
  cronológico ou sistemático 42
Mey, E.S.A. 82, 138
Meyriat, J. 8, 139
Miksa, F. 64, 139
Mills, J. 79, 139
Minter, C.J. 74, 139
Miranda, J.A. 111, 139
Mittal, R.L. 139, 141
modos de ordenação 30-32, 130; *ver também* métodos de ordenação
  estruturado 30-32, 42, 130
  sequencial com agrupamentos 41, 42
  sequencial contínuo 30-32, 130

Namur, J.P. 73, 139
Naudé, G. 1, 53-56, 135, 136, 139, 140
Neveu, V. 57, 139
Norris, D.M. 52, 139
notação de autor 17, 63-67, 69, 80, 86-101, 103-109, 111, 113, 114, 116, 118-124, 128, 130
notação de autor e marca da obra 90, 103, 106, 107, 113, 123, 130
notação de classificação 3, 76, 86-89, 91, 94, 96-101, 104, 107, 113, 116-118, 120, 128
número de autor *ver* notação de autor
número de chamada 1, 3, 4, 5, 17, 18, 20, 21, 36, 40, 42, 58, 59, 61, 62, 69, 77, 83-91, 100, 108, 115, 116, 120, 122, 123, 126-131
número de classe *ver* notação de classificação
número de coleção *ver* marca de coleção
número de Cutter 88-89, 116
número de entrada 29, 32, 38, 41, 42, 88, 90, 123, 129
número do livro 3, 58, 61-64, 66, 67, 69, 70, 71, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 103, 114, 123-125, 127, 130, 131
Nuño, M.V 44, 140

obras completas 105, 107, 108, 110, 111
obras de referência 23, 34, 87, 112, 113, 114
obras sagradas 116
Online Computer Library Center 98, 139
ordem cronológica 32, 72
ordenação de documentos 1-6, 12-16, 19-23, 26-31, 34-37, 44, 46, 57, 58, 61, 67, 75, 77, 78, 81, 83, 84, 102, 110, 111, 122, 130, 131
  alfabética 13, 19-22, 31, 41, 42, 48, 56, 69, 71, 97, 102, 136
  classificatória ou sistemática 3, 15, 18-21, 30, 31, 33, 39, 41, 42, 47, 51, 57, 64, 88, 141
  cronológica 19-21, 31, 41, 42, 103, 114
  eletrônicos 5, 12, 13, 27, 41
ordenação de metadados de documentos 5, 12, 14
organização da informação 5, 6, 11, 14, 15, 24, 26-28, 130, 131, 140
Otlet, P. 6, 19, 74, 75, 139, 142
outros elementos de individualização 86

Pericão, M.G. 20, 136
Perrotti, E. 7, 139
Personalidade 77
personalidades 114
Piedade, M.A.R. 139
Piercy, E.J. 128, 129, 139
Pieruccini, I. 7, 139
pinakes 46, 47
Pinheiro, A.V.T.P. 21, 33, 34, 37, 38, 39, 109, 139
plano de ordenação 2, 16, 17, 18, 19, 84
PMEST 77
Pombo, O. 25, 140
Prado, H. 81,82, 106, 113, 114, 140
publicações individuais 111, 112
publicações relacionadas com outras 99
público 1, 2, 4, 6, 8, 10, 13, 14, 18, 22, 23, 24, 29, 33, 35-37, 40, 42, 59, 131

quadro de ordenação 15-17

Ranganathan, S.R. 33, 39, 58, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 88, 110, 125, 128, 140, 141
Reitz, J.M. 99, 140
Rendón Rojas, M.Á. 8, 140
representação de documentos 11, 27, 35, 130
representação descritiva 26
representação temática 22, 27
Revel, J. 54, 140
Riaño Alonso, J.J. 46, 140
Richter, B. 140
Rovelstad, M.V. 48, 140
Roy, R. 140

Sager, J.C. 15, 140
Sagredo Fernández, F. 8, 44, 140
Salvan, P. 12, 23, 140
Sanborn, K.E. 81, 82
Santos, M.N.29, 52, 84, 90, 115, 140
Satija, M.P. 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 77, 78, 82, 83, 89, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 131, 141, 142
Sayers, W.C.B. 22, 51, 56, 57, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 79, 141
Schwartz, J. 58, 62, 63, 66, 141
seleção de documentos 11, 110
Serrai, A. 52, 141
Shera, J.H. 30, 59, 141
Silveira, N. 82, 138
símbolos ou cores 40, 41
Simões, M.G.M. 57, 141
sinalização 11, 110
Slavic, A. 29, 31, 32, 38, 39, 40, 50, 58, 59, 85, 88, 96, 97, 121, 122, 125, 131, 142
Smit, J.W. 10, 140, 142
Souza, J.S. 106, 139, 142
Staikos, K. 45, 142
Strout, R.F. 47, 48, 142
Subject Classification 70, 71
Sullivan, D. 142

tabela PHA 81, 82
tabelas de Cutter 17, 52, 66, 69, 74, 80-83, 89, 91-101, 103, 119-122, 136
tabelas cronológicas 32, 71, 72
Tálamo, M.F.G.M. 75, 142
Tillett, B.B. 110, 142
tipo de conteúdo 22, 33, 42, 114
tipologia documental 4, 9, 21-22, 29, 33, 42, 129
traduções 37, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 115, 116, 117, 118

unidade física documental 27, 123, 129
usuário 11, 29, 32, 35, 40, 42, 59, 74, 88

Vickery, B.C. 30, 142

Weitzel, S.R. 18, 19, 142
Wiegand, W.A. 60, 62, 143
Wynar, B.S. 143

Zhao, L. 69, 143